

THAÍS ANTUNES BORTOLINI

**CORRELAÇÕES ENTRE A PERCEPÇÃO DA INSEGURANÇA E O TERRITÓRIO
URBANO NO BAIRRO BURITIS – BELO HORIZONTE/MG**

BELO HORIZONTE

2022

Thaís Antunes Bortolini

**CORRELAÇÕES ENTRE A PERCEPÇÃO DA INSEGURANÇA E O TERRITÓRIO
URBANO NO BAIRRO BURITIS – BELO HORIZONTE/MG**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientador: Daniel Medeiros de Freitas

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

B739c

Bortolini, Thais Antunes.

Correlações entre a percepção da insegurança e o território urbano no Bairro Buritis – Belo Horizonte/MG [manuscrito] : / Thais Antunes Bortolini. - 2022.

103f. : il.

Orientador: Daniel Medeiros de Freitas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Percepção social - Teses. 2. Problemas sociais - Teses. 3. Violência urbana - Teses. 4. Bairros - Teses. 5. Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Freitas, Daniel Medeiros de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 307.76



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

**Correlações entre a percepção da insegurança e o território urbano no
bairro Buritis – Belo Horizonte/MG**

THAIS ANTUNES BORTOLINI

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 4 de maio de 2022, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. Daniel Medeiros de Freitas – Orientador
EA-UFMG

Denise Morado

Nascimento:49068539604

Assinado de forma digital por Denise
Morado Nascimento:49068539604
Dados: 2022.05.04 10:02:25 -03'00'

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento
EA-UFMG

Profa. Dra. Valéria Cristina de Oliveira
FAE-UFMG

Belo Horizonte, 4 de maio de 2022.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Daniel. Não tenho como descrever minha gratidão por ter sido uma pessoa tão paciente e persistente na minha jornada. *Sem seu apoio, esta dissertação não teria sido concluída.*

Ao professor Dr. Carlos Brandão (Cacá), que me proporcionou o primeiro contato com a UFMG durante uma de suas aulas na qual fui ouvinte.

À professora Dr^a. Celina Lemos, por me apoiar e me direcionar durante todo o processo seletivo do mestrado.

Aos professores Dr^a. Denise Morado, Dr. Frederico Canuto e Dr^a. Silke Kapp, pelos valiosos ensinamentos e grandes contribuições com minha pesquisa.

Às pessoas que concederam as entrevistas agradeço a disponibilidade e a boa vontade em verbalizarem suas percepções.

Ao meu noivo, Pedro, por não me deixar desistir e por me incentivar, principalmente nos momentos de frustração e cansaço. *Você me faz uma pessoa melhor!*

E aos meus pais, Ricardo e Katia, por serem responsáveis por boa parte de quem eu sou.

RESUMO

A pesquisa se desenvolve na interface entre o campo de estudo das relações entre indivíduo e território urbano, e o campo de estudo da percepção da insegurança e violência urbana. Argumenta-se que os indicadores de violência devem ser lidos a partir de uma perspectiva vinculada ao território urbano e às narrativas dos indivíduos que agem e reagem nesse território. Em uma sociedade mixofóbica e pautada pela lógica do mercado, busca-se identificar como a percepção de insegurança se retroalimenta no território urbano e qual sua relação frente à experiência espacial, introduzindo o indivíduo como principal interlocutor. Para tal, utilizamos o referencial teórico-metodológico da análise do território e da leitura do lugar como orientação para o estudo do bairro Buritis, localizado na região oeste de Belo Horizonte – MG. Os resultados da dissertação apontam para a pertinência de se reverter a desarticulação entre a narrativa dos moradores e os indicadores de violência urbana, evidenciando como a percepção de insegurança é fomentada por características estruturais que inferem o medo como mercadoria e aspecto indissociável do cotidiano dos moradores na cidade.

Palavras-chave: Percepção de insegurança. Leitura do lugar. Violência urbana. Território urbano.

ABSTRACT

The research is developed on the interface of the academic field of the relationships between the individual and the urban territory, and the studies of the perception of urban insecurity and urban violence. It is argued that the indicators of violence must be read from a perspective linked to the urban territory. In a mixophobic society guided by the logic of the market, we seek to identify how the perception of insecurity is fed back in the urban territory and its relation to the spatial experience, introducing the individual as the main interlocutor of this narrative. To this end, we use the theoretical-methodological framework of territorial analyses and sense of place as a guideline for the study of the Buritis, a neighborhood located in the western region of Belo Horizonte - MG. The results of the dissertation point to the relevance of reversing the disarticulation between the residents' narrative and the indicators of urban violence, showing how the perception of insecurity is fostered by structural characteristics that infer fear as a commodity and an inseparable aspect of daily life in the city.

Keywords: Perception of insecurity. Site reading. Urban violence. Urban territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagrama da dissertação	16
Figura 2 – Relação entre ocorrências e relatos de violência no bairro Lagoinha Leblon.	48
Figura 3 – Localização dos pontos de referência em Belo Horizonte/MG.	50
Figura 4 – Evolução malha urbana (2005-2016)	53
Figura 5 – Tipo de ocupação do solo no bairro Buritis	59
Figura 6 – Oferta de instituições de ensino por tipo	60
Figura 7 – Redes de infraestrutura no bairro Buritis	61
Figura 8 – Articulações viárias do bairro Buritis	63
Figura 9 – Foto panorâmica do bairro Buritis (ângulo do bairro Palmeiras)	65
Figura 10 – Levantamento fotográfico do bairro Buritis (ruas residenciais).....	66
Figura 11 – Rua predominantemente comercial (trecho da Av. Professor Mário Werneck).....	68
Figura 12 – Dispositivos de segurança predominantes nas residências do bairro Buritis – Muro, cerca elétrica, arame farpado.....	69
Figura 13 – Dispositivos de segurança predominantes nas residências do bairro Buritis – Cerca elétrica e portaria controlada; cerca elétrica e câmera de vigilância.	70
Figura 14 – Dispositivos de segurança predominantes nas residências do bairro Buritis – Câmera de vigilância, cerca elétrica e portaria controlada	71
Figura 15 – Acesso controlado no Parque Municipal Aggeu Pio Sobrinho	73
Figura 16 – Relação de casos registrados de furto/hab no bairro Buritis e região	80
Figura 17 – Relação de casos registrados de roubo/hab no bairro Buritis e região ..	81
Figura 18 – Publicações relacionadas à segurança na conta oficial no Instagram da Associação de Moradores do Bairro Buritis.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linhas de análise.....	54
Quadro 2 - Identificação entrevistados.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Acompanhamento de casos de atos violentos no bairro Buritis – Furto e roubo	74
Gráfico 2 – Acompanhamento de casos de atos violentos no bairro Buritis – Veículos furtados e roubados	75
Gráfico 3 – Acompanhamento de casos de atos violentos no bairro Buritis – Sequestro	75
Gráfico 4 – Acompanhamento de casos de atos violentos no bairro Buritis – Estupro	76
Gráfico 5 – Acompanhamento de casos de atos violentos no bairro Buritis – Homicídio e lesão corporal.....	76
Gráfico 6 – Evolução do registro de atos violentos no bairro Buritis	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABB	Associação dos Moradores do Bairro Buritis
ABSE	Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança
CRISP	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
EMDRA	Escola Municipal Deputado Renato Azeredo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
ZEU3	Zona de Expansão Urbana 03

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	MEDO DO CRIME E PERCEPÇÃO DE INSEGURANÇA	17
3	VIOLÊNCIA ESTRUTURAL	21
3.1	Globalização, neoliberalismo e urbanização	21
3.2	Dimensões da violência e a violência urbana	24
3.3	A mercantilização da insegurança	30
3.4	Medo do outro	33
3.5	Formas urbanas do medo	36
4	PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISES INICIAIS	43
4.1	Dados quantitativos	44
4.2	Dados qualitativos	45
4.3	Primeira aproximação do território	46
5	ESTUDO DE CASO – O BAIRRO BURITIS	52
5.1	Lógica de ocupação	57
5.2	Capacidade urbana	59
5.3	Articulação	62
5.4	Atributos	64
5.5	Vulnerabilidade	74
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	94
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO MORADOR	99
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS INSTITUCIONAIS	101

1 INTRODUÇÃO

Passei toda minha infância e adolescência vivendo em Piedade, uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Piedade era uma daquelas cidadezinhas em que todo mundo se conhecia, na qual as crianças brincavam na rua até o entardecer, e onde havia uma praça, um boteco e uma igreja a cada esquina. Violência não era uma preocupação. Não falar com estranhos sempre foi uma orientação dos meus pais, mas sempre no sentido de precaução, e não como impedimento que me privasse de ir para a rua. Entendo que os tempos mudaram, e muito! Mas minha inquietação sobre a prevalência do medo da violência no nosso cotidiano aumenta a cada dia que passa. O medo está presente na chegada e na saída de casa, nos nossos trajetos, na forma como nos vestimos, nos objetos que portamos em determinados lugares... o medo condiciona cada vez mais a forma como, inclusive, experimentamos a cidade. Quando, no início da pesquisa de mestrado, eu me perguntava sobre o porquê do esvaziamento funcional e simbólico dos espaços públicos nas cidades contemporâneas, a questão da insegurança já se colocava como umas das principais causas, sendo também algo estrutural que levantava uma série de inquietações – caminho pelo qual optei por percorrer nessa pesquisa.

Desde o primeiro contato com a literatura sobre o tema, verificamos que, ao relacionar violência e medo, muitos autores se referiam à insegurança como “medo da violência” (CALDEIRA, 2000), “sentimento de insegurança” (SOUZA, 2008; BAUMAN, 2009; KESLLER, 2009) e “medo do crime” (SILVA; BEATO FILHO, 2013; FERRARO, 1995), e que o tema é majoritariamente estudado pelo campo da criminologia. Neste trabalho, desenvolvido dentro do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, em uma linha de pesquisa dedicada à teoria, produção e experiência do espaço, buscaremos dialogar com o campo da criminologia, cientes das restrições no uso de sua literatura em função da formação em arquitetura e urbanismo, e opções ao longo do trabalho que priorizaram autores do campo de estudo urbano e territorial. Trata-se de uma opção teórico metodológica que viabiliza a investigação de mestrado no nosso campo e que deixa em aberto uma série de possibilidades de aprofundamento e diálogo conceitual entre os estudos do território e o campo da criminologia.

Apesar da grande relevância dos termos que a criminologia aborda, iremos colocar em evidência a “percepção de insegurança”, visto que a palavra “percepção” está associada ao ato de atribuir significado a estímulos sensoriais, ou seja, por meio da percepção, o indivíduo organiza e interpreta estímulos e, a partir disso, atribui significado ao seu meio. Sendo assim, ao receber estímulos relacionados à violência, o indivíduo os processa de uma forma que interfere diretamente em sua relação com o território.

Entendemos que a violência urbana e a percepção de insegurança são fenômenos conectados, porém não são equivalentes, uma vez que a percepção da insegurança parece extrapolar os índices de criminalidade, afetando e sendo afetada pela apropriação e conformação do território. Partindo da inquietação de que, ainda que ocorra queda nos índices de violência, a percepção de insegurança se mantém elevada nas cidades, conforme será explicado, nesta pesquisa, optamos por avançar na compreensão do papel da percepção de insegurança frente à experiência no território urbano em detrimento de aprofundar no debate sobre os conceitos de violência e seus impactos imediatos na conformação da cidade. Para tal, propomos explorar como a percepção de insegurança se relaciona com o território, uma vez que ela é influenciada pela violência urbana, mas também é amplificada por uma sociedade manipulada por uma lógica de mercado que trata não só o território, mas também a insegurança como mercadorias a serem rentabilizadas.

O principal problema abordado nesta pesquisa gira em torno de como as características estruturais da sociedade contemporânea alimentam a percepção de insegurança do indivíduo, influenciando diretamente em seu cotidiano. Essa problemática dialoga com Caldeira (2000), para quem o crime e o medo da violência são agentes responsáveis pela produção de um território fragmentado e fortificado, e pela indução de um modo de vida baseado no isolamento e na insegurança, reforçando a premissa de que a violência é um fenômeno cuja percepção transforma a forma pela qual agimos e reagimos no território. Souza (2008) confirma o papel da percepção da insegurança quando utiliza o termo “fobópole” (*phópos* = medo + *pólis* = cidade), ou seja, a cidade do medo, e o relaciona ao território identificando as formas pelas quais o medo ressoa no cotidiano e nas formas de vida da sociedade.

Para nos aprofundarmos na temática, adotamos uma metodologia que fosse capaz de capturar a narrativa do indivíduo de forma que possibilitasse sua articulação com o território urbano, afinal nosso objetivo é compreender como essa relação é afetada de acordo com a percepção de insegurança desse indivíduo. Para territorializar a pesquisa, adotamos como objeto de pesquisa o estudo de caso do bairro Buritis, localizado na Região Oeste do município de Belo Horizonte/MG. Com a intenção de enfatizar a dimensão da percepção em detrimento da dimensão da análise urbana tradicional, a leitura do território buscou dialogar com o conceito de “leitura do lugar”, em grande medida dialogando com os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG, estruturados a partir de linhas de análise que permitem ler o território como ele é percebido, e não como é idealizado por quem o planeja e o regula. Alinhado a esse conceito, realizamos um conjunto de entrevistas semiestruturadas para inserir o morador desse bairro como principal interlocutor.

O estudo de caso busca avançar nas seguintes questões:

- Qual a relação entre a violência urbana e a percepção da insegurança no território urbano?
- Como a percepção de insegurança se retroalimenta sob a perspectiva de uma sociedade mixofóbica e estruturada pela lógica do mercado?
- Em que medida a percepção de insegurança afeta o cotidiano dos moradores e os atributos do espaço urbano?

A partir dessas perguntas de pesquisa, definiu-se a hipótese de que a percepção da insegurança interfere diretamente na forma como o indivíduo age e reage no território no qual está inserido, e que ela se retroalimenta das características estruturais programadas para rentabilizar o medo.

No segundo capítulo, “Medo do crime e percepção de insegurança”, abordamos o principal objeto de estudo desta pesquisa: a percepção de insegurança. O capítulo parte do campo da criminologia em relação ao medo do crime, problematizando as lacunas na vinculação entre medo e território. Em seguida, incorporamos à discussão o conceito de percepção e como ela é estruturada a partir de inúmeros filtros que condicionam comportamentos, falas e sensações dos indivíduos. Essa percepção, quando atrelada às características estruturais que serão

abordadas no capítulo 3, é determinante para o desenvolvimento desta pesquisa como um todo.

O terceiro capítulo, “Violência Estrutural”, traz características estruturais da sociedade contemporânea que incidem e afetam a percepção de insegurança do indivíduo no cenário urbano. Sob uma perspectiva gradativa, abordamos a incidência dessas características primeiramente por meio de uma visão macro e, com o decorrer do texto, vamos afinando o tema para nos aproximarmos cada vez mais da relação entre território, violência e percepção. Primeiramente, problematizamos a globalização, o neoliberalismo e a urbanização como condicionantes de uma sociedade essencialmente individualista. Em um segundo momento, abordamos o conceito de violência com o objetivo de identificar suas principais dimensões e destacar a violência urbana como um fenômeno onipresente e inerente ao cenário urbano. Nessa dialética entre violência e território, inserimos a influência do mercado da segurança e da informação, e apontamos como essas figuras utilizam o medo como um fator lucrativo. Posteriormente, trazemos para a discussão o conceito de mixofobia cunhado por Zygmunt Bauman, e como o “medo do outro” condiciona a relação entre um ciclo superior e um ciclo inferior da sociedade. Por fim, demonstramos como todas essas características acabam se retroalimentando e como a arquitetura e o urbanismo firmam no território “formas urbanas do medo” pautadas na necessidade de isolamento, demarcação física e valorização da homogeneidade social.

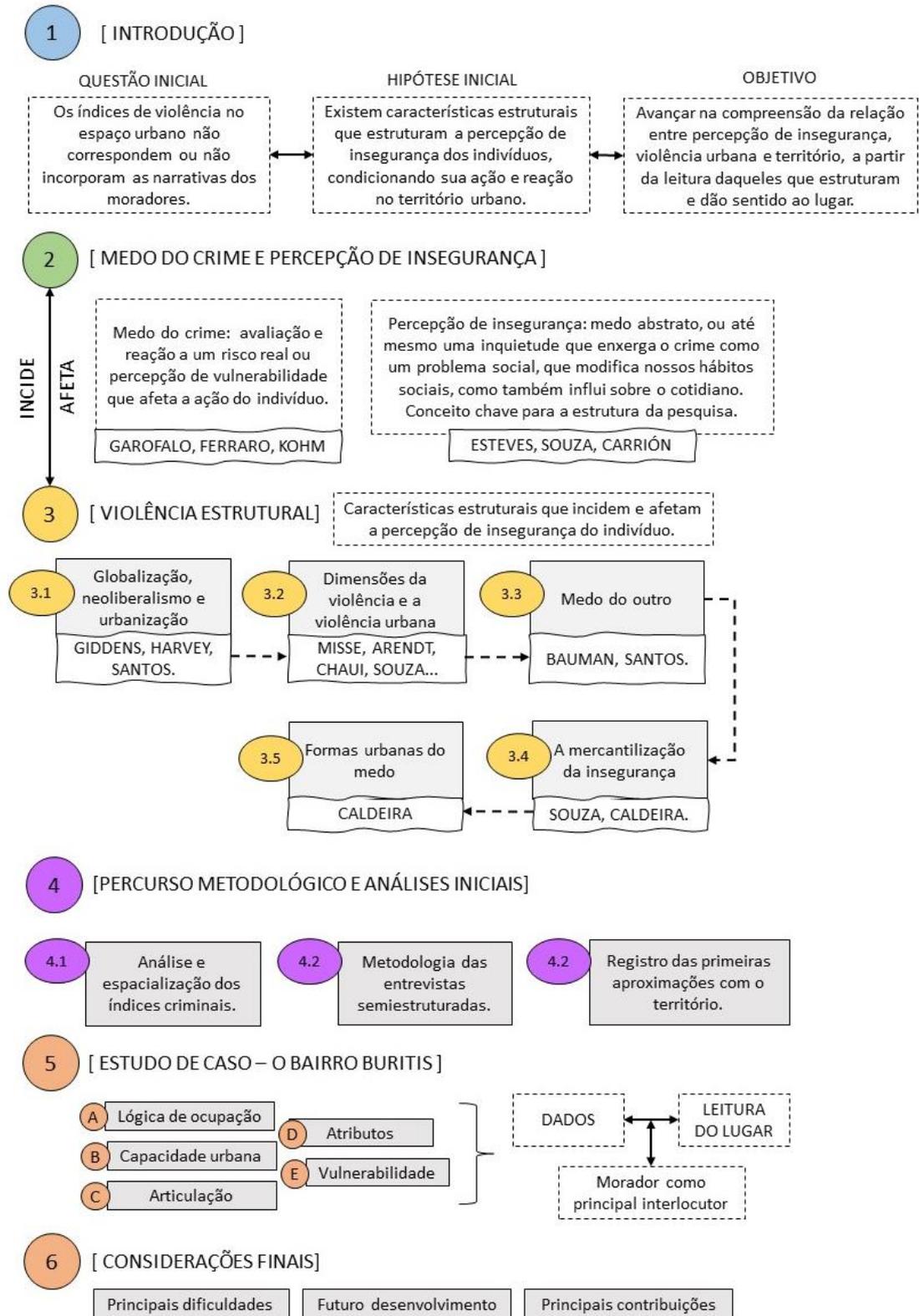
No quarto capítulo, “Percurso metodológico e análises iniciais”, discorreremos sobre o método de pesquisa escolhido e como os dados foram capturados e analisados por meio de uma abordagem quali e quantitativa. Acreditamos que uma das maneiras mais eficazes de nos aproximarmos e compreendermos a percepção do indivíduo é através da captura de sua narrativa por meio de entrevistas semiestruturadas, e pela leitura do lugar na escala do bairro. Como parte da composição de análise de dados, trouxemos a seleção de alguns índices criminais que, posteriormente, contribuíram para contrapor as narrativas coletadas durante as entrevistas ou compactuar com elas. Por fim, registramos as primeiras aproximações de territórios na cidade de Belo Horizonte e como a pandemia, causada pelo novo coronavírus (covid-19), afetou diretamente a evolução e o desenvolvimento da pesquisa na seleção dos territórios estudados.

O quinto capítulo, “Estudo de caso – o bairro Buritis”, retrata a escolha do bairro Buritis na cidade de Belo Horizonte/MG para o desenvolvimento do estudo de caso. O capítulo articula os conceitos teóricos abordados nos capítulos anteriores com as narrativas e o território selecionado. A caracterização do território e as entrevistas, articuladas ao conceito de “leitura do lugar”, buscam relacionar a narrativa do morador ao território no qual está inserido. Ambos os fatores tomaram como base algumas das linhas de análise que compõem a leitura do lugar, com o objetivo de inserir o morador como o principal interlocutor da pesquisa. Todo o texto é alimentado por trechos das entrevistas realizadas, levantamentos fotográficos e impressões da própria autora. Essa dinâmica possibilitou demonstrar como a percepção de insegurança – sendo esta retroalimentada por tantas características estruturais que convergem para a rentabilização do medo – interfere na forma como o indivíduo se relaciona no território urbano no qual se insere.

Por fim, o último capítulo, “Considerações Finais”, sintetiza os resultados e as contribuições desta pesquisa. Longe de esgotar o assunto, o capítulo aborda a importância da leitura do lugar no mapeamento da percepção de insegurança e o impacto de inserirmos o morador como o principal interlocutor quando falamos de violência e medo. Com o objetivo de continuarmos posteriormente o desenvolvimento da pesquisa, também apontamos as principais dificuldades encontradas e os possíveis caminhos a serem explorados. Para pensarmos em produzir e estruturar cidades mais seguras, primeiramente precisamos compreender as diferentes percepções de seus moradores, seja pela leitura de suas ações e reações no território, seja pela própria leitura desse território. Só então vislumbramos a possibilidade de territórios que contribuem com o bem-estar do morador sem precisarmos compactuar com um planejamento urbano estruturalmente mixofóbico, segregador e violento.

Para melhor visualização acerca da estrutura desta dissertação, elencamos, na Figura 1, os capítulos e subcapítulos, com as principais referências teóricas, bem como representamos as principais correlações entre os itens.

Figura 1 – Diagrama da dissertação



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

2 MEDO DO CRIME E PERCEPÇÃO DE INSEGURANÇA

Conforme estabelecido na introdução, o problema a ser tratado nesta pesquisa é a correlação entre a violência urbana, a percepção de insegurança e o território, com ênfase em compreender como esses fatores incidem sobre a forma como o indivíduo age e reage no território que ocupa. Neste breve capítulo inicial, iremos abordar o que chamamos de Percepção de Insegurança, e evidenciar como esse conceito irá estruturar a nossa discussão.

Para explicitar o termo “percepção de insegurança”, o ponto de partida adotado é o termo “medo do crime”, recorrente no campo da criminologia, mas cuja complexidade faz com que outras áreas de estudo o adotem a partir de diferentes perspectivas. Garofalo (1981) caracteriza o medo do crime como uma reação emocional que se manifesta por meio do senso de ansiedade e perigo. Alinhado a esse pensamento, Ferraro (1995) acrescenta que esse medo se associa a uma resposta frente a um risco real, mas também a um sentimento de insegurança. A ideia de sentimento de insegurança é importante porque insere aspectos subjetivos e, tal como aponta Hale *et al.* (1988), decorre de uma reação pessoal que não está associada somente ao risco e ao perigo, mas também à percepção de vulnerabilidade do indivíduo. Não só a avaliação da insegurança é subjetiva, como também a reação ao sentimento de insegurança. Segundo Narváez (2009), o medo do crime é uma reação cognitiva que se manifesta na conduta do indivíduo, de modo que as medidas de cautela e de proteção interferem na vida individual e coletiva. Diante disso, consideramos que o medo do crime é uma avaliação e reação a um risco real ou percepção de vulnerabilidade que afeta a ação do indivíduo, incluindo, conforme será demonstrado, o modo como este se insere no território urbano.

Trazendo o tema para uma perspectiva coletiva, Kohm (2009) observa que o medo do crime tem sempre um efeito negativo quando falamos de qualidade de vida, uma vez que restringe hábitos, diminui a sociabilidade e afeta a coletividade e a confiança mútua entre as pessoas. Apesar de inúmeras pesquisas se dedicarem à compreensão do medo do crime, ainda segundo o autor, existem dificuldades quanto à elaboração de políticas públicas e medidas que amenizem essa reação cada vez mais presente em nosso cotidiano. Essa dificuldade se deve principalmente à multiplicidade e complexidade conceitual do medo do crime enquanto objeto de

análise, o que se desdobra no pouco consenso em relação aos métodos e indicadores capazes de quantificar esse medo.

Uma das estratégias utilizadas para operacionalizar o conceito é a sistematização de categorias para melhor entender o medo do crime (SAN-JUAN *et al.* 2012)¹, sendo elas:

a) Perspectiva sociodemográfica, relacionada à vulnerabilidade do indivíduo. Entendimento de que alguns grupos tendem a ser mais vulneráveis que outros devido a algumas características, como raça, cor, gênero, opção sexual, idade, classe e renda. Dessa forma, o indivíduo que se percebe como mais vulnerável é o que geralmente apresenta maiores níveis de medo.

b) Perspectiva de vitimização, relacionada a como a vitimização (direta ou indireta²) e as notícias sobre violência veiculadas pela mídia podem aumentar o sentimento de insegurança do indivíduo.

c) Perspectiva socioespacial, relacionada aos estímulos ambientais e sociais que podem ser interpretados como responsáveis pelo aumento do medo. Viés muito amplo, que abrange fatores, como civilidade, segregação, preconceito, vandalismo, urbanismo, entre outros.

A partir dessas três perspectivas entendemos que há uma derivação territorial, na qual iremos destacar a dimensão da “percepção de insegurança” para retratar e investigar como essa percepção se estrutura no espaço urbano. Isso é necessário porque as duas primeiras categorias apresentam limitações para se relacionar diretamente com o território. Já a categoria de perspectiva socioespacial, apesar da correlação com o território, ainda está muito conectada ao campo da criminalidade e se distancia do nosso problema, ao tentarmos compreender as incidências do medo do crime quando atreladas ao cotidiano do indivíduo no território urbano.

¹ Categorias sistematizadas por estudos do campo da criminologia.

² Vitimização direta sendo entendida como o medo do crime a partir de algum evento violento que, de fato, aconteceu com o indivíduo; e vitimização indireta sendo entendida como o medo do crime a partir de eventos violentos que aconteceram com vítimas próximas ou conhecidas do indivíduo (CRISP, 2010). No campo da criminologia a vitimização indireta, também é identificada como “vitimização vicária”.

A opção pelo termo “percepção de insegurança” busca trazer para primeiro plano o modo como o indivíduo organiza e interpreta informações, e como essas informações relacionadas ao medo do crime afetam o modo como ele se relaciona com os outros e com o território. Dessa forma, busca-se uma perspectiva que seja centrada majoritariamente na análise da relação entre a forma dos espaços e o mapeamento das atividades neles exercidas, adicionando o papel da percepção nessa relação.

Segundo Esteves (1999)³, a percepção de um indivíduo resulta de duas fontes principais: uma é diretamente produzida a partir da apreensão do indivíduo sobre o meio no qual está inserido (seja através de filtros sensoriais, seja de psicológicos, culturais); e a outra é indiretamente produzida a partir de informações veiculadas por outras fontes (sejam familiares, sejam amigos, seja mídia). É a partir de um conjunto de informações que o indivíduo determina como ele se articula com o meio que o cerca; para tal, o indivíduo “adquire, codifica, armazena, recorda e descodifica informação e dados sobre áreas, espaços, fenômenos, pessoas e objetos que encontra na sua vida diária” e esse processo produz uma percepção que atua como “um juízo de valor [...] e que vai ajudar a orientar e organizar as suas deslocamentos e atos” (ESTEVES, 1999, p. 26).

Portanto a percepção afeta diretamente o comportamento do indivíduo, uma vez que ela produz imagens e conjuntos de valores que influenciam nas tomadas de decisões e na forma como o meio é assimilado. O intuito por trás do termo “percepção de insegurança” é justamente incorporar à discussão o impacto da percepção do indivíduo referente à experiência no território urbano quando relacionada ao medo do crime. Ademais, é importante ressaltar que a percepção é um processo estruturado por um conjunto de filtros – sejam eles culturais, sejam sociais, econômicos, políticos ou religiosos – os quais distorcem a percepção da realidade.

Quando destacamos o fator violência como um dos filtros que alimenta nossa percepção, estamos falando de um fenômeno estrutural que age sob a percepção do indivíduo através do medo. Sendo assim, ao receber informações

³ Incluímos a autora para justificar a escolha pela palavra “percepção”. Doutora no campo de geografia humana, ela sintetiza os mecanismos da percepção do espaço e seus reflexos no comportamento do indivíduo.

relacionadas à violência, o indivíduo as processa de uma forma que interfere diretamente no seu cotidiano e na sua relação com o território e, a partir disso:

Um medo generalizado, ainda que matizado também ele (de acordo com classe, a cor da pele, a faixa etária, o sexo, e o local da residência), toma conta de corações e mentes, (re)condicionando hábitos de deslocamento e lazer, influenciando formas de moradia e habitat e modelando alguns discursos-padrão sobre a violência urbana (SOUZA, 2008, p. 54).

No entendimento dos autores trabalhados até aqui, tanto o medo do crime quanto a percepção de insegurança referem-se a uma reação cognitiva e emotiva do indivíduo diante do medo de ser vítima de algum tipo de violência. Porém, Gómez e González (2007) fazem uma distinção importante entre os termos ao entenderem que o medo do crime se refere ao medo de ser diretamente vítima, enquanto a percepção de insegurança pode ser entendida como um medo abstrato, ou até mesmo uma inquietude que enxerga o crime como um problema social. Na mesma linha de pensamento, Carrión (2008) acrescenta que a percepção de insegurança trata de um imaginário complexo que é construído socialmente e que se caracteriza por ser uma reação cognitiva que existe antes ou depois de uma ocorrência violenta (seja ela direta ou indireta). Dessa forma, entende-se que a percepção de insegurança, ao alimentar a sensação de vulnerabilidade e desproteção do indivíduo no espaço, não só modifica nossos hábitos sociais, como também influi sobre o cotidiano.

Portanto, ainda que inserida na definição mais abrangente de medo do crime, a percepção de insegurança, por dialogar de modo mais amplo com as questões estruturais da vida urbana e por estar mais próxima à discussão sobre a percepção espacial vinculada à leitura do lugar, será adotada pela pesquisa como dimensão principal do papel da violência urbana na relação entre indivíduo e território urbano. No entanto é necessário antes compreender como essa percepção de insegurança afeta e é afetada pelas características estruturais da sociedade contemporânea.

3 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

As características estruturais que incidem na percepção de insegurança do indivíduo quando falamos de violência serão abordadas sob uma perspectiva gradativa – das mais abrangentes até as mais específicas – objetivando construir uma linha de raciocínio que permita a compreensão de como a percepção de insegurança é moldada por essas variantes. Importante ressaltar que entendemos a violência estrutural como uma violência que atua como mediadora das relações socioespaciais contemporâneas, sendo ora um sintoma desses processos, ora condicionante destas relações, um fenômeno que é estrutural e estruturante da sociedade contemporânea. Nesse sentido, o tema permite diferentes entradas conceituais e diálogos com autores de diferentes campos do conhecimento, nos levando a opções e recortes compatíveis com a investigação de mestrado e que em alguns momentos optou por autores/argumentos mais tradicionais e consolidados, o que pode ter nos afastado de uma literatura mais contemporânea sobre o tema. Consideramos que as opções, no entanto, não comprometem a construção da estrutura teórico-metodológica a ser experimentada ao longo do trabalho. Para tal, iniciamos o capítulo discutindo o papel estrutural exercido pela globalização e pelo neoliberalismo em nosso contexto, com ênfase nos processos de urbanização para, em seguida, discutir as dimensões da violência e a violência urbana. Por fim, avançamos no debate mais específico sobre a mercantilização da insegurança, o medo do outro e as formas urbanas do medo em nosso território.

3.1 Globalização, neoliberalismo e urbanização

Anthony Giddens (1991, p. 60) define a globalização⁴ como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. Embora existam diversos autores que defendam que a globalização facilita a troca de experiências e práticas, e alimenta sociedades heterogêneas, existem outros que argumentam que a globalização está modificando sociedades e culturas em um sentido completamente inverso, ou seja,

⁴ Importante destacar que a abordagem sobre o tema globalização tem como único objetivo permear seus principais impactos e utilizá-los como premissa para adentrar os temas que, de fato, aproximam-se do problema da pesquisa.

gerando um efeito de homogeneização cultural. Alinhados ao segundo argumento, acrescentamos que o movimento de homogeneização não ocorre somente culturalmente, mas se estende social e espacialmente, como veremos no decorrer do texto (especificamente no subcapítulo “Formas Urbanas do Medo”).

Segundo Lourenço (2013, p. 5), a trama global contribui “ativamente para a desterritorialização e a descontextualização de experiências e a aceleração e o aumento de troca de símbolos culturais, num movimento à escala mundial capaz de influenciar e alterar identidades culturais locais”. A partir disso, o modo como a globalização age sobre as relações sociais – intensificando processos de homogeneização, desterritorialização e descontextualização de experiências – reforça estereótipos, preconceitos, além de sentenciar o diferente como um fator de perigo. Trazendo o argumento para o universo da pesquisa, argumentamos que a globalização não só afeta o modo como ocorre e é percebida a violência urbana, mas também condiciona o indivíduo a perceber a diferença – o outro – como uma ameaça que deve ser neutralizada.

Tal como a globalização, as práticas neoliberais contribuem para a ampliação do medo do crime e da percepção de insegurança. Caracteriza o pensamento neoliberal a reação a um tipo de Estado predominantemente intervencionista, e a defesa à não intervenção desse Estado na esfera econômica, de forma a permitir a livre atuação do mercado, mas, ao mesmo tempo, assegurar que o Estado financie e priorize o capital, deixando de ser uma instituição pública e provedora de políticas sociais e passando a ser considerado uma empresa a ser administrada. Isso pode ser verificado na fala de David Harvey (2012), ao afirmar que:

A reviravolta neoliberal restaurou o poder de classe das elites ricas. [...] Os resultados são indelevelmente cáusticos sobre as formas espaciais de nossas cidades, que consistem progressivamente em fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância” (HARVEY, 2012, p. 81).

Além dos danosos impactos dessa perspectiva de ação do Estado para as políticas públicas, incluindo aquelas voltadas para a diminuição dos efeitos da violência, a ascensão de uma economia e política pautadas exclusivamente pelo interesse do mercado faz com que a neoliberalização opere por exclusão e disputa, além de atribuir ao indivíduo a responsabilidade por seu desempenho dentro da sociedade, o que gera:

[...] do lado da economia, uma acumulação do capital que não necessita incorporar mais pessoas ao mercado de trabalho e de consumo, operando com o desemprego estrutural; do lado da política, a privatização do público, isto é, o abandono das políticas sociais por parte do Estado. No caso do Brasil, o neoliberalismo significa levar ao extremo a polarização carência-privilegio, a exclusão sociopolítica das camadas populares, a desorganização da sociedade civil como massa dos desempregados, a natureza oligárquica e teológica da política, o autoritarismo social e o bloqueio à democracia (CHAUI, 1995, p. 78).

A lógica da meritocracia, para citar apenas um dos inúmeros desdobramentos do cenário exposto, atua como se as conquistas, os direitos e as oportunidades fossem oferecidos de forma igualitária para todos. Porém a realidade denuncia a existência da lei dos mais fortes, fator que é refletido na exacerbação de uma desigualdade social e econômica que prejudica a maior parte da população em países como o Brasil. O modo como o neoliberalismo agrava a legitimidade da propriedade privada, a meritocracia, o acúmulo sem precedentes de capital e a livre expressão do mercado estrutura uma sociedade ideologicamente desigual e voltada para a inserção no consumo. Nesse contexto, a própria vida urbana passa a ser convertida em mercadoria, conforme aponta Harvey:

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. A tendência pós-moderna de encorajar a formação de nichos de mercado – tanto hábitos de consumo quanto formas culturais – envolve a experiência urbana contemporânea com uma aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro (HARVEY, 2012, p. 81).

A grande questão é que a cidade, enquanto mercadoria, é acessível somente a pessoas com poder de compra, o que acentua a conformação de um território urbano estruturado por um processo predatório e lucrativo, bem como pelo enfraquecimento do exercício de direitos sociais básicos.

[...] o direito de habitar como direito à vida, assim como outros direitos sociais, é secundarizado no âmbito do desenvolvimento da sociedade moderna [...] Dessa forma, a cidade, além de se tornar palco das desigualdades, passa a ser objeto de disputa, de distribuição desigual do espaço (OLIVEIRA, 1993, p.173).

Dessa forma, os agentes dominantes que disputam o poder e o território tendem não só a controlar a produção do território de acordo com seus interesses, mas também a utilizá-lo como amplificador da desigualdade socioespacial, visto que a diferença entre os dominantes e dominados é reproduzida na composição do espaço. Isso influi diretamente sobre as práticas de violência dentro do território, uma

vez que o acesso desigual a bens de consumo, infraestrutura, oportunidades, e ao próprio território, também alimenta o cenário de conflitos e disputas.

Outra característica fundamental para nossa articulação é o processo de urbanização, o qual estrutura uma série de transformações que atuam sobre as práticas sociais e espaciais de uma determinada sociedade. A urbanização das cidades brasileiras é, até hoje, determinada por um processo que privilegia minorias e que fragmenta o território em partes segregadas por forças de interesses.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 1993, p.10).

Pensar em urbanização hoje é, portanto, pensar uma distribuição e desenvolvimento do território estruturado por problemas “sociais (crescimento das desigualdades), políticos (criminalidade da pobreza), espaciais (fragmentação do território) ou ideológicos (sujeição da democracia à segurança), os quais se combinam entre si para traçar um projeto de sociedade selvagem e inquietante” (SANTOS, 2009, p. 242), e que incidem sob um modelo de organização socioespacial globalizado.

A partir desses problemas amplificados não só pela urbanização, como também pela globalização e neoliberalização, nós nos deparamos com um cenário predestinado ao conflito, conformado por territórios, relações, costumes e práticas pautados pela exclusão, medo, distanciamento e disputas desiguais. Ao aproximar essa problemática à questão da violência e, principalmente, da violência urbana, partimos do pressuposto de que esses processos afetam a percepção de insegurança e reproduzem as condições para perpetuação e agravamento de diferentes dimensões do medo do crime.

3.2 Dimensões da violência e a violência urbana

Antes de avançar na proposta de um diálogo entre a percepção de insegurança e sua relação com o território, ainda que a proposta desta pesquisa não seja buscar uma definição para o termo “violência” e sim compreender como a violência atua na construção da nossa percepção, cabe discutir melhor o significado e o papel estruturante exercido por ela na sociedade contemporânea.

A palavra violência é carregada de diferentes significados e interpretações, podendo ser identificada em diversos contextos. Segundo Misse (2016, p. 47), o termo violência, devido à sua complexidade semântica, não deveria ser adotado como um conceito rígido, pois “é uma categoria que, quando deixa de ser meramente constatativa (e, nesse caso, polissêmica), torna-se necessariamente performática, normativa e acusatorial”. Querer engessar um termo polissêmico, como a violência, significa reduzi-lo a uma abordagem equívoca e simplista, além de subestimar as múltiplas particularidades manifestadas nos arranjos societários dos quais emerge. Ainda que majoritariamente o sentido do termo violência esteja estruturalmente relacionado com a criminalidade, é importante considerar sua amplitude de abordagens.

Em uma abordagem mais aproximada da sociologia, a violência é geralmente tratada como um sintoma inerente à sociedade e suas relações. José V. T. dos Santos (2002b, p.17) a define como “um ato de excesso” que permeia as relações sociais e de poder na sociedade contemporânea. O autor imputa a violência como um fenômeno social caracterizado pelo uso da força ou da coerção, que tem como intuito causar algum tipo de dano a um indivíduo ou a grupo de indivíduos. Nessa mesma linha de pensamento, o sociólogo Michaud (1989) insere a violência em um contexto teórico que não só abrange o caráter etimológico da palavra – que em latim significa caráter violento, força, vigor, potência, emprego de força física –, como também agrega ao termo uma dimensão simbólica e cultural:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 11).

Erich Fromm (1975) incorpora ao termo uma abordagem que entende a violência como uma forma de defesa compensatória e que é culturalmente construída. Desta forma, entendemos que a sociedade, especialmente a capitalista e globalizada, molda indivíduos de consumo, e uma vez que esses são acometidos por impotência, fraqueza e frustração, utilizam da violência para, de alguma forma, reverter sua situação de inferioridade.

Por ser um fenômeno múltiplo e manipulável, a violência incorpora alguns significados de acordo com características estruturais da sociedade – sejam elas

econômicas, sejam sociais, financeiras, culturais – que são inerentes à sociedade. Nota-se que não só o modo de produção econômica como também a história e a cultura são fatores que atuam sob a percepção da sociedade perante um ato violento. A visão antropológica de Alba Zaluar (1999, p. 8) traz a violência como um termo “polifônico desde a sua própria etimologia” e que é caracterizada por meio da percepção humana, que varia de acordo com a cultura e a história do indivíduo. A autora defende que a violência, além de polifônica, também se manifesta de forma múltipla e que, portanto, não é possível predefini-la “como positiva e boa, ou como destrutiva e má” (ZALUAR, 1999, p. 8), justamente pelo fato de a delimitação entre esses opostos também se apresentar de forma múltipla. Portanto o fator determinante que caracteriza o que é violência ou não é a percepção de limites, uma vez que essa percepção varia histórica e culturalmente.

No campo da filosofia, a definição de violência considera pelo menos três dimensões do termo: a violência como meio de suprir desejos, a violência como característica intrínseca da natureza humana e a violência como busca de poder. Autores como Hegel (*apud* PERINE, 2013), por exemplo, afirmam que o homem se diferencia dos outros animais por ser composto por desejos, ou seja, por necessidades que não são de sua natureza primeira. O desejo é um dos fatores que move o homem a agir sob o que se encontra ao seu redor a fim de satisfazer suas necessidades. Nesse panorama, o uso da violência se manifesta como meio de suprir desejos, ou então como exteriorização da frustração que o indivíduo carrega, uma vez que não supre suas necessidades de forma satisfatória.

Para Thomas Hobbes (*apud* HERB, 2013), o homem é um ser essencialmente violento, movido pelo egoísmo, individualidade, ganância e agressividade e, devido a essas características, o autor expõe a necessidade de um poder central que controle a natureza humana. Pelo fato de sua essência ser animal, porém racional, o homem utiliza da força e violência para dominar aquilo que almeja – daí a expressão “o homem é o lobo do homem”. Com a concepção de que o homem por si é violento, Hobbes defende a ascensão do Estado, em conjunto com leis e normas – relação intitulada como contrato social –, para reger os indivíduos, protegê-los de seus instintos e estabelecer a paz. O paradoxo desse pensamento é que o Estado passa a ser o provedor da segurança e da proteção, e utiliza de quaisquer meios, sejam eles éticos ou não, para garantir o cumprimento de tais

tarefas; ou seja, o Estado tem o aval para utilizar da violência caso seja necessário controlar o homem essencialmente violento.

Esse paradoxo pode ser deduzido a partir da ambiguidade da palavra *Gewalt*, que significa tanto violência como poder. Walter Benjamin (1986) utiliza do termo para explicar como essa dicotomia influi na prática do direito, sendo que sua institucionalização é estabelecida pela violência, e, para que se mantenha instituído, o direito não dispensa a violência, e sim a transforma em uma versão mais suprema, que é o poder. Uma importante aplicação dessa perspectiva é formulada por Boa Ventura de S. Santos (2002a), que ilustra esse paradoxo com a teoria do *fascismo do Estado paralelo*, na qual o Estado atua de formas distintas entre “zonas civilizadas”⁵ e “zonas selvagens”⁶, sendo que, nas zonas civilizadas, “o Estado age democraticamente, como Estado protetor, ainda que muitas vezes ineficaz ou não confiável” e, nas zonas selvagens, “o Estado age fascistamente, como Estado predador, sem qualquer veleidade de observância, mesmo aparente, do direito” (SANTOS, 2002a, p. 34). Portanto, o Estado usa da violência, muitas vezes ilegal, sob a justificativa de controlar os selvagens que ameaçam a ordem e a supremacia de seu poder.

Hanna Arendt (2007), em seu livro *A condição humana*, defende o pensamento de que o homem é um “ser condicionado”, ou seja, é moldável e adaptável ao cenário em que está inserido; e que não podemos atribuir qualquer ação humana à sua natureza, uma vez que essa natureza é indecifrável. Dessa forma, a violência não pode ser caracterizada como essência do homem, e sim como um meio que influi na condição humana. Portanto, para a autora, o homem não é em si um ser violento, porém utiliza da violência como um instrumento, já que “como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja” (ARENDR, 2001, p. 40-41). Arendt, ainda que em consonância com o pensamento de Benjamin quanto à proximidade entre violência-poder, refuta a ideia de que a violência seja uma manifestação de poder, e sim um meio pelo qual o homem conquista poder.

⁵ Zonas civilizadas são compostas por grupos sociais domesticados pelas leis e regras de convivência, e seus integrantes são considerados cidadãos, portanto são zonas incluídas no contrato social.

⁶ Zonas selvagens são compostas por grupos que não respondem às leis e regras de convivência, e seus integrantes são considerados selvagens a serem dominados, portanto, por representarem uma ameaça à civilidade, são zonas excluídas do contrato social.

Mais próxima dessa última perspectiva, está a definição de violência sistematizada por Marilena Chaui, para quem:

A palavra violência vem do latim *vis*, força, e significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (CHAUI, 2011, p. 379).

Por ser um fenômeno polissêmico e que se revela de diferentes formas, a violência é aqui analisada como uma trama composta por inúmeros elementos que se relacionam e reagem entre si e, por isso, partimos do pressuposto de que a reação entre determinados elementos gera diferentes tipologias de violência. A problemática desta pesquisa se manifesta em torno de uma percepção de insegurança que busca compreender a violência como um fenômeno onipresente. Dessa forma, iremos aproximar o conceito de violência a uma perspectiva territorial, com o intuito de compreender como ela condiciona a reprodução do território e como essa articulação se manifesta sob a percepção do indivíduo.

Destaca-se a necessidade de cautela nesse tipo de abordagem, para não cairmos no equívoco de condenar o território como responsável por gerar violência. Isso não equivale a afirmar que o território não influi na ascensão da violência, afinal, ele age sobre as relações sociais e, conseqüentemente, é um agente que também condiciona as práticas de violência (SOUZA, 2008). A violência urbana é difusamente atrelada à violência que acontece dentro das cidades, contudo o acontecimento da violência urbana não se reduz somente à cidade como localidade, mas também incorpora a complexidade das relações sociais e espaciais que estão presentes no território.

Atualmente, a violência urbana se tornou um dos pontos focais quando falamos de qualidade de vida, pois, além de interferir diretamente no cotidiano da sociedade, ela foi considerada pelo senso comum um sujeito onipresente no território. Esse tipo de violência toma tamanha proporção a partir de múltiplos processos sociais, espaciais e econômicos que atuam sobre a sociedade. Por isso há uma relação

expressiva dos processos de globalização, neoliberalização e urbanização, com o fenômeno da violência urbana, conforme disposto no item anterior.

Considerando que a categoria urbana da violência é inerente ao território da cidade, entende-se que estamos falando de um fenômeno recorrente ao longo da história. A cada período histórico, a relação entre violência e cidade é mutável, pois ambas se transformam de acordo com a sociedade nas quais estão inseridas, ou seja, “[...] as dinâmicas nas mudanças da violência e da cidade correspondem à mutação da relação entre elas, o que leva a uma concentração de atos de violência e à existência de uma violência tipicamente urbana”⁷ (CARRIÓN, 2008, p. 117).

Essa violência tipicamente urbana é caracterizada pela prática de atos violentos no território, e que, “atingindo certos patamares, põem em causa a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos e alimentam o sentimento de insegurança” (LOURENÇO, 2010, p. 21). Com isso, entendemos que a violência urbana, por se articular diretamente com o território, é um fenômeno que impacta diretamente a vida social e o cotidiano, uma vez que interfere no modo pelo qual o indivíduo interpreta e se relaciona com o território. Reconhecemos, dessa forma, a importância de incorporar a violência e sua natureza polissêmica à discussão, mas também evidenciamos que a percepção de insegurança vai muito além da violência propriamente dita, afinal:

A qualidade da relação entre usuário e seu ambiente é mediada pelo sentimento de insegurança e diretamente afetada pela instauração progressiva do perigo. Ela depende igualmente do contexto político, cultural e social no qual essa relação se insere, e que vai influenciar tanto a percepção dos atores sociais quanto as práticas que adotam para responder à insegurança e aos perigos constatados (PEDRAZZINI, 2006, p. 119).

A violência urbana e a percepção de insegurança são fenômenos conectados, porém o desenvolvimento de cada um não é necessariamente dependente do outro, ou seja, a taxa de criminalidade de um determinado espaço pode não evoluir tanto quanto a insegurança daqueles que ali vivem, ou vice-versa. Souza (2008) territorializa essa evolução – que é paralela, porém não linear –, ao afirmar que “é como se a ‘geografia do medo’, baseada em um sentimento de insegurança que, muitas vezes, pode descolar-se em parte da incidência objetiva dos

⁷ Tradução nossa de: “[...] las dinámicas en los cambios de la violencia y de la ciudad les corresponde la mutación de la relación entre ellas, que desemboca en una concentración de hechos de violencia y en la existencia de una violencia típicamente urbana.”

crimes violentos, se sobrepusesse à ‘geografia da violência’ mais ou menos objetiva” (p. 54). Isso não quer dizer que estamos minimizando o impacto da criminalidade e violência sobre a sociedade, mas também não podemos reduzir a problemática da insegurança a somente esses fatores.⁸

Por esse motivo, partimos da hipótese de que a percepção de insegurança não está exclusivamente atrelada aos índices criminais, e que é necessário explorar a complexa articulação que essa percepção possui com um conjunto de fatores que estruturam a sociedade contemporânea e que cristalizam, sobretudo por meio da relação com o espaço urbano, o descolamento da “geografia da violência” e da “geografia do medo”.

3.3 A mercantilização da insegurança

Levando em consideração que um dos nossos objetivos é compreender como a percepção de insegurança e a violência urbana estruturam as relações socioespaciais, é necessário entender em que medida a mercantilização desses processos e o modo como são naturalizados pelos diversos agentes que agem sobre o espaço urbano conformam um sistema que se retroalimenta. Para tal, iremos explorar como a produção ampliada da percepção da insegurança é, em uma sociedade globalizada e neoliberal, sustentada diretamente pelo “mercado da segurança” e pelo “mercado da informação”. Por estarmos inseridos em uma arena de disputa orientada majoritariamente pela lógica do consumo, boa parte dos processos e percepções que operam nessa sociedade é etiquetada e naturalizada como mercadoria.

Os termos “mercado da segurança” e “mercado da informação” utilizados acima são cunhados por Souza (2008), ao retratar a informação e a segurança como engrenagens da lógica capitalista. O autor caracteriza o “mercado da segurança” como um sistema estruturado na compra e venda de aparatos e produtos relacionados ao fornecimento de segurança, enquanto o “mercado da informação” é caracterizado como um sistema de comunicação que induz práticas sociais e que dissemina a lógica do consumo. Ainda segundo o autor, esses dois tipos de mercado estão interligados

⁸ Entendemos que sob uma perspectiva do campo da criminalidade, cabe como próximo passo/desenvolvimento a inserção do autor Luiz Antônio Machado da Silva conforme sugerido pela banca de defesa desta dissertação.

ao fenômeno da violência urbana, uma vez que o mercado da informação amplia a percepção de insegurança e, paralelamente, o mercado da segurança lucra com a captação de um público amedrontado, com base na promessa de prover os instrumentos necessários para garantir uma vida segura.

Quando falamos de segurança, em um cenário no qual a ação do Estado é fragilizada,

[...] as pessoas intensificam suas próprias medidas de encerramento e controle, de separação e construção de barreiras, tanto simbólicas (como preconceito e estigmatização de alguns grupos) como materiais (muros, cercas e toda parafernália eletrônica de segurança) (CALDEIRA, 2000, p. 90).

Dessa forma, a busca por soluções fora da ação do Estado, a própria descrença no Estado, a reprodução da violência urbana e a crescente percepção de insegurança são entendidas pela iniciativa privada como uma oportunidade de rentabilizar a segurança, na medida em que o mercado se manifesta como um método efetivo em prover segurança àqueles que podem pagar por ela, tornando a relação entre a violência urbana e a percepção de insegurança altamente rentável sob a perspectiva do mercado.

Dentro do mercado de segurança, podemos destacar inúmeros setores que se alimentam dessa relação, incluindo tecnologias voltadas para segurança (câmeras, alarmes, cercas, rastreamentos, automatização, reconhecimento facial, carros blindados), terceirização de vigilância (monitoramento 24 horas, guardas e rondas particulares), e até mesmo o mercado imobiliário (valorização e desvalorização da propriedade, condomínios residenciais, especulação imobiliária). Segundo matéria⁹ divulgada pela Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE), somente o mercado de segurança eletrônica no Brasil faturou R\$ 7,17 bilhões em 2019, o que equivale a 0,1% do PIB nacional desse mesmo ano¹⁰.

O faturamento do mercado de segurança como um todo é de difícil quantificação devido à amplitude da ramificação que ele possui, mas é fácil identificar

⁹ Verificar referência: ABESE. Mercado de segurança eletrônica no Brasil faturou R\$ 7,17 bilhões em 2019 – Abese prevê crescimento de 12% em 2020.

¹⁰ O PIB do Brasil em 2019 foi de R\$ 7,3 trilhões. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

em nosso dia a dia a presença desse mercado condicionando nossas práticas sociais, fortalecendo desigualdades e determinando a fragmentação do território urbano.

Por estarmos inseridos em uma era pautada na conexão, na informação e no encurtamento do tempo, os meios de comunicação são instrumentos fundamentais para transmitir em tempo praticamente imediato a informação ao público, independentemente de sua localização. Ao observar uma tendência histórica, Chaui (2006) relata que os principais meios de comunicação são controlados por agentes detentores de poder e capital para induzir práticas sociais de seus públicos-alvo. Isso indica que, a partir desses meios, reproduzimos formas de pensar e agir que são manipuladas para convergir com os interesses desses agentes.

Como já demonstrado, a violência urbana é interpretada aos olhos do mercado como um fenômeno rentável e, portanto, os meios de comunicação sistematizam estratégias que garantem que a informação sobre a violência seja veiculada de forma a amplificar a percepção de insegurança, o que, conseqüentemente, provoca uma onda de consumo em direção ao mercado da segurança.

Um dos meios mais eficazes e recorrentes é o modo como a mídia em geral estrutura um roteiro no qual a informação é adequada para que seja possível beneficiar os interesses do mercado. Segundo Chaui (2006), esse roteiro segue a seguinte lógica: primeiramente, diferencia-se o tipo de notícia, seja ela sensacionalista, seja sofisticada, de acordo com o horário de transmissão e o público-alvo; em segundo, as notícias que possam prejudicar ou desagradar agentes patrocinadores ou figuras poderosas são maquiadas ou omitidas; em terceiro, a percepção de insegurança é aguçada por notícias locais, regionais e internacionais, que relatam como a violência é um fenômeno eminente e alarmante; e, para concluir o ciclo, transmitem-se notícias que reforçam a necessidade de medidas de segurança e discursos a fim de apaziguar o medo gerado pelas notícias anteriores.

Considerando que o mercado da informação não só influi nas práticas sociais como também contribui para o crescente lucro do mercado da segurança, Souza (2008) categoriza o capitalismo como “criminógeno”, visto que, ao mesmo tempo que se impõe como dominador dos “perigosos e indesejáveis” a fim de legitimar-se diante das classes afetadas pelo medo, também solidifica a percepção da

insegurança em detrimento do lucro e prática da lógica de consumo. Ou seja, o capitalismo é criminógeno:

[...] ao despertar um irrefreável desejo de consumo em muitos ou quase todos, ao mesmo tempo em que propicia somente a poucos a chance de satisfazer seus desejos de modo legal; ao inculcar e disseminar valores individualistas e competitivos, colocando o 'eu' muito acima do 'nós', o 'ter' acima do 'ser', a propriedade acima da vida; ao engendrar uma 'indústria cultural' que se alimenta da criminalidade violenta (entre outros eventos dramáticos e dramatizáveis) e, ao regurgitar informação sobre crimes violentos (jornais, televisão) e disseminar narrativas sobre a violência (filmes, jogos), em ambos os casos de um modo acrítico e superficial, reforça os valores há pouco mencionados e retroalimenta a própria violência (SOUZA, 2008, p. 148).

Dessa forma, os mercados da informação e segurança são “o resultado ‘lógico’ de um modelo social que engendra uma ‘guerra civil molecular’ que ele próprio reproduz ampliadamente” (SOUZA, 2008, p. 159). Portanto a amplificação da percepção de insegurança é mais que um fator atrelado à violência urbana, é uma das engrenagens que estabiliza o pleno funcionamento do *status quo* capitalista.

3.4 Medo do outro

Os conflitos criados a partir das características estruturais acima abordadas são respaldados por uma sociedade e um processo de urbanização excludente, sendo que, assim como seu território, ela é fragmentada em camadas de acordo com interesses e níveis de poder (aquisitivos, sociais, territoriais, culturais). Nesse cenário, o território se apresenta como mediador dessas camadas e, conseqüentemente, das relações de conflitos nelas existentes. Por essa razão, é necessário primeiro o entendimento de algumas articulações entre essas camadas para, posteriormente, relacioná-las com a percepção de insegurança do indivíduo.

Um argumento que pode orientar essa aproximação é a sistematização formulada por Milton Santos (1977) em relação à “teoria dos dois circuitos”. Essa teoria tem por objetivo interpretar a política econômica das cidades – segundo seus capitais, modernização tecnológica e relações de produção – sob um viés que relaciona suas características a um cenário estrutural de riqueza e pobreza. Essa desigualdade estrutural é “causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços” (p. 37). Dessa forma, o autor relata a existência de um circuito superior que “[...] tem permanente acesso aos bens e serviços oferecidos [...]”, e um circuito inferior que “[...] mesmo apresentando necessidades similares, não podem

satisfazê-las” (SANTOS, 1977, p. 37). A princípio, a relação entre esses dois circuitos pode parecer antagonica, entretanto, ao considerarmos que ambos estão inseridos em um sistema de constantes mudanças e disputas, identifica-se que é uma relação de interdependência e de seleção, visto que dominantes precisam de dominados para se manterem em uma posição de poder (SANTOS, 1977).

O autor enfatiza o trabalho como um fator que está diretamente interligado ao método de seleção socioeconômica entre os circuitos superior e inferior, visto que hoje o mercado formal, além de predatório – seja pela desvalorização do trabalhador, seja pela exploração do setor terceirizado, seja pelo enfraquecimento dos movimentos trabalhistas –, também é essencialmente excludente, pois privilegia com boas oportunidades a mão de obra especializada proveniente do circuito superior, ao passo que menospreza a mão de obra do circuito inferior, que, em consequência, passa a sobreviver entre o mercado informal e até mesmo o desemprego.

Em argumento semelhante sobre a desigualdade no acesso às oportunidades, Bauman (2009) relata como o desempregado – aquele categorizado como inútil, até mesmo incapaz de exercer qualquer trabalho, e fadado a permanecer no limbo da economia – se assemelha à lógica da *underclass* (subclasse), sendo esta composta por “indivíduos que ficaram fora das classes, que não desempenham alguma das funções reconhecidas, aprovadas, úteis, ou melhor, indispensáveis, em geral realizadas pelos membros ‘normais’ da sociedade” (BAUMAN, 2009, p. 24).

O autor argumenta que há uma linha tênue que separa a *underclass* dos criminosos, isso porque ambas são categorias de linguagem que carregam o significado de pessoas que devem ser mantidas nas margens da sociedade, que não acrescentam no desenvolvimento do país, que são diferentes do padrão considerado “normal” e que são o limbo da sociedade que não consegue ser reabilitado e inserido no aspecto socioeconômico daqueles que são iguais entre si. A partir dessa associação muito próxima entre crime e pobreza, diversos estereótipos são produzidos de forma que direcionam o senso comum a propagar discursos preconceituosos e tendenciosos. No Brasil, esses mesmos discursos exacerbam a segregação social e espacial dentro das cidades, visto que o aumento da violência é atribuído aos pobres, ou seja, ao circuito inferior. Nesse cenário, “criminalizam-se grupos específicos da sociedade, e o medo do crime, da ‘desordem’, do ‘distúrbio’ e

da violência é utilizado como pretexto para um eficaz controle social” (SOUZA, 2008, p. 152).

Para a problemática desta pesquisa, é importante ressaltar que, sob a ótica do capitalismo e neoliberalismo, a relação entre circuito superior e inferior é mediada por situações de conflito e violência. Teresa Caldeira (2000) observa que a maioria das pessoas entrevistadas em seu livro atribui o aumento da criminalidade à falta de autoridade, visto que são diversas figuras que controlam a “difusão do mal”. Para os entrevistados, uma vez que não há controle sobre o mal, este se propaga rapidamente e, assim como um vírus, apossa-se dos mais fracos e vulneráveis:

O mal é algo associado à natureza humana, algo a que qualquer um é vulnerável. No entanto, como os pobres são vistos como mais próximos da natureza e da necessidade e mais distantes da razão e do comportamento racional que as outras pessoas, e como estão fisicamente mais próximos dos espaços do crime, conseqüentemente, são tidos também como outro grupo que corre o risco de ser infectado pelo mal (CALDEIRA, 2000, p. 90).

Para se proteger dessa camada “infectada pelo mal”, a solução mais difundida e praticada pela sociedade contemporânea é o isolamento físico e a constante vigilância. Dessa forma, “quando se considera que o ambiente ficou muito perigoso, a melhor resposta é construir barreiras por toda parte e intensificar todos os tipos de controle privado” (CALDEIRA, 2000, p. 91). A partir dessas observações, pressupõe-se que a percepção de insegurança não está somente enrustida no medo da violência em si, mas também no “medo do outro”.

Zygmunt Bauman (2009) atribui este “medo do outro” ao fenômeno da “mixofobia”. O autor categoriza a mixofobia como uma reação da psique frente à diferença, e que é alimentada pelo desejo da semelhança, ou seja, o instinto propulsionado pela mixofobia é a rejeição do diferente e a busca pelo igual. A urgência pela homogeneidade e pelo achatamento das diferenças na sociedade acaba se tornando uma patologia do indivíduo contemporâneo, sendo necessárias doses cada vez maiores de isolamento e segurança, para coexistir em um cenário urbano que é essencialmente plural.

Apesar de a diferença ser um fator estruturante na construção do sujeito (FREUD *apud* SCHARINGER e CHATELARD, 2010), nota-se atualmente um processo de homogeneização que justamente anula essa diferença, conforme elucidado por Bauman (2009). Isso nos faz questionar como essa incessante busca

afeta as relações socioespaciais e influi sobre a percepção do indivíduo. Logo adotamos a premissa de que a mixofobia, além de ser um dos componentes responsáveis pelo processo de homogeneização do espaço, também contribui com a construção de um estigma que condena o diferente e até mesmo o que caracterizamos como “circuito inferior”, como uma ameaça, pois:

[...] à medida que o impulso à uniformidade se intensifica, o mesmo acontece com o horror ao perigo representado por ‘estranhos no portão’. O perigo representado pela companhia de estranhos é uma clássica profecia autocumprida. Torna-se cada vez mais fácil misturar a visão dos estranhos com os medos difusos da insegurança (BAUMAN, 2001, p. 124).

A mixofobia induz a percepção do indivíduo a ler o território e, principalmente, o espaço público como um espaço inseguro, justamente por representar um possível encontro entre diferentes. Por isso é cada vez mais recorrente a prática de processos como a privatização e a esterilização dos espaços públicos, como veremos nos próximos parágrafos. É importante ressaltar que, quando falamos de uma sociedade mixofóbica no Brasil, nós nos referimos a uma tendência social de uma parcela da população que possui um poder aquisitivo que permite o autoisolamento e a homogeneização do cotidiano e, por isso, partimos do pressuposto de que a experiência dentro do território varia de acordo com o nível da percepção de insegurança do indivíduo.

Esse tipo de relação é encontrado na produção do território urbano, ao passo que este é programado para neutralizar conflitos e diferenças que ameaçam os desejos, interesses e bem-estar de um circuito superior. Mediante isso, nota-se, por exemplo, a constante preocupação do setor imobiliário em vender “tranquilidade e segurança” como um diferencial, e como Caldeira (2000) afirma, o próprio mercado parte do preceito de que essa configuração confere *status* e prestígio àqueles que a consomem. Logo é necessário agregar à discussão o papel da arquitetura frente a esse tipo de configuração espacial.

3.5 Formas urbanas do medo

No campo da arquitetura, urbanismo, planejamento e análise urbana, temas como a ascensão da vida privada, a decadência da vida pública e a crescente homogeneização do território são problematizados e debatidos com frequência. Isso ocorre de modo próximo à problematização dos processos de globalização,

neoliberalização, *boom* da tecnologia e informação, que afetam diretamente a forma como o indivíduo se relaciona social e espacialmente, além de estruturar a produção de um território segregador, como visto anteriormente.

Autores como Richard Sennett (1988) falam do declínio da vida pública e da morte dos espaços públicos como grandes males da sociedade moderna; outros, como Mike Davis (1993), relatam a fragmentação do território e um crescente processo de “design urbano sádico”; e ainda autores como Teresa Caldeira (2000) analisam as transformações no cotidiano e nas cidades, que são frutos de uma nova segregação socioespacial baseada no medo. Essas discussões se articulam diretamente com a forma como esse indivíduo se relaciona com o espaço e com outras pessoas, pois:

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação com eles, decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida (ARENDETT, 2007, p. 68).

Nosso argumento é o de que esse distanciamento da vida pública, aliado aos processos mixofóbicos, induzem a uma perda do sentido de coletividade e fortalecem ainda mais a busca por estruturas homogêneas; e um dos caminhos de materialização desse processo, além de se mostrar um eficaz artifício de alienação do indivíduo perante as práticas de controle social, é também “uma arquitetura que não se propõe apenas ser vista ou organizar um espaço exterior, mas funcionar como um operador ativo na transformação dos indivíduos e permitir seu controle articulado” (CORTÉS, 2008, p. 45).

A discussão do papel da arquitetura e do urbanismo – especificamente no projeto de espaços públicos –, como estratégia de prevenção da violência nas cidades ganha maior relevância no campo do projeto e planejamento urbano a partir da década de 1960. Em 1961, Jane Jacobs, em seu livro *Morte e vida das grandes cidades*, desenvolve uma leitura do espaço que amplia o entendimento do desenho urbano por meio de uma perspectiva comportamental e espacial do indivíduo inserido na cidade. Jacobs (2000) argumenta que, para prover espaços mais seguros, esses espaços devem necessariamente abranger determinada complexidade de usos, densidade e demarcações. Para a autora, o movimento de pessoas (ainda que desconhecidas) e

o constante contato visual promovem uma vigilância natural¹¹ que inibe práticas criminosas e, conseqüentemente, aumentam a segurança do espaço.

Em seu livro *O comportamento criminal e o ambiente físico*, de 1971, o autor Ray Jeffery (*apud* CROWE, 2000) adota a expressão CPTED – *Crime Prevention Through Environmental Design* (Prevenção do Crime Através do Desenho Ambiental), no qual afirma que existem dois elementos principais para a prevenção do crime através do espaço: o local de ocorrência do crime e a pessoa que o comete, sendo que o primeiro tem poder de manipular a percepção do segundo a ponto de que este chegue à conclusão de que o ato criminal apresenta mais riscos do que ganhos. Em 1999, Timmothy Crowe aperfeiçoou o conceito de CPTED ao incluir a dimensão social, afirmando que o espaço se torna defensável a partir das pessoas que o utilizam. Dessa forma, é possível identificar quatro princípios básicos do CPTED: *vigilância natural*, atrelada ao conceito de “olhos na rua” de Jane Jacobs, bem como os requisitos físicos, como janelas posicionadas de forma estratégica e boa iluminação dos espaços; *territorialidade*, no sentido de desenvolver o sentimento de propriedade e pertencimento das pessoas que residem no espaço, com o objetivo de estimular a manutenção e a preservação desses espaços; *controle social de acessos*, estratégias de desenho urbano, que controlam o ir e vir dos transeuntes; e a *manutenção do espaço*, sendo ela feita por partes públicas ou privadas (CROWE, 2000).

Em 1972, Oscar Newman, em seu livro *Espaço defensável: prevenção do crime pelo desenho ambiental*, adiciona à discussão a necessidade de um planejamento urbano desenvolvido a partir de diretrizes e estratégias que possibilitam o controle do território pelos indivíduos que nele se inserem, daí o conceito de “espaços defensáveis”. A chave para o conceito de Newman (1973) e para a criação de espaços defensáveis é atribuir ao morador a capacidade de controlar o ir e vir de desconhecidos, seja por barreiras simbólicas seja por barreiras reais, ou até mesmo privatização de espaços públicos.

Por meio de algumas considerações acerca dessas teorias, que visam aumentar a segurança no território ao promover convivência entre desconhecidos,

¹¹ Jane Jacobs (2000) explora o conceito de vigilância natural por meio do termo *eyes on the street* (olhos na rua). A autora afirma que os olhos da rua são as pessoas e a vigilância informal que exercem, sendo esta voluntária ou involuntária, quando ocupam o ambiente urbano.

notamos uma grande distorção em termos de suas aplicabilidade e prática. Conforme exploraremos mais adiante, essas teorias são subvertidas em medidas de isolamento entre ciclo superior e inferior, ao passo que há uma constante busca pela homogeneização e segregação espacial.

Conforme demonstrado nas discussões anteriores, o medo do outro, assim como a percepção de insegurança, são patologias que se retroalimentam e que necessitam cada vez mais de doses excessivas de segurança. Essas doses de segurança, aliadas a uma arquitetura conivente a esse sistema, são perceptíveis em nosso cotidiano por meio de elementos urbanos que compõem o cenário das “fobópolis”, sendo esses elementos aqui classificados como “formas urbanas do medo”. Essas formas urbanas do medo reforçam “constantemente a lembrança do medo e a estigmatização do Outro” (SOUZA, 2008, p. 91), e contribuem com a produção de cidades essencialmente defensivas, ou seja:

Ideais como liberdade, igualdade, tolerância e respeito à diferença, que eram características da perspectiva democrática em que a cidade surgiu, foram gradualmente substituídos pela fragmentação e separação estrita de espaços, apoiados por uma segurança cada vez maior (TORRES; MORANTA, 2012, p. 31).

A partir do momento que a forma urbana se torna defensiva, os espaços públicos que outrora representavam heterogeneidade, liberdade, interatividade e vitalidade se tornam espaços de constante ameaça, visto que são espaços que permitem o encontro entre diferentes. Isso só reforça a premissa de que, dependendo do nível da percepção de insegurança do indivíduo, o território é extremamente ameaçador, afinal a “tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública” (CALDEIRA, 2000, p. 340).

Entendemos que as formas urbanas do medo estão presentes nas cidades em diferentes proporções, lugares e configurações. Muitos estudos investigam as formas urbanas do medo a partir de um viés das estruturas físico-ambientais, que atribuem o aumento ou a diminuição da percepção de insegurança a elementos relacionados à infraestrutura urbana, como iluminação, vigilância, vandalismo, degradação. LaGrange, Ferraro e Supancic (1992) acreditam que sinais de desordem socioambiental estão intimamente relacionados a comportamentos criminais. Logo,

sinais de “incivilidades”¹², tais quais as mencionadas acima, provocam um aumento na percepção de risco e vitimização do indivíduo. Na mesma linha de raciocínio, Kelling e Wilson (1982) versaram a respeito da teoria das “Janelas Quebradas”¹³, que parte do pressuposto de que, quando uma janela com vidro quebrado não é substituída, cedo ou tarde, outras janelas nas proximidades terão o mesmo destino. Dessa forma, os autores, por meio dessa analogia, afirmam que, assim como as janelas, sinais de vandalismo e degradação elevam o medo da criminalidade.

Apesar de ser uma abordagem necessária, entendemos que essas formas vão além da infraestrutura urbana quando articuladas à estrutura da percepção do indivíduo. Nesse caso, o medo se transforma em princípio urbanístico (CARRIÓN, 2007) e, por essa razão, optamos por elucidar a relação entre o território e a percepção de insegurança a partir do conceito de enclaves fortificados, cunhado por Teresa Caldeira (2000) em seu livro *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. A autora conceitualiza o enclave fortificado como o núcleo de um padrão de segregação urbana que modifica as relações socioespaciais na cidade, manifestando-se de diversas formas dentro do território urbano. Em seu texto, especificamente, os condomínios fechados são abordados como a versão residencial desse padrão. Para ela, os enclaves fortificados partilham de características básicas:

São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que **desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados** por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, **cuja vida pública rejeitam explicitamente**. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança **que impõem as regras e inclusão e exclusão**. São flexíveis [...] são espaços autônomos, independentes de seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. [...] **tendem a ser ambientes socialmente homogêneos**. Aqueles que escolhem habitar esses espaços **valorizam viver entre pessoas seletas** (ou seja, do mesmo grupo social) e **longe das interações indesejadas**, movimento, **heterogeneidade, perigo** e imprevisibilidades da rua (CALDEIRA, 2000, p. 258, *grifo nosso*).

São formas urbanas que se camuflam sob o pretexto do medo e da insegurança, mas que, na verdade, materializam a mixofobia, a hierarquia segregacionista entre ciclo superior e inferior, e a consolidação do mercado da

¹² Os autores definem incivilidades como brechas e transgressão de baixo impacto que sinalizam uma erosão nas normas e valores aceitáveis dentro de uma sociedade, sendo elas categorizadas em dois grupos: (1) Entornos fisicamente desordenados, como casas abandonadas, lixo, grafite, lotes vazios; e (2) Comportamentos sociais disruptivos, como mendigos, moradores de rua, bêbados.

¹³ Em inglês: “The broken-window theory”.

segurança. Sob essa ótica, destacamos o isolamento e a demarcação física dos espaços, bem como a valorização da homogeneidade social, como principais manifestações de formas urbanas do medo identificadas no estudo de caso, que será detalhado nos próximos capítulos.

O isolamento e a demarcação física dos espaços estão muito aliados a uma forma de prevenção criminal alimentada e capitalizada diretamente pelo mercado da segurança e informação. São “mecanismos de defesa” que preveem a instalação de inúmeros tipos de aparatos de segurança, muros, grades, cercas, portarias, ou seja, elementos que mantêm o Outro fora, para assegurar a segurança dos que estão do lado de dentro. Daí atrelamos a manifestação da mixofobia, já que há a clara necessidade de ruptura e segregação entre o dentro e o fora, o diferente e o igual, pois “os novos sistemas de segurança não só oferecem proteção contra o crime, mas também criam espaços segregados nos quais a exclusão é cuidadosa e rigorosamente praticada” (CALDEIRA, 2000, p. 267).

Já a valorização da homogeneidade social está atrelada à necessidade de viver entre iguais, sendo que, nesse caso, o mercado imobiliário ganha um grande destaque de atuação, uma vez que a busca por homogeneidade se transforma em um artifício de venda. Não é à toa que identificamos cada vez mais anúncios e lançamentos de edifícios residenciais similares, ou de condomínios de casas iguais cercadas por um grande muro. Retomamos aqui novamente o medo como forma lucrativa! Segundo Caldeira (2000), esse tipo de valorização está atrelado à construção de símbolos de status que são “[...] literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todo tipo de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social” (p. 259). Ou seja, essa homogeneização é uma grande antítese, já que a busca pelo igual agrava desigualdades, o que gera territórios cada vez mais específicos e desarticulados.

Seguindo esse raciocínio, esbarramos no transbordo dessa homogeneização nos espaços públicos, já que esses são transportados para dentro desses enclaves fortificados como grandes complexos de áreas comum, ou, quando ainda estão do lado de fora, têm seu acesso restrito e/ou controlado. Esse é mais um artifício condicionado pelo desejo de estar entre iguais e de se isolar do diferente;

entretanto esse tipo de espaço não pode ser caracterizado como público por essência, já que representa justamente o contrário, na medida em que recusa a diferença e controla o seu acesso. Dessa forma, a “privatização” dos espaços públicos deteriora a vida pública, pois

quando o acesso a certas áreas é negado a algumas pessoas e quando grupos diferentes não interagem no espaço público, as referências às ideais de abertura, igualdade e liberdade como princípios organizadores da vida social não são mais possíveis (CALDEIRA, 2000, p. 340).

Para costurar todas essas características estruturais que alimentam e amplificam a percepção de insegurança do indivíduo no território, optamos por utilizar uma metodologia de pesquisa que fosse compatível com o objetivo de capturar a narrativa desses indivíduos, afinal essas narrativas são o que de fato explicam a forma com a qual o indivíduo age e reage no território.

4 PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISES INICIAIS

A identificação, a mensuração e a análise das percepções relacionadas à violência urbana demandaram, desde o início da pesquisa, ir além dos tradicionais questionários e índices empregados nos estudos que buscam territorializar o tema. Os questionários e índices conseguem apontar respostas sobre a avaliação de risco pessoal do indivíduo, porém esse tipo de avaliação apresenta restrições em extrair informações sobre como a percepção de insegurança afeta e restringe nosso cotidiano e, mais especificamente, como interfere em nossa relação com o território.

Cientes dessa dificuldade, optamos inicialmente por investigar a percepção da insegurança por meio de entrevistas semiestruturadas, visto que, segundo Selltiz (SELLTIZ *et al.* 1967, p. 273 *apud* GIL, 2008, p.109), essa é uma metodologia que extrai “[...] informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões das coisas precedentes”. Tal perspectiva de aproximação com a população estudada não tem como objetivo o levantamento qualitativo de informações ou construção de amostra estatística. Pelo contrário, o objetivo das entrevistas neste trabalho é capturar a narrativa dos moradores e como suas percepções de insegurança condicionam e estruturam seu cotidiano no território urbano.

Nesse sentido, para além das entrevistas, buscaremos avançar na aplicação do conceito de leitura do lugar, como estratégia para atrelar de modo mais consistente a percepção da insegurança às características do espaço urbano. Explicaremos a operacionalização da leitura do lugar nesta pesquisa no início do capítulo seguinte, dedicado ao estudo de caso.

Em convergência com a abordagem qualitativa das entrevistas, acreditamos ser importante contextualizar as narrativas em relação aos dados quantitativos disponíveis sobre a violência urbana no território estudado. Sabemos que esse tipo de dado pode retratar uma realidade diferente da que é narrada pelo indivíduo que ocupa o espaço, e que muitas vezes, podem não retratar a particularidade de cada situação. Entretanto, a partir de uma análise atenta a esses riscos e que aponta suas limitações e/ou distorções, esses dados puderam embasar argumentos ou então sinalizar contradições, incongruências e questões que foram

investigadas de forma mais específica. Dessa forma, por meio do cruzamento entre dados qualitativos e quantitativos disponíveis, pretendemos criar camadas de análises que irão contribuir com a investigação da percepção de insegurança sobre um viés socioespacial. A disposição desses dados dar-se-á da seguinte forma:

4.1 Dados quantitativos

Os dados quantitativos desta pesquisa são os índices criminais e registros de violência urbana na cidade de Belo Horizonte. Esse tipo de dado irá mapear a “geografia da violência” e como ela se distribui no território. Os registros de ocorrências criminais em Belo Horizonte foram disponibilizados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) através de solicitação via “Lei de acesso à informação” (n.º 12.527 de 2011). De acordo com nosso enfoque e objetivos, os dados foram extraídos de acordo com as seguintes categorias:

- Por tipo de crime, sendo eles: estupro, estupro de vulnerável, sequestro e cárcere privado, roubo de veículo, furto de veículo, extorsão mediante sequestro, homicídio, lesão corporal, roubo e furto (casos que melhor retratam o que a população em massa entende por violência urbana).
- Por ano: 2017 a 2019 (período suficiente para indicar crescimento ou redução de casos).
- Por bairros: bairros da cidade de Belo Horizonte.

Esse tipo de estratificação permite uma manipulação de dados vinculada ao território e à violência urbana que se distribui por ele, além de possibilitar uma análise temporal sobre a evolução ou diminuição de casos de violência. Dos dados recebidos, menos de 2% foi descartado, por não apresentarem informações suficientes para serem contabilizados no estudo.

Em primeiro momento, as ocorrências registradas foram traduzidas por meio de mapas, pois é um mecanismo visual dinâmico e que possibilita um diálogo com o território. Os mapas foram feitos no programa QGIS a partir do cruzamento dos dados estatísticos e demográficos retirados do site da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e base cartográfica extraída do site do Plano Metropolitano – RMBH. Em um primeiro momento, foi feita a compatibilização entre os dados da SEJUSP e a base vetorial, utilizando como referência o nome dos bairros. Em seguida, as classificações

iniciais foram realizadas a partir de intervalos que revelassem a distribuição das ocorrências por bairro para cada tipo de crime. Os primeiros resultados apontaram para a necessidade de se considerar também a distribuição de crime por habitante por bairro, o que foi feito para as variáveis “roubo” e “furto”, consideradas as que melhor explicitam a visibilidade da violência e, por isso, são as que mais afetam a percepção de insegurança do indivíduo. Por fim, foram feitos mapas com menor recorte especial nas áreas de interesse enquanto estudo de caso.

4.2 Dados qualitativos

Os dados qualitativos desta pesquisa são a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e relatos. Esse tipo de dado irá mapear a “geografia do medo” e como ela afeta a relação do indivíduo com o território.

A entrevista semiestruturada consiste em um modelo de entrevista flexível, ou seja, mesmo com um roteiro prévio, há espaço para que o entrevistador faça perguntas além das que haviam sido planejadas. Optamos por esse tipo de entrevista justamente por possibilitar um diálogo mais natural e dinâmico com as pessoas entrevistadas. As perguntas realizadas durante as entrevistas semiestruturadas podem ser verificadas no Apêndice A. O principal objetivo desse método de pesquisa foi avançar no registro e análise da leitura que os indivíduos têm sobre o espaço urbano, além de mapear quais são suas percepções quando falamos de violência e como isso influencia o cotidiano e o diálogo com o território. Orientaram a definição de método de aproximação as pesquisas realizadas em 2018 e 2019 pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG em relação à construção de Linhas de Análise orientadas pela Leitura do Lugar a partir do outro.

Alinhado a esse método, desenvolvemos uma estrutura de entrevista categorizada em três partes. A primeira, seção das entrevistas, intitulada “caracterização do entrevistado”, tem como objetivo elencar algumas características dos entrevistados que, posteriormente, serão associadas a outras perguntas do escopo da entrevista. A segunda seção, intitulada “caracterização do território”, tem por objetivo aproximar a narrativa do entrevistado ao território, por meio de perguntas sobre as vantagens e desvantagens do bairro no qual está inserido, além de compreender sua rotina quando vinculada ao território. Essas perguntas permitem estabelecer uma relação entre o cotidiano do entrevistado e suas impressões sobre o

território, para que, posteriormente, isso seja articulado com um possível cenário de violência e insegurança. E, por fim, a terceira seção, intitulada “caracterização da percepção”, possui um conjunto de perguntas mais específicas com o intuito de compreender o papel da percepção de insegurança do indivíduo frente a sua experiência no território. Algumas perguntas (como: “Existe alguma atividade que você evita fazer DURANTE O DIA neste bairro?”, “Existe alguma atividade que você evita fazer DURANTE A NOITE neste bairro?”, “Na sua moradia existe algum dispositivo de segurança?”) são direcionadas para o mapeamento de como a percepção de insegurança e a violência urbana afetam diretamente o comportamento do entrevistado. Outras perguntas (como “Você já foi vítima de algum ato violento neste bairro?”, “Você conhece alguma vítima que sofreu algum ato violento neste bairro/região?”, “Você evita transitar por alguma parte do bairro?”, “Você mudou algum hábito ou rotina por se sentir inseguro?”) permitem analisar a percepção do entrevistado e como ela é alimentada quando falamos de violência. Por fim, o principal objetivo das entrevistas é a aproximação de um tema que não pode ser mensurado quantitativamente, mas que é essencial para estabelecermos uma relação entre indivíduo-percepção-território-violência.

Além do escopo das perguntas, voltado exclusivamente para os moradores do bairro, também incorporamos à pesquisa a entrevista semiestruturada de alguns agentes institucionais, sendo que as perguntas variaram de acordo com o agente que estava sendo entrevistado. O escopo dessas entrevistas institucionais pode ser consultado no Apêndice B.

4.3 Primeira aproximação do território

A primeira escolha de territorialização para o estudo de caso foi a região norte de Belo Horizonte/MG, região que combinava áreas de contrastes entre os índices de violência com grande diversidade de tipologias territoriais. O vínculo inicial para essa pesquisa foi a Escola Estadual Maria Carolina Campos, localizada em Venda Nova, no extremo norte do município de Belo Horizonte e que integrou estudo realizado pelo Grupo de Pesquisa PRAXIS – EA/UFMG em 2019 e que buscava a leitura da cidade a partir do olhar de quem mora e ocupa o espaço, fator que permitiu explorar o território como ele é percebido, e não como é idealizado por quem o planeja

e o regula¹⁴. Para nossa discussão, foi importante destacar dessa experiência a linha de análise referente à vulnerabilidade do território, apresentada aos alunos por meio das perguntas: “Vocês se sentem ameaçados ou inseguros no bairro? Se sim, por quem e quando? Vocês enfrentam algum tipo de dificuldade? Se sim, a quem vocês recorrem quando têm alguma dificuldade ou problema? Vocês procuram se informar sobre o que está acontecendo no bairro, na cidade e no país? Se sim, como?”.

Os alunos que participaram da atividade estudam no bairro Lagoinha Leblon em Belo Horizonte, mas muitos não moram nesse bairro, e sim em bairros adjacentes ou até mesmo em outra cidade (ex. Ribeirão das Neves/MG). Apesar da variedade de territórios, foi possível explorar alguns cenários a partir das respostas dos alunos. O mapa a seguir (Figura 2) foi produto do cruzamento de dados do registro de ocorrências de roubo entre 2017 e 2019, número da população residente do bairro¹⁵ e as narrativas dos alunos que identificaram lugares e percursos perigosos.

Ainda que, entre 2017 e 2018, o número de roubos tenha diminuído quase pela metade¹⁶ no bairro Lagoinha Leblon (bairro 1 no mapa), diversos alunos destacaram a insegurança em percursos que levam à escola (destacada em azul), e até mesmo relatam pontos de perigo de assalto ao redor da região. Isso nos leva a questionar a relação entre a violência registrada oficialmente e a percepção de violência que o indivíduo tem sobre o território, sendo que essa percepção pode ser afetada por diversos outros estímulos, como, por exemplo, a maior concentração de ocorrências nos bairros vizinhos.

Já o bairro Maria Helena (bairro 2 no mapa), apesar de possuir um número de ocorrências maior que o bairro Lagoinha Leblon, dos dois grupos que relataram o cotidiano nesse bairro, um disse se sentir seguro e o outro, inseguro. Cabe destacar que a segurança decorre da infraestrutura policial, e a insegurança parece relacionada a uma percepção de aumento do tráfico de drogas na região:

¹⁴ A proposta de leitura do lugar partiu de 14 linhas de análise, que foram desdobradas em um conjunto de perguntas e que, posteriormente, foram apresentadas a 92 alunos da Escola Estadual Maria Carolina Campos. Nesse exercício, realizado pelos pesquisadores do grupo em 2019, os alunos responderam às perguntas descrevendo as percepções sobre o bairro onde vivem, o que resultou na construção de uma narrativa estruturada. Para maiores informações sobre a pesquisa, ver o site do grupo de pesquisa, em <https://praxis.arq.ufmg.br/>.

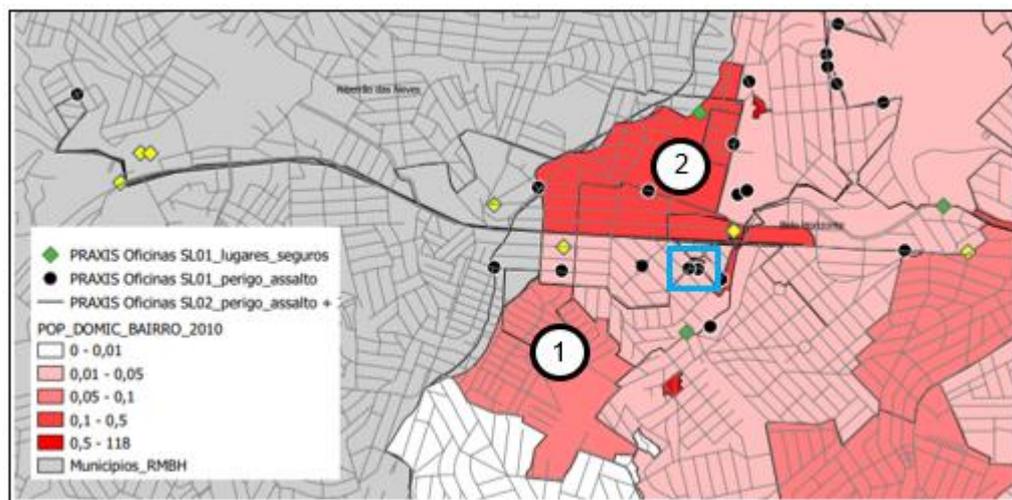
¹⁵ IBGE, censo de 2010.

¹⁶ De acordo com o registro de ocorrências fornecidos pela SEJUSP, em 2017 foram registradas 124 ocorrências de roubo, enquanto, em 2018, o número caiu para 64 ocorrências.

“Não nos sentimos ameaçados, devido ao posto policial que se encontra na rua principal que liga as outras ruas, assim atendendo à população.”

“Com o decorrer dos anos, nos sentimos cada vez mais inseguros quando utilizamos as ruas. O número de assaltos, que antes eram pouquíssimos, vem aumentando cada vez mais, principalmente durante a noite ou madrugada. Cresceu também o número de mortes em função do tráfico de drogas. Vimos muitos dos nossos amigos terem que sair do bairro ameaçados de morte. Tal situação vem acontecendo cada vez mais com o decorrer do tempo.”¹⁷

Figura 2 – Relação entre ocorrências e relatos de violência no bairro Lagoinha Leblon.



Fonte: Adaptado pela autora, a partir da base cartográfica da RMBH, 2020.

Nota: Dados obtidos pela SEJUSP e pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG

Entretanto o mais interessante são os relatos sobre a experiência dentro do território, visto que, apesar da violência, ambos os grupos relataram uma relação positiva e a percepção de uma correlação entre o pertencimento ao território e redes de relações sociais construídas no cotidiano:

“Por mais que a infraestrutura do Maria Helena não seja uma das melhores, que o nosso IDH não seja tão bom, nós gostamos de morar aqui. Números e gráficos não revelam a realidade de um bairro. Aqui

¹⁷ Relatos extraídos dos trabalhos produzidos pelos alunos da Escola Estadual Maria Carolina Campos.

crecemos e fizemos amizades sólidas. E podemos, portanto, afirmar que são os moradores que constroem um lugar.”

“Gostamos muito do bairro, pois, além de nos atender com o centro comercial, diversos restaurantes e áreas de lazer, dentre outros aspectos que nos beneficiam, nos sentimos bem, seguros e valorizados com o bairro em que vivemos.”

“Costumamos nos encontrar para fazermos trabalhos e nos divertimos na EMDRA, lugar em que gostamos muito, e às vezes na rua principal, que contém muitos comércios e por isso é a rua mais movimentada do bairro.”

Com essa experiência de relatos, reforçamos o pressuposto de que muitas vezes os dados estatísticos não são compatíveis com a realidade de quem de fato ocupa e vivencia o território, e que a percepção de insegurança pode variar de acordo com a leitura do lugar. Apesar de a continuidade da investigação ser promissora, não foi possível sua sequência, uma vez que, por conta da pandemia da covid-19, as atividades presenciais das escolas públicas na cidade de Belo Horizonte foram suspensas por tempo indeterminado.

Ainda na tentativa de dar continuidade à análise da região norte da cidade, voltamos nossos olhos para o bairro Mantiqueira, também na região norte de Belo Horizonte, visto que, além de ser um bairro contemplado pela pesquisa realizada em parceria com o grupo PRAXIS-EA/UFMG e a Escola Estadual Maria Carolina Campos, também possui um histórico controverso entre relatos e dados estatísticos.

Em diversos momentos, houve a tentativa de aproximação presencial com os moradores, sendo que toda abordagem com esses moradores foi realizada atendendo às precauções advertidas pelo Ministério da Saúde para evitar o contágio da covid-19. Houve distribuição de panfletos nos dias 07/11/20 e 08/11/20, na tentativa de divulgar a pesquisa e captar possíveis participantes, além de breves conversas com pessoas que se disponibilizaram a participar de entrevistas a distância. Entretanto, apesar dos esforços, não obtivemos respostas pela divulgação dos panfletos, e os poucos moradores que, em um primeiro momento se mostraram interessados em participar, em um segundo momento não quiseram dar continuidade a qualquer tipo de relação com a pesquisa. Essa dificuldade de aproximação com o

morador é compreensível, visto o cenário de pandemia da covid-19 e o constante medo do contágio da doença. Em tempos de pandemia, um dos maiores entraves para essa pesquisa foi a impossibilidade de construir uma relação com o morador, já que é muito difícil criar qualquer tipo de vínculo de forma virtual e remota.

Figura 3 – Localização dos pontos de referência em Belo Horizonte/MG.



Fonte: Adaptado pela autora a partir do site <http://pbh.gov.br>, 2022.

Apesar de não ser possível dar continuidade à análise do bairro Mantiqueira, essa primeira aproximação em campo nos demonstrou a importância do vínculo com os moradores quando o objetivo é extrair experiências e vivências, além de ser determinante para testarmos e verificarmos a correlação do morador e sua narrativa quando alinhadas à percepção de segurança. Nesse momento de isolamento e resguardo, a familiaridade com as pessoas a serem entrevistadas é um fator fundamental, já que elas normalmente estão mais dispostas a ajudar e a participar do processo.

Após algumas tentativas de territorialização da nossa investigação, optamos por analisar um território que nos permitisse maior aproximação com os moradores, visto a dificuldade enfrentada para tal em um cenário de pandemia. Além do fator de familiaridade com nossos interlocutores, partimos da premissa de selecionar um território que possa ser explorado a partir dos conceitos já discutidos

previamente – como mixofobia, formas urbanas do medo, geografia do medo, geografia da violência – cuja estrutura socioespacial permita a articulação com o que viemos a chamar de percepção de insegurança. A escolha do bairro Buritis se mostrava adequada também em função de ser um bairro localizado em uma regional de bairros com características contrastantes, impondo estigmas e limites bem delimitados, com indícios de avançada arquitetura do medo, desenvolvimento do mercado da insegurança e alta visibilidade na mídia.

Em um primeiro momento, realizamos três entrevistas de amostras para capturar a potencialidade não só do bairro, como também das narrativas dos moradores. Em paralelo, demos início a um levantamento socioespacial para compor a estrutura da leitura do lugar, além da análise crítica dos índices criminais disponibilizados pela SEJUSP.

5 ESTUDO DE CASO – O BAIRRO BURITIS

O bairro Buritis fica localizado na regional oeste de Belo Horizonte e é atualmente um dos bairros mais valorizados da cidade, por sua boa infraestrutura, localização próxima a vetores de expansão imobiliária, bom número de equipamentos urbanos e interesse por parte da população de maior poder aquisitivo. O bairro apresentou um processo de urbanização muito rápido e aparece no último censo do IBGE¹⁸ como o segundo maior bairro em população de Belo Horizonte, ficando atrás somente do bairro Sagrada Família. Esse censo de 2010 também aponta que a população do bairro girava em torno de 29 mil habitantes, entretanto, a estimativa atual é de que há mais de 40 mil pessoas morando no bairro (REZENDE, ÁLVARES, 2017). A rápida expansão do bairro e seu crescimento demográfico podem ser visualizadas pelas imagens que refletem sua evolução entre os anos de 2005 e 2016 (Figura 4).

No campo acadêmico dos estudos urbanos, a análise de um território como o bairro Buritis parte tradicionalmente de um conjunto de indicadores e dados especializados que incluem a espacialização de dados censitários, indicadores urbanos, preço da terra, sistemas de circulação, abastecimento, legislação urbanística, entre outros. Em nossa análise do bairro Buritis, iremos considerar esses dados, sobretudo a partir de fontes secundárias e trabalhos já realizados sobre ele, mas buscaremos estruturar uma leitura centrada na percepção dos moradores.

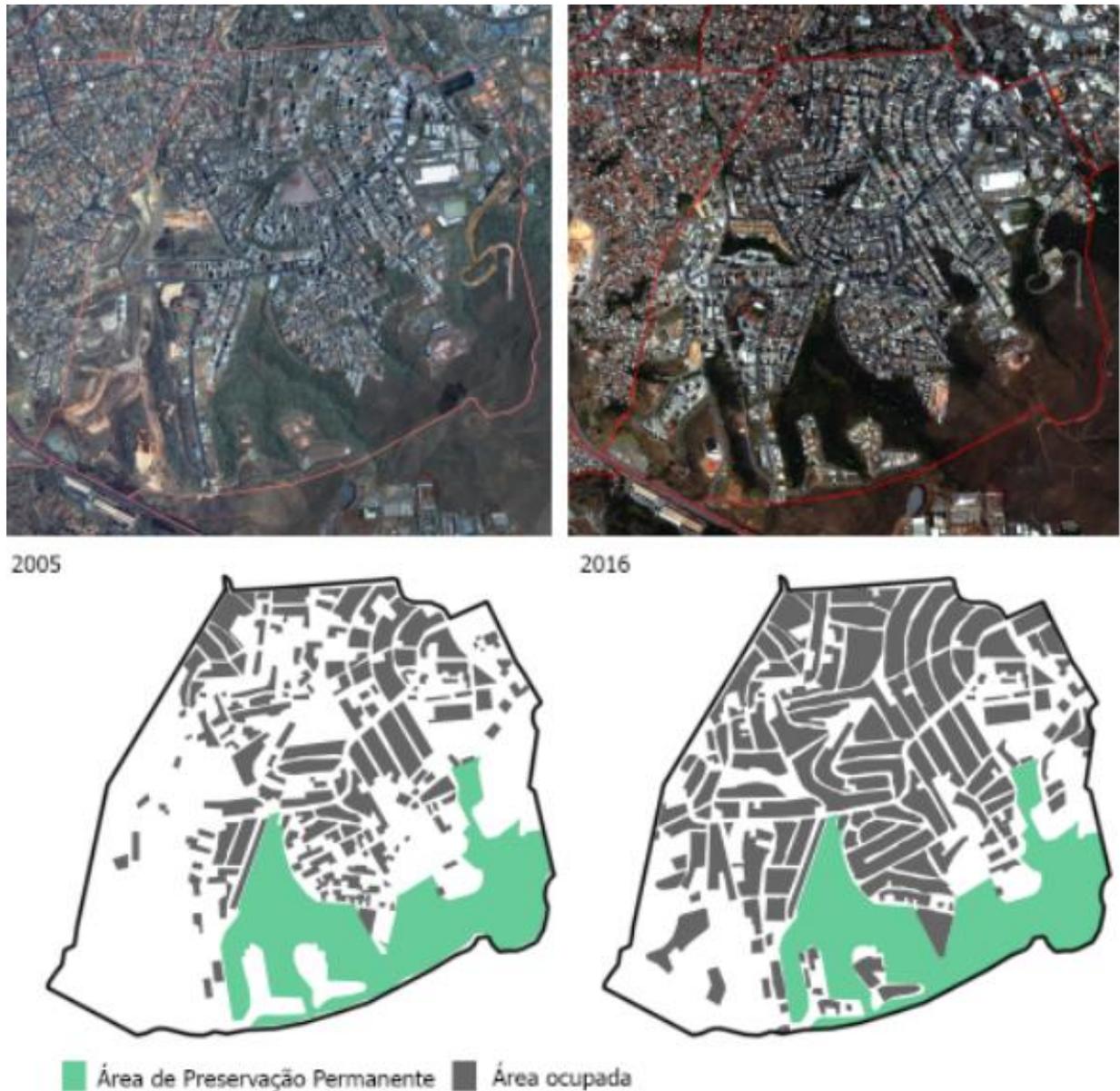
Conforme explicado na introdução do trabalho, utilizaremos como referência o conceito de leitura do lugar adotado pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG em pesquisas realizadas a partir de 2018. O conceito de lugar utilizado pelo grupo dialoga principalmente com a geografia humanista de tradição fenomenológica, e parte da atenção ao modo como as pessoas atribuem valor, experimentam e interpretam os lugares que habitam (TUAN¹⁹ *apud* DEL RIO, 1990). Nesse sentido, de acordo com a definição do dicionário de Geografia Humana de Oxford, o termo lugar abriga duas definições complementares: (i) o lugar enquanto *locus* da identidade de

¹⁸ IBGE, censo de 2010

¹⁹ TUAN, Y. F. *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values*. New York: Columbia University Press, 1990.

um indivíduo ou comunidade; e (ii) o lugar enquanto escala da vida cotidiana (CASTREE, KITCHIN, ROGERS, 2003).

Figura 4 – Evolução malha urbana (2005-2016)



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2021.

Nota: Base retirada a partir do site BHMAP <http://bhmap.pbh.gov.br>.

Com o objetivo de tornar o conceito mais operacional, Canter²⁰ (CANTER *apud* DEL RIO, 1990) estabelece que o “sentido do lugar” incorpora três esferas de consciência complementares: forma, atividades e sentidos. A esfera “forma” busca compreender, conforme definido por Del Rio, “a lógica de formação, evolução e

²⁰ CANTER, D. *The psychology of place*. London: The Architectural Press, 1977

transformação dos elementos urbanos, e de suas inter-relações, a fim de avançar na identificação de formas mais apropriadas, cultural e socialmente, para a intervenção na cidade existente e o desenho de novas áreas” (DEL RIO, 1990, p. 86). A esfera “atividades” busca, por meio da análise e mapeamento dos usos, compreender a causa-efeito mais direta entre o comportamento humano e o ambiente físico-espacial. Já a esfera “sentido” parte da premissa de que as dinâmicas socioculturais produzem marcas físicas numa paisagem e, ao mesmo tempo, são influenciadas por essa paisagem física em um processo contínuo de percepção, concepção e ação, incluindo estudos sobre a análise visual da paisagem urbana, percepções do meio ambiente, geografia da percepção e fenomenologia aplicada à geografia.

A utilização do conceito de leitura do lugar aplicado à leitura da percepção de insegurança busca, portanto, compreender o modo como as pessoas atribuem valor, experimentam e interpretam a presença da violência estrutural, tanto em seu cotidiano quanto na formação de sua identidade. Para tal, busca-se compreender o papel dos elementos urbanos (forma), as relações de causa-efeito entre o comportamento humano e o ambiente físico-espacial (atividades) e a apreensão das percepções e narrativas (sentido) em relação ao tema.

Para a leitura do lugar no bairro Buritis, adotaremos parte das Linhas de Análise desenvolvidas pelo grupo PRAXIS-EA/UFMG, revistas e adaptadas de acordo com a especificidade do tema da pesquisa da seguinte maneira. Essa opção foi necessária em função dos objetivos da pesquisa que não utilizam as linhas com o mesmo objetivo definido pelo grupo de pesquisa, qual seja, a estruturação de narrativas sobre a percepção que moradores possuem de seu local de moradia e articulação com diferentes dimensões do espaço urbano. Para nossa investigação consideramos que os aspectos relatados no Quadro 1 são determinantes sobre a percepção da insegurança e suficientes para estruturar a análise territorial e sua percepção pelos moradores e pela pesquisadora:

Quadro 1 – Linhas de análise

Linha de análise	Definição e observações
(1) LÓGICA DE OCUPAÇÃO	Bem próximo à definição adotada pelo grupo PRAXIS-EA, a Lógica de Ocupação consiste em compreender como a ocupação do bairro em questão avançou no decorrer do tempo, identificando os principais agentes, conflitos e interesses dessa ocupação.

<p>(2)</p> <p>CAPACIDADE URBANA</p>	<p>A Capacidade Urbana avança na identificação da infraestrutura disponível no território (como sistemas de água, esgoto, energia, telefonia, escolas etc.) e as articula com as classes sociais e o poder aquisitivo das pessoas que ocupam esse território.</p> <p>Diferente da definição original dessa linha, não entramos no mérito de restrições de acesso a uma capacidade urbana desigual no território, uma vez que não foram identificadas nas falas dos moradores.</p>
<p>(3)</p> <p>ARTICULAÇÃO</p>	<p>A Articulação busca identificar como o bairro se conecta internamente, bem como se relaciona com os bairros ao redor, além de identificar as vantagens e as desvantagens dessas articulações. A definição original dessa linha busca identificar a continuidade/descontinuidade morfológica do território em relação à mancha urbana por meio de três tipos: contínuo integrado, contínuo desarticulado e descontínuo. Nesta pesquisa, não avançamos nessa tipificação, considerando sobretudo a homogeneidade observada no bairro.</p>
<p>(4)</p> <p>ATRIBUTOS</p>	<p>Os Atributos têm como objetivo identificar os elementos de microescala e de arquitetura que caracterizam o espaço construído no território e articular esses atributos ao cenário de “fobópole” no qual estamos inseridos.</p> <p>Diferente da linha de análise original, não registramos os dados sobre: (i) o parcelamento (tamanho do lote, números de lote por gleba); (ii) o sistema viário (pavimentação e largura das vias). Nós nos concentramos na caracterização das edificações (tipo, material, tamanho). Para adaptar melhor essa linha à nossa pesquisa, incorporamos parte da linha “Linhas de Separação”, que busca identificar as demarcações construídas que fragmentam o território (como controles de acesso e circulação, muros, cercas, câmeras, grades, etc).</p>
<p>(5)</p> <p>VULNERABILIDADE</p>	<p>A Vulnerabilidade espacializa ações e reações do indivíduo no território quando associadas à percepção de insegurança. Além disso, busca mapear como essa vulnerabilidade interfere no cotidiano, na fala, no pertencimento e na conduta do indivíduo.</p> <p>Obs: Nesta linha, também mesclamos características de outra linha de análise, sendo ela a linha de “Ações”, para incorporar a análise da ação do morador no território e as interações das pessoas com o espaço construído, sendo ele privado ou público.</p>

Fonte: Desenvolvido pela autora, a partir de Morado Nascimento, Freitas & Nascimento (2021).²¹

Cabe a ressalva de que a análise urbana que será apresentada a seguir não é ainda a Leitura do Lugar, mas a articulação preliminar de dados e informações sobre o território a partir de Linhas de Análise mais próximas das narrativas de quem mora e age no espaço urbano do que da tradicional fragmentação da análise urbana

²¹ Para verificar a conceitualização original e na íntegra das linhas de análises estruturadas pelo grupo PRAXIS-EA/UFGM, a pesquisadora teve acesso ao artigo “Outro jogo de linguagem como proposta teórico-metodológico da leitura do lugar”, escrito por MORADO NASCIMENTO; FREITAS e NASCIMENTO e disponível apenas por meio de apresentação no V Seminário Internacional da Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoria Urbana (RELATEUR), realizado entre os dias 27 e 30 de junho de 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCfHrmgs4x9ZsFI3HFqwonug>. Acesso em 30 de maio de 2022.

em, por exemplo, mobilidade, uso e ocupação do solo, fatores ambientais, legislação, entre outros tópicos. Nesse sentido, estaremos a um meio termo entre as análises urbanas mais tradicionais e a proposta de leitura do lugar em construção nos trabalhos do grupo PRAXIS-EA/UFMG.

A análise urbana do bairro Buritys será complementada por trechos das narrativas obtidas em um conjunto de entrevistas realizadas com moradores e trabalhadores do bairro. Ainda que o foco das conversas tenha sido a questão da segurança, foi possível apresentar elementos complementares que reforçam as impressões sobre o território decorrentes de sua análise urbana. Foram realizadas oito entrevistas entre agosto/21 e março/2022, sendo que cinco delas foram com moradores do bairro Buritys e três com agentes institucionais (ver Tabela). Todas as entrevistas foram realizadas de forma remota, respeitando-se todas as orientações de prevenção quanto à covid-19.

Quadro 2 - Identificação entrevistados

Nome (fictício)	Idade	Sexo	Identificação	Mora/trabalha no bairro (tempo)
Entrevistada 01	28 anos	Feminino	Moradora	1 ano e meio
Entrevistado 02	40 anos	Masculino	Morador	25 anos
Entrevistada 03	24 anos	Feminino	Moradora	10 anos
Entrevistada 04	47 anos	Feminino	Moradora	20 anos +
Entrevistado 05	48 anos	Feminino	Moradora	20 anos
Entrevistada 06	47 anos	Feminino	Voluntária da ABB	10 anos
Entrevistado 07	41 anos	Masculino	Presidente da ABB	20 anos +
Entrevistado 08	36 anos	Masculino	Tenente da 126 ^a companhia da PM	6 meses

Fonte: Desenvolvido pela autora (2022)

5.1 Lógica de ocupação

A lógica de ocupação de um determinado território urbano baseia-se na identificação da maneira pela qual esse território foi ocupado, seja ela por parcelamento regular, seja por ocupação irregular, implantação de condomínios etc. De acordo com o levantamento feito por Leticia Epaminondas, em sua dissertação de mestrado defendida em 2006, *A legislação urbanística e a produção do espaço: estudos do bairro Buritis em Belo Horizonte*, o parcelamento do solo do bairro Buritis ocorreu sob forte influência de interesses imobiliários, que resultaram em uma ocupação marcada por adensamento para além da capacidade de suporte da região, além de forte especulação e elitização do espaço.

Segundo Epaminondas (2006), a saturação de ocupação da zona sul de Belo Horizonte já no final da década de 1970 foi um dos fatores que pressionaram a ocupação da região do atual bairro Buritis, considerada como principal expansão imobiliária voltada para a alta e a média renda da cidade, tanto que, apesar de estar dentro dos limites da zona oeste, o Buritis é considerado extensão da zona sul. Ainda segundo a autora, a fase inicial de parcelamento do bairro Buritis é resultante de dois principais intervenientes: (i) o poder público, por meio da abertura de eixos viários que conectaram as áreas mais valorizadas da cidade, bem como a classificação da região como Zona de Expansão Urbana 3 (ZEU3), fatores que direcionaram a aquisição das glebas a um poder aquisitivo maior; e (ii) o mercado imobiliário, por meio da especulação imobiliária voltada para investidores com condições financeiras para aquisição de lotes na região como uma forma de investimento.

A lógica de ocupação do bairro Buritis foi marcada por duas fases de grande impacto e consolidação urbana. Inicialmente, foi idealizado como um bairro de tipologia residencial pouco verticalizada e, conseqüentemente, com baixa densidade, nos moldes da ocupação do bairro vizinho Belvedere. Contudo, devido ao grande potencial financeiro e de expansão da zona sul da cidade, a primeira fase de desenvolvimento do bairro foi ditada por interesses que promoveram uma intensa ocupação territorial, tendo os parâmetros urbanísticos como facilitadores, conforme citado. Damos destaque à Lei 7166/96, que alterou drasticamente o tipo de ocupação do bairro, substituindo a produção de casas em grandes lotes para uma produção “em série” de edifícios, uma vez que a lei, cada vez mais pressionada por agentes

imobiliários, possibilitou e flexibilizou a verticalização e o adensamento dos lotes/glebas.

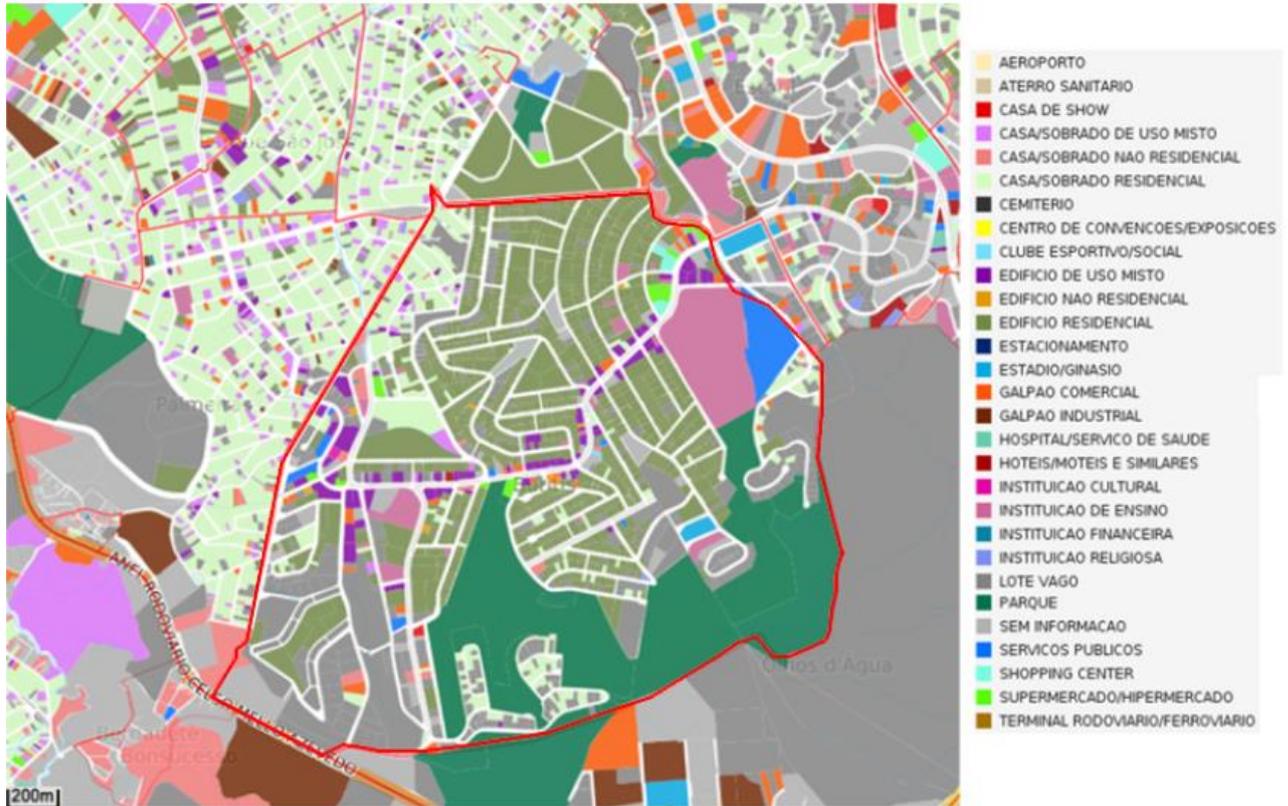
O crescimento vertiginoso do bairro, aliado aos problemas trazidos pelo adensamento intenso – como sobrecarga de redes de infraestrutura e do sistema viário – orientou as primeiras ações da Associação dos Moradores do Bairro Buritis (ABB), que solicitou a mudança do zoneamento para o bairro, não só na tentativa de controlar o adensamento, como também selecionar as classes sociais que ocupariam a região, como veremos a seguir.

Após o desdobramento da primeira fase de ocupação do bairro Buritis, houve ainda uma ação fiscal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) respaldada pela Lei 4253/85, que determinou que o parcelamento e as obras de urbanização do bairro invadiam áreas de proteção permanente, instituindo, portanto, a necessidade de autorização especial para a continuidade das obras, bem como o plano reparatório para as áreas já afetadas pela primeira fase do bairro.

A soma desses dois eventos pressionou por uma readequação do projeto de desenvolvimento e parcelamento do bairro, a qual previa a diminuição do número de lotes. Os novos parâmetros ambientais e urbanos inauguraram, na metade da década de 1980, a segunda fase de ocupação do bairro Buritis que, apesar da perda de lotes previstos anteriormente, utilizou do discurso ambiental e de “novo conceito de moradia” para promover novas estratégias de elitização e valorização da região (EPAMINONDAS, 2006).

A predominância da tipologia residencial verticalizada, conforme indicado na Figura 5, é reflexo direto das articulações entre agentes sociais (empreendedores, poder público, moradores, entre outros) sobretudo na primeira fase de ocupação do bairro, e, na direção sul, a da vasta parcela indicada como parque, que é consequência da interferência ambiental marcada na segunda etapa do bairro.

Figura 5 – Tipo de ocupação do solo no bairro Buritis



Fonte: Adaptada pela autora a partir do site <http://bhmap.pbh.gov.br>, 2021.

5.2 Capacidade urbana

Considerando que a Capacidade Urbana de um território urbano é o conjunto de sua estrutura e equipamentos, identificamos que, apesar da predominância residencial, é importante ressaltar que a estrutura urbana do bairro Buritis conta com uma boa área comercial e de serviços ao longo da Av. Professor Mario Werneck, eixo ocupado majoritariamente por edifícios de uso misto. A estrutura de comércio e serviços é uma das vantagens do bairro e a mais citada pelos entrevistados:

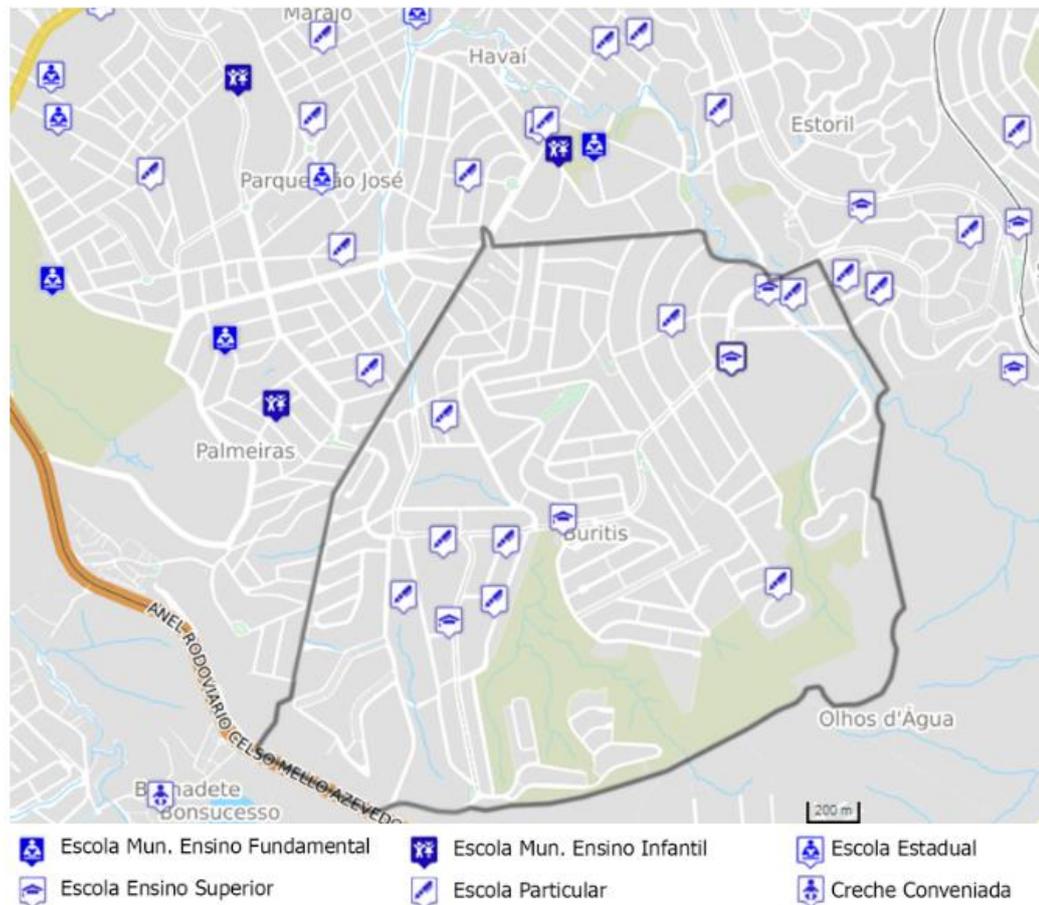
“[...] um bairro que tem muitas coisas... se você precisar, não precisa sair do bairro, tem tudo aqui.” (Entrevistado 02, 2021)

“Eu amo, não mudaria daqui por nada, eu adoro o bairro. Acho ele... Tem tudo, é um bairro superconfortável.” (Entrevistada 03, 2021)

Outro fator que aponta para uma tendência de elitização do bairro e até mesmo segregação perante os bairros do entorno é a oferta de instituições de ensino.

Conforme Figura 6, nota-se que, dentro dos limites do bairro Burity, há exclusivamente instituições de ensino particular (escolas ou universidades), o que nos leva a supor que não há espaço e nem intenção de atendimento a classes sociais com diferentes poderes aquisitivos.

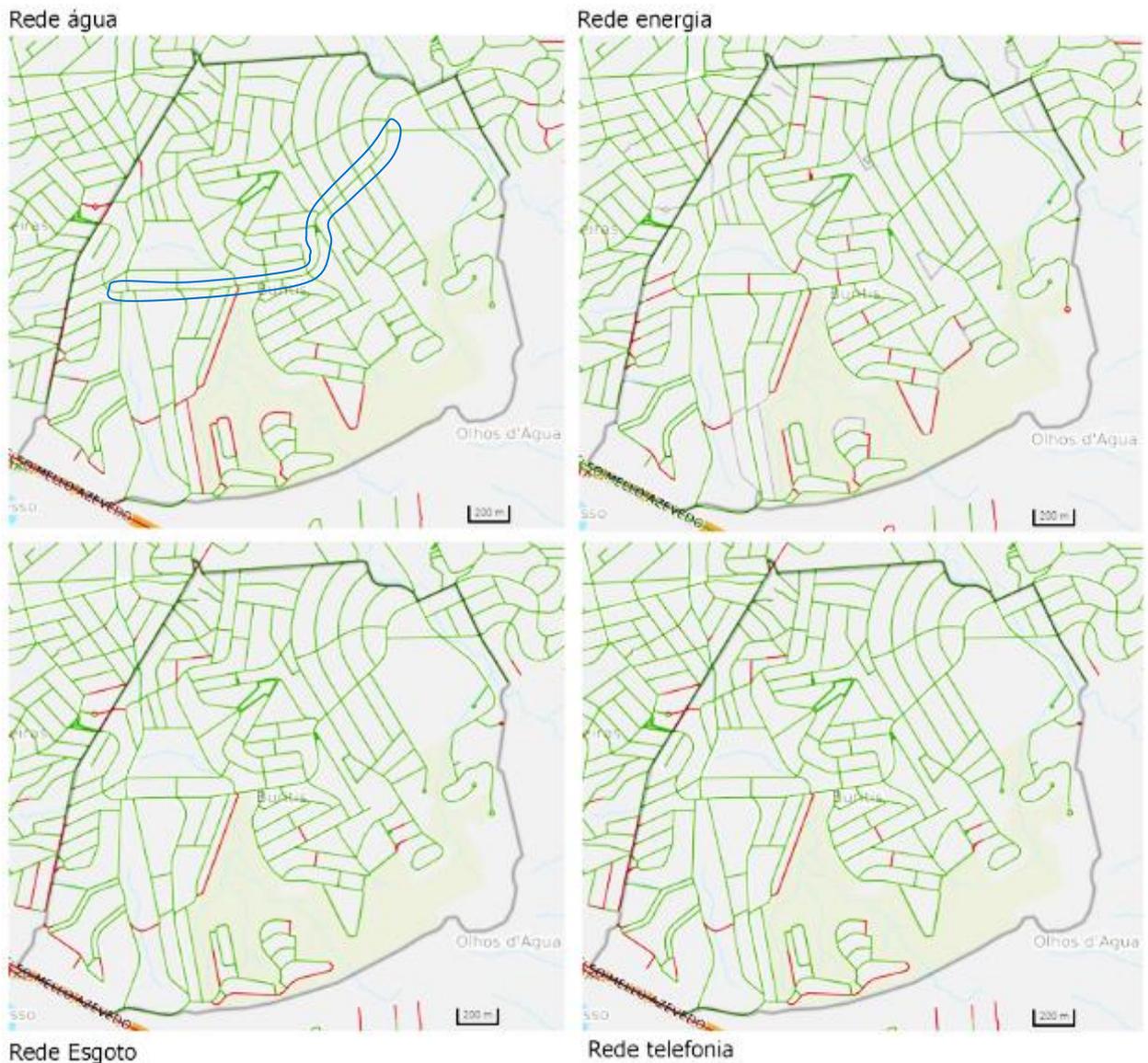
Figura 6 – Oferta de instituições de ensino por tipo



Fonte: Adaptada pela autora, a partir do site <http://bhmap.pbh.gov.br>, 2021.

Outra característica da estrutura urbana do bairro que se relaciona diretamente com os altos investimentos na região é o abastecimento em termos de infraestrutura. Na Figura 7, nota-se em verde a malha urbana com redes de água, energia, esgoto e telefonia, enquanto, em vermelho, a malha não abastecida por essas redes. Vale ressaltar que as porções de áreas não abastecidas estão localizadas dentro da área de preservação permanente, em lotes vagos ou em lotes em desenvolvimento. Esse comparativo demonstra a consolidação do bairro e seu pleno funcionamento e urbanização, apesar de ser um bairro limítrofe da cidade de Belo Horizonte.

Figura 7 – Redes de infraestrutura no bairro Buritis



Bairro em sua maioria abastecido com todas as infraestruturas básicas. Para referência, no primeiro mapa destaca-se em azul a Avenida Professor Mário Werneck.

Fonte: Adaptada pela autora a partir do site <http://bhmap.pbh.gov.br>, 2021.

Trata-se, portanto, de um bairro cuja Capacidade Urbana é mais excludente que a observada nos bairros do entorno, característica que, no entanto, não gera percepção negativa nos moradores, para quem o bairro é autossuficiente e com estrutura adequada ao perfil que se considera adequado a ele. Essa imagem urbana, veremos, afeta o modo como os moradores percebem e reagem à percepção de insegurança e gestão da segurança nos limites do bairro.

Retomamos aqui a tendência de reclusão do indivíduo que possui um maior poder aquisitivo por meio do que chamamos previamente de formas urbanas do medo,

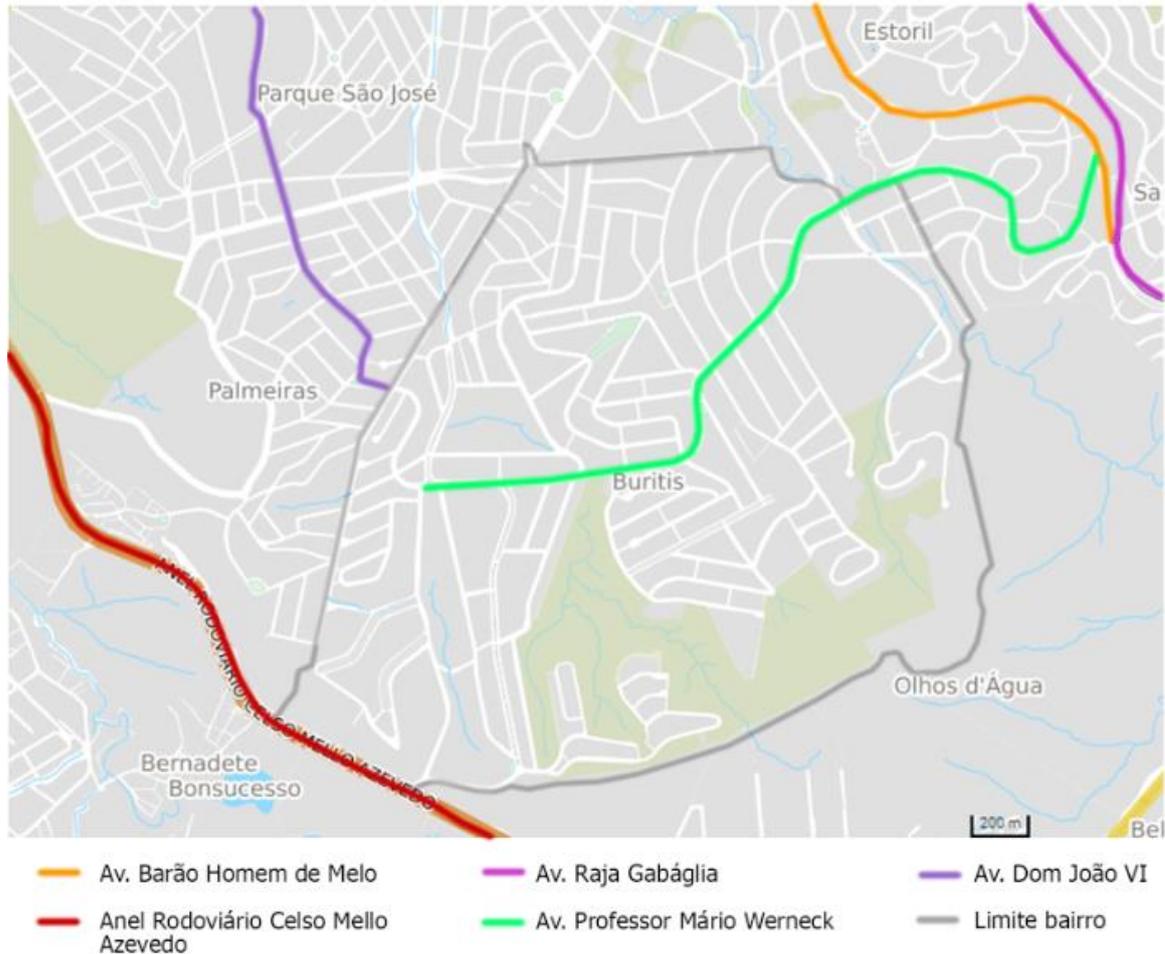
e como esse cenário é absorvido de forma lucrativa pelo mercado da segurança. Com uma conformação socioespacial programada para difundir o medo, observaremos, nos próximos parágrafos, como essa lógica se revela no discurso dos moradores.

5.3 Articulação

A articulação de um determinado território urbano é essencial para compreendermos como ele se conecta internamente e com as regiões ao seu redor, bem como identificarmos quais são suas restrições. Em relação à articulação do bairro Buritis, um dos mais importantes eixos viários para o seu desenvolvimento foi a implantação da Avenida Raja Gabaglia no começo da década de 1970, que, apesar de inicialmente percorrer uma extensa área não urbanizada, foi o eixo precursor de conexão do Buritis (e de toda região oeste) e a região centro-sul de Belo Horizonte, ditando um novo ritmo e direção de investimentos e especulação imobiliária na região. Segundo Epaminondas (2006), a influência dessa articulação entre zona oeste e centro-sul pode ser observada na variação expressiva do valor de terra nesse período, sendo que “[...] em 1972, o preço médio do m² de terra neste setor variava de 26 a 50 cruzeiros; em 1976 passou a variar de 101 a 250 cruzeiros” (p. 79).

Conforme demonstrado na Figura 8, outros importantes eixos de articulação viária a serem considerados são: a Avenida Barão Homem de Melo, que, paralelamente à Av. Raja Gabaglia, conecta o Buritis à região centro-sul de Belo Horizonte, além de incorporar o acesso à zona Noroeste e Hipercentro; a Avenida Dom João VI, que proporciona a conexão direta à região Noroeste; o Anel Rodoviário, que conecta o bairro às cidades limítrofes da região metropolitana de Belo Horizonte, além de percorrer uma grande extensão da face oeste da cidade; e, por fim, a Avenida Professor Mário Werneck, que é o eixo viário principal interno ao bairro, uma vez que toda a capilarização viária é derivada ou se conecta a ele.

Figura 8 – Articulações viárias do bairro Buritis



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2021.

Nota: Base retirada a partir do site <http://bhmap.pbh.gov.br>.

No entanto a saturação do sistema viário interno do bairro é um problema identificado desde a primeira fase de desenvolvimento dele, provocado sobretudo pela conformação do relevo e pouca capacidade de suporte, aspecto agravado pelo *boom* de adensamento que sobrecarregou os sistemas de infraestrutura. Apesar das medidas tomadas para controlar esse adensamento – como, por exemplo, as limitações de adensamentos pleiteadas pela ABB – ainda nos dias de hoje a circulação interna do bairro é identificada como uma das maiores desvantagens de se morar no bairro Buritis. Além do grande número de moradores na região transitando pelo bairro diariamente, temos um movimento pendular de pessoas que trabalham na região, fator que compromete a circulação, principalmente nos horários de pico.

“[...] Trânsito, tráfego... trânsito demais, muita gente.”
(Entrevistado 02, 2021)

*“[...] Trânsito, o Buritis tem muito trânsito hoje, e a locomoção aqui dentro é muito grande nos horários de pico, é complicado.”
(Entrevistada 03, 2021)*

A combinação entre o acesso facilitado à região centro sul e os gargalos viários do sistema viário interno, sobretudo nos pontos de entrada e saída do bairro, reforça a imagem de região valorizada e, ao mesmo tempo, autossuficiente e com identidade própria, o que cria uma percepção identificada na narrativa dos moradores de um bairro-comunidade, aspecto que, veremos, também afeta a percepção de insegurança dos moradores entrevistados.

5.4 Atributos

Os atributos de um território urbano são elementos da microescala e da arquitetura que caracterizam o espaço construído no lugar. Essa linha de pesquisa permite desconstruir o olhar externo da tipificação arquitetônica e dar visibilidade ao olhar do morador que estrutura e dá sentido ao lugar. Diversas visitas foram realizadas *in loco* com o objetivo de capturar e analisar os atributos do bairro Buritis, em diferentes dias da semana e horários do dia no período entre o ano de 2020 e 2022²². Através dos levantamentos fotográficos realizados e da observação por meio de caminhadas no bairro, foi possível extrair informações²³ que, posteriormente, foram cruzadas com as narrativas dos moradores e que colaboraram para a contextualização e a análise tanto da dinâmica urbana quanto das percepções registradas.

Devido à lógica de ocupação desse espaço, identificamos que o bairro Buritis é predominantemente residencial e vertical. De acordo com a plataforma de dados geoespaciais da Prefeitura de Belo Horizonte, o BHMAP, o bairro, em 2010, possuía 10.698 domicílios locados (com uma média de 2,5 habitantes por domicílio) em uma área de 3,89 km², totalizando uma média de 7.685,12 habitantes por m². A

²² Parte das visitas foram feitas em 2020, anteriores ao período de isolamento social devido à pandemia do novo coronavírus. As visitas foram retomadas em 2022, logo após a melhora do cenário pandêmico e conclusão do programa vacinal da maior parte da população na cidade de Belo Horizonte.

²³ Neste subitem, assim como no próximo, veremos que algumas percepções foram extraídas a partir de uma visão técnica da autora e de sua própria leitura do lugar como transeunte. Os trechos foram destacados em cinza para ressaltar a troca da interlocução.

alta densidade pode ser observada na Figura 9, sendo que, no próximo censo, esse número provavelmente será maior.

Figura 9 – Foto panorâmica do bairro Buritis (ângulo do bairro Palmeiras)



A alta densidade do bairro Buritis é nítida principalmente a partir de uma perspectiva de visão mais afastada. Esta foto foi tirada em uma das ruas do Bairro Palmeiras (bairro vizinho ao Buritis), que, inclusive, conforme veremos no item (5) Vulnerabilidade, é um dos bairros identificados como possível fonte dos “criminosos” que agem no Buritis. Interessante perceber como, por coincidência ou não, há uma barreira física separando os dois bairros por boa parte da extensão da rua.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2020.²⁴

Devido ao relevo acidentado na maior parte da extensão territorial do bairro, os domicílios são implantados em ruas com grandes declividades, sendo elas, em sua maioria, pavimentadas, com boa estrutura de iluminação, pavimentação e arborização. A arquitetura residencial, conforme observado na Figura 10, tende a ser padronizada: prédios revestidos em pastilhas em cores pastéis, com janelas e varandas voltadas para a rua, e, devido à topografia do terreno, os primeiros andares dos prédios possuem grandes extensões de muros (tanto em altura quanto em

²⁴ Importante destacar que nas linhas de análise da leitura do lugar desenvolvidas pelo grupo PRAXIS-EA/UFGM, as fotografias do território urbano são feitas pelo próprio morador, proposta metodológica que difere das fotografias apresentadas nesta pesquisa que foram capturadas pela autora.

largura), sendo que, em ruas mais residenciais, esses andares podem ser estacionamentos privados; e, nas ruas mais comerciais, são transformados em *stands* de lojas e serviços.

Figura 10 – Levantamento fotográfico do bairro Buritis (ruas residenciais)



A alta densidade populacional do bairro se materializa no aproveitamento máximo do solo urbano por meio de arquitetura vertical, poucos espaços vazios e de uso público e ruas e calçadas estreitas. A

tipologia arquitetônica em diversas situações gera fachadas cegas, que colaboram para a sensação de insegurança em alguns pontos.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

[A ambiência urbana do bairro converge com a homogeneização espacial que abordamos anteriormente. Ao percorrer o bairro, identifiquei “muito do mesmo”, e me peguei em alguns momentos me questionando se já havia passado por aquela rua ou não. Todos os edifícios possuem o mesmo estilo, o que dificultou a possibilidade de identificação e até mesmo de pertencimento ao local. Quanto à percepção de insegurança, raramente identifiquei pessoas andando a pé nas ruas internas do bairro, fato que provocou uma sensação de vazio e falta de vigilância do ponto para com o transeunte. Tive um certo desconforto em transitar por dentro do bairro, principalmente ao entardecer. Apesar de no horário próximo às 18h a movimentação de carros ser maior, me senti sozinha sob o aspecto de que, caso precisasse de ajuda, talvez não a teria.”]

Outro ponto constatado nas visitas foi a importância da Avenida Professor Mário Werneck, que, além de ser o principal acesso ao bairro, é o eixo com maior incidência de comércios, serviços e usos mistos (incluindo um Shopping Center), e, por esse motivo, identificamos o alto fluxo de transportes públicos e privados e o constante movimento de pessoas durante o dia e a noite, bem como durante boa parte dos dias da semana (com exceção dos domingos, uma vez que os estabelecimentos ficam fechados).

Já nas ruas prioritariamente residenciais, o fluxo de meios transportes é predominante nas horas de *rush*, e o movimento de pessoas se limita ao período do dia, sendo que identificamos, em sua maioria, prestadores de serviço ou então moradores fazendo curtas caminhadas.

Figura 11 – Rua predominantemente comercial (trecho da Av. Professor Mário Werneck)



O movimento de transportes e pessoas da região de serviços e comércios, bem como a vitalidade do espaço se contrapõem ao cenário identificado nas partes residenciais do bairro nas quais o movimento, principalmente de pessoas, é bem menor. Em algumas narrativas, os moradores relatam que não costumam transitar a pé pelo bairro, devido à comodidade do carro, à distância da residência em relação ao centro comercial e, inclusive, à percepção de insegurança em determinados horários do dia. (Foto tirada em uma quinta-feira às 16h).

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Entretanto o atributo que possui maior importância para todos os assuntos que aqui discorreremos é a materialização das formas urbanas do medo, seja pelo isolamento e demarcação física dos espaços, seja pela homogeneidade socioespacial. Conforme abordado anteriormente, as formas urbanas do medo são atributos do espaço construído, que retroalimentam a percepção de insegurança das pessoas. Enquanto a padronização do estilo das moradias é reflexo simbólico da necessidade de estarmos rodeados por iguais, os muros, grades e aparatos de segurança são reflexos físicos dessa necessidade. Ambas as formas foram identificadas tanto visualmente no bairro, conforme figuras a seguir (Figuras 12, 13 e 14) quanto inseridas nas narrativas dos moradores.

Figura 12 – Dispositivos de segurança predominantes nas residências do bairro Buritis – Muro, cerca elétrica, arame farpado



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2020.

Figura 13 – Dispositivos de segurança predominantes nas residências do bairro Buritis – Cerca elétrica e portaria controlada; cerca elétrica e câmera de vigilância



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2020.

Figura 14 – Dispositivos de segurança predominantes nas residências do bairro Buritis – Câmera de vigilância, cerca elétrica e portaria controlada



Em todo o trajeto percorrido pela autora, não foi identificada nenhuma residência/edifício que não possuía pelo menos um dispositivo de segurança. Esse fato constata o quanto o mercado da segurança está consolidado nas moradias e no cotidiano do morador.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2020.

Verifica-se que a decisão pela colocação dos dispositivos de segurança é motivada menos por ocorrências do que pela percepção de maior segurança em relação a condomínios vizinhos e potencial de inibir assaltos. Na maioria das narrativas, a escolha por adotar algum dispositivo de segurança não é devido a alguma experiência de vitimização, e sim ao medo do morador em vir a ser uma vítima.

Conforme abordamos anteriormente, é possível verificar na prática como esse processo se relaciona diretamente com o papel do mercado da segurança e da informação no cotidiano do morador, já que, propositalmente, esses agentes contribuem com a construção de uma atmosfera aterrorizante, na qual a percepção de segurança é condicionada à existência desses métodos de autoproteção. As respostas à questão sobre a existência de dispositivos de segurança revelaram quase sempre a presença de câmeras, portão elétrico, cerca elétrica e alarme e, quando perguntados sobre uma possível ausência desses dispositivos e seu impacto na sensação de segurança, as respostas foram:

Entrevistada 03: “Não, de forma alguma. Pensaria que qualquer pessoa poderia entrar no prédio a qualquer minuto.”

Entrevistada 04: “Olha... igual te falei, aqui no prédio nunca aconteceu de alguém entrar aqui, nesses 20 anos que moro aqui, nunca aconteceu. Mas por que que a gente optou por ter esses dispositivos de segurança? A gente imagina o seguinte: a pessoa mal-intencionada... se ela tiver um prédio que não tem câmera de segurança e outro que tem câmera de segurança, ele vai no que não tem. Se tiver que ir no que não tem cerca elétrica e no que tem, vai no que não tem. Então a gente colocou isso para melhorar nossa sensação de segurança, mas nunca aconteceu de alguém entrar aqui. Mas é o que a gente acha que inibe, é mais como inibidor... igual ao portão da garagem mesmo... já tentaram tirar do trilho para entrar, mas não conseguiram. Então é isso, a gente procura, igual eu te falei, fazer nossa parte. Já que está ao meu alcance colocar alguns dispositivos de segurança, vamos colocar. Se no prédio do lado não tiver, o cara vai preferir entrar no prédio do lado e não aqui.”

Outro ponto que reforça a prevalência das formas urbanas do medo é como elas condicionam a relação do indivíduo com o espaço público. A homogeneização socioespacial vai além da vida privada e se estende à vida “pública”, pois contribui para a privatização e a esterilização dos espaços públicos, já que o senso comum reforça a ideia de que o público é símbolo de violência, vulnerabilidade e risco, conforme registramos durante a entrevista com a entrevistada 03:

Entrevistadora: “A questão da segurança te limita a utilizar os espaços públicos da região?”

Entrevistada 03: “Com certeza, se for um lugar que não tem segurança, eu não vou. [...] o parquinho eu usava com mais frequência porque lá tem um segurança na porta, e que entra e fica lá o tempo inteiro.”

Entrevistadora: “Que parquinho?”

Entrevistada 03: “É um parque que chama Aggeo Pio, do lado do SuperNosso.”

Fazendo referência à problemática da privatização do espaço público, conforme abordado no subitem 3.5. Formas Urbanas do Medo, identificamos que o sentimento de segurança nesses espaços está atrelado ao seu controle, já que esse controle permite selecionar as pessoas que frequentam o local.

A grande disfunção desse cenário é a dependência das formas urbanas do medo na rotina do morador, ao ponto de a ausência delas significar a completa ausência de percepção de segurança. Podemos considerar que as narrativas dos moradores refletem que esse processo é crescente e que cada vez mais estamos à mercê do medo programado – quando dizemos programado é de fato um medo premeditado pelo mercado da segurança e informação que lucram com isso – e que isso afeta diretamente a forma como agimos e reagimos no território, como veremos a seguir.

Figura 15 – Acesso controlado no Parque Municipal Aggeo Pio Sobrinho



No momento de entrada ao parque, a autora foi abordada pelo funcionário da guarita e teve que se identificar através de identidade oficial. Quando questionado sobre o motivo da identificação, o funcionário respondeu que era para “controlar o acesso de quem entra e sai do parque”²⁵. Durante a visita, observamos as pessoas que ali estavam, sendo que, em sua maioria, eram famílias com filhos, pessoas praticando atividade física, ou então idosos contemplando o parque e engajando em conversas.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

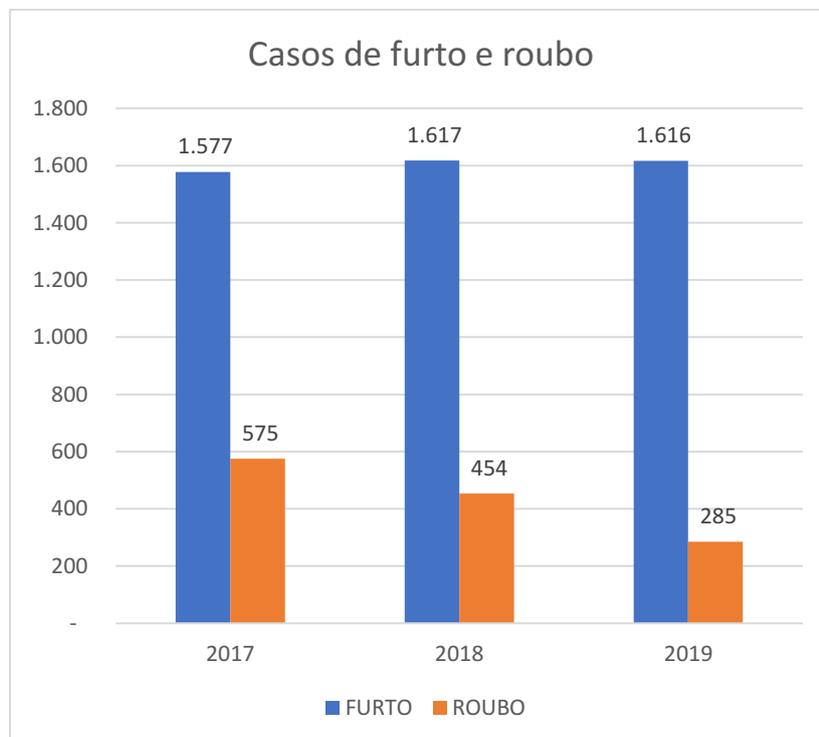
²⁵ Durante o período de pandemia, a identificação foi realizada com o pretexto de limitar o número de pessoas dentro do parque, bem como verificar o agendamento autorizando previamente o acesso ao local. Em períodos fora do contexto pandêmico, o pretexto da identificação é o controle da vacinação contra febre amarela.

5.5 Vulnerabilidade

Esta linha de pesquisa é a principal para nossa discussão, pois identifica nas narrativas do morador como a vulnerabilidade condiciona sua relação com o território urbano. Neste item, traremos as narrativas dos moradores de forma mais detalhada, bem como as perspectivas institucionais, para extrair percepções quando falamos sobre medo e violência urbana. Como já abordado anteriormente, os índices criminais serão aludidos como predisposições do território quando falamos de violência urbana, porém não serão considerados verdades absolutas, uma vez que reconhecemos suas limitações e subjetividades, conforme explicado anteriormente. Neste item, nosso objetivo é contextualizar os índices criminais à percepção do pesquisador em campo e à percepção registradas nas entrevistas com os moradores em relação à vulnerabilidade do lugar.

No caso do Buritis, fizemos o levantamento do registro de casos de atos violentos e percebe-se que, no período de 2017 e 2019 (dados disponibilizados pela SEJUSP), houve oscilação entre crescimento e redução do número de casos, porém nenhum pico que nos chame a atenção para explorarmos de forma mais profunda.

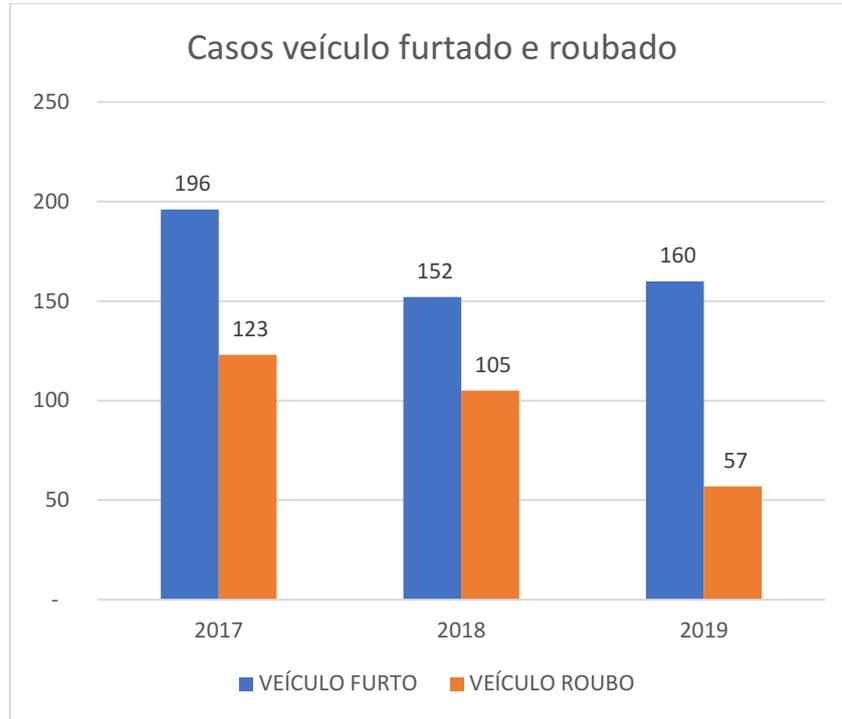
Gráfico 1 – Acompanhamento de casos de atos violentos no bairro Buritis – Furto e roubo



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2020.

Nota: Dados obtidos pela SEJUSP.

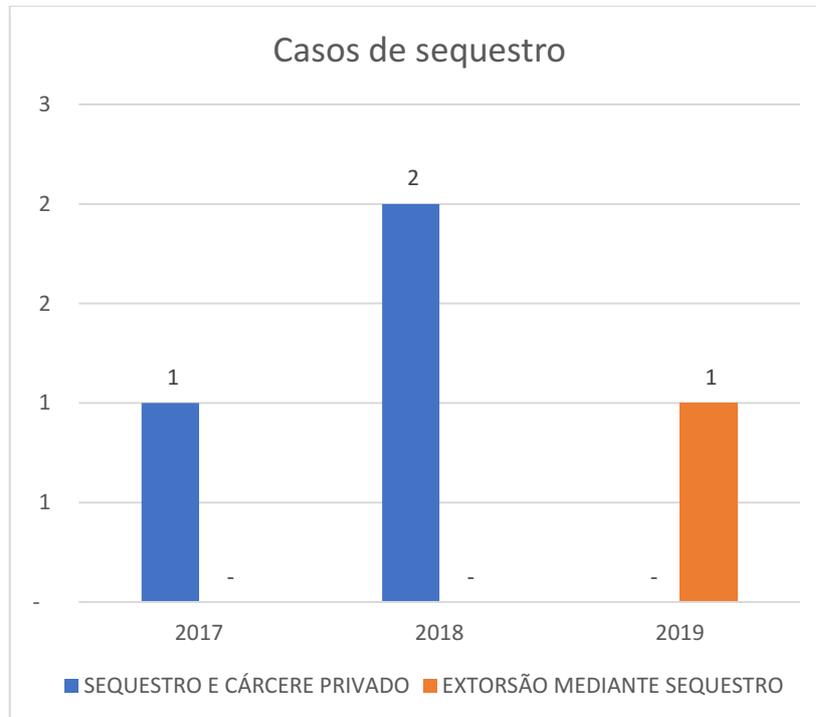
Gráfico 2 – Acompanhamento de casos de atos violentos no bairro Buritis – Veículos furtados e roubados



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2020.

Nota: Dados obtidos pela SEJUSP.

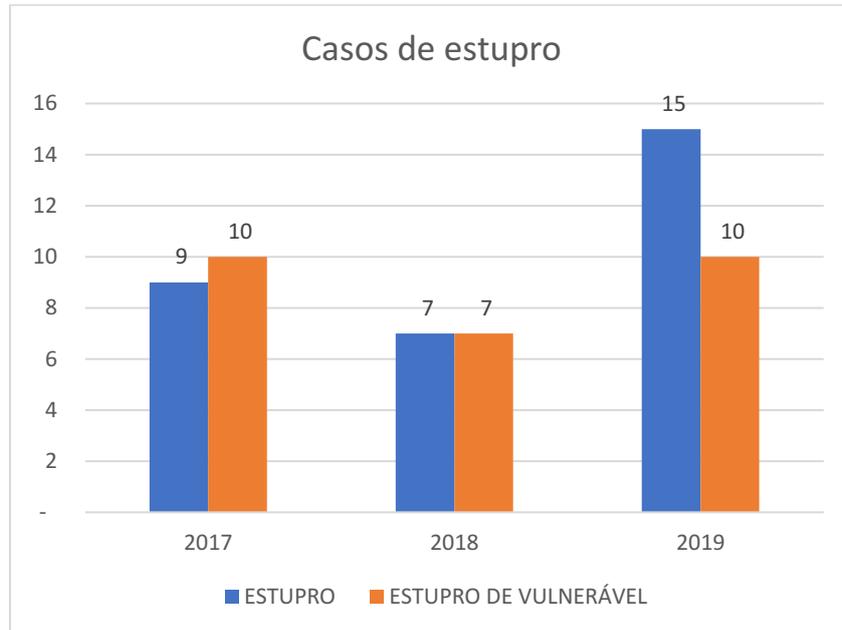
Gráfico 3 – Acompanhamento de casos de atos violentos no bairro Buritis – Sequestro



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2020.

Nota: Dados obtidos pela SEJUSP.

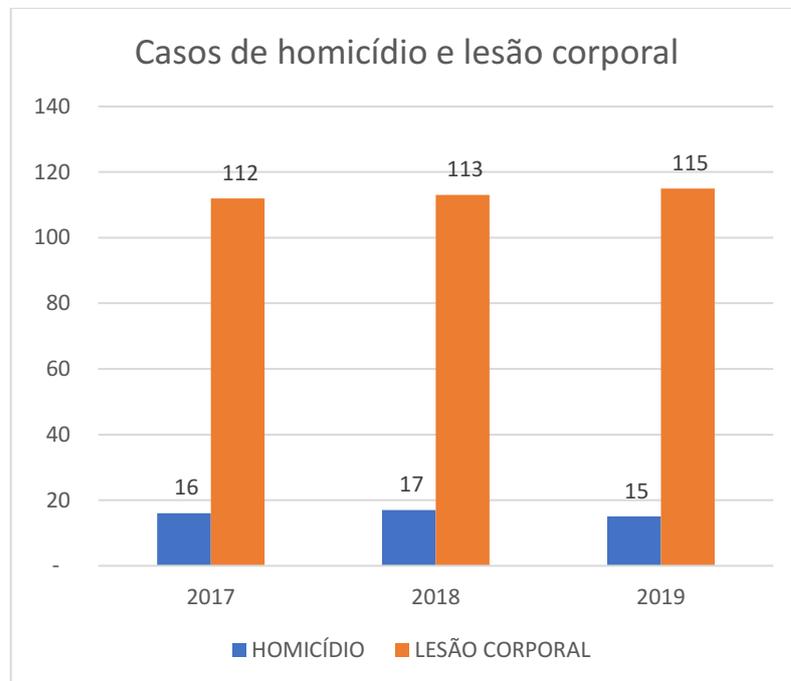
Gráfico 4 – Acompanhamento de casos de atos violentos no bairro Buritis – Estupro



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2020.

Nota: Dados obtidos pela SEJUSP.

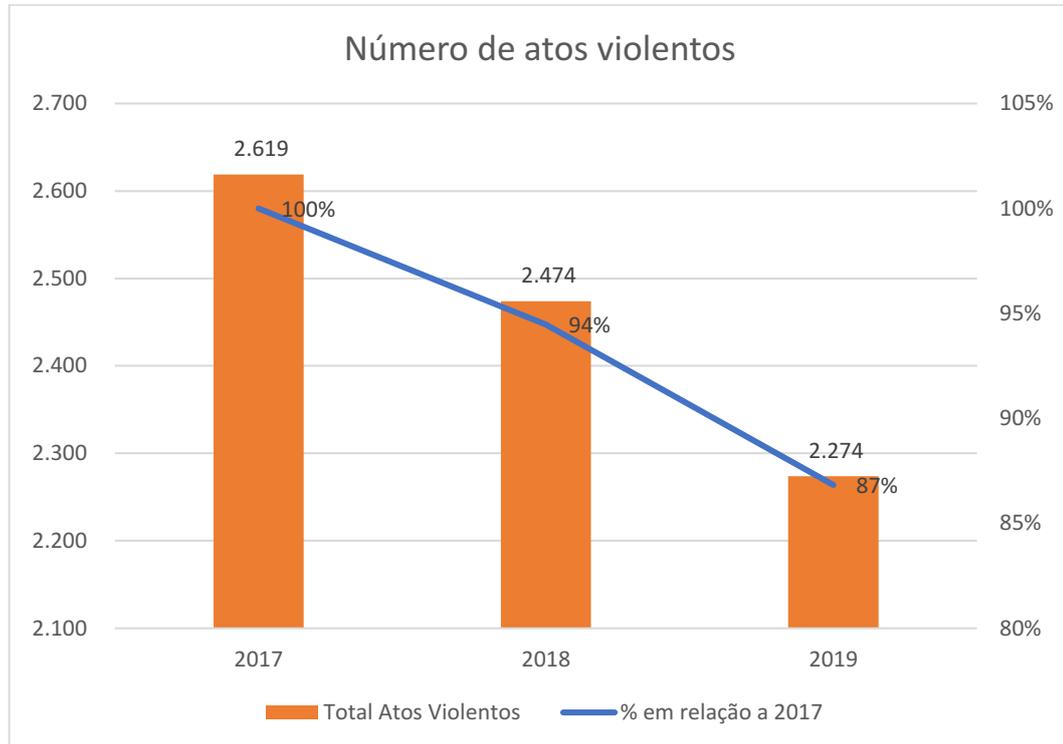
Gráfico 5 – Acompanhamento de casos de atos violentos no bairro Buritis – Homicídio e lesão corporal



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2020.

Nota: Dados obtidos pela SEJUSP.

Gráfico 6 – Evolução do registro de atos violentos no bairro Buritys



Com exceção dos registros de estupro, todos os registros entre 2017 e 2019 não tiveram reações expressivas. Quando somamos todos os registros durante os anos, identificamos que houve uma queda no número de ocorrências registradas. Apesar da redução, isso não necessariamente reduz o medo dos moradores, conforme veremos no decorrer do texto.

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2020.

Nota: Dados obtidos pela SEJUSP.

De acordo com os índices criminais registrados no bairro Buritys – levando em consideração a soma de todos os casos de furto, roubo, furto e roubo de veículo, sequestro, estupro, homicídio e lesão corporal – houve uma queda de 13% no número de registros entre 2017 e 2019, o que pode ser entendido como uma melhora em termos numéricos, mas essa queda não necessariamente é refletida na percepção de insegurança dos moradores, ou modifica a forma cautelosa e apreensiva como se inderem no território, como é apontado nos relatos a seguir.

“[...] a gente passou a adotar... para não receber compra assim né... para não deixar o entregador subir. Ah... e outra coisa... meu vizinho já foi assaltado! Entraram, fizeram a limpa no apartamento dele e foram embora... assim, e foi aí... eu... então... o condomínio resolveu colocar mais coisa de segurança, tipo: mudaram a porta, agora é porta elétrica com dispositivo de ímã; reforçaram cerca elétrica; subiram o muro... essas coisas.” (Entrevistado 02, 2021)

A fala do morador confirma um comportamento observado em diversas conversas: a notícia de um crime funciona como gatilho para uma série de alterações no comportamento e na busca por dispositivos de mediação entre o morador e o exterior.

“[...] Parar de usar uma coisa que você gosta, porque você está usando e pode vir alguém e te assaltar. Andar com a janela do carro aberta... não ando mais.”

“[...] Antes de colocar o carro na garagem, a gente abre o portão sem embicar o carro, e só depois que o portão está aberto que a gente entra com o carro. E o elevador tem senha [...] tem uma chave específica para chamar o elevador.” (Entrevistada 03, 2021)

“Por exemplo, meu celular é baratinho, que aí, se roubar, não vai fazer falta. Eu procuro não andar com bolsa... quando vou andar com dinheiro, é com pouquinho de dinheiro... eu evito o máximo que eu posso. Igual eu falei, eu evito andar com o dinheiro... e os horários também, dependendo do horário eu nem levo celular.” (Entrevistada 05, 2022)

Em algumas falas, a mudança de comportamento e o uso de dispositivos aparecem com uma dimensão para além da precaução, incluindo uma espécie de “obrigação do cidadão” em relação ao combate à criminalidade, como na fala:

“Interfere né, porque, por exemplo, a gente sabe que qualquer lugar da cidade tem pessoas que vão querer entrar nos prédios, vai ter gente querendo assaltar; a gente é o que a polícia militar fala ‘a gente tem que fazer nossa parte como cidadão’. Então, por exemplo, a gente teve uma época que estava acontecendo que em muitos bairros, durante a madrugada, alguém pegava os portões das garagens, levantava e tirava do trilho para roubar bicicleta. Aqui no meu prédio nunca entrou, mas porque, há muitos anos atrás, a gente colocou uma trava de segurança no portão; a pessoa tenta tirar do trilho e não consegue. A gente às vezes até vê... nós já vimos umas duas vezes, marca no portão de a pessoa fazer tanta força para levantar (o portão) e tirar do trilho, e não consegue. Então ninguém nunca entrou aqui no prédio. Outra coisa... essa questão que eu estava te falando, deixar

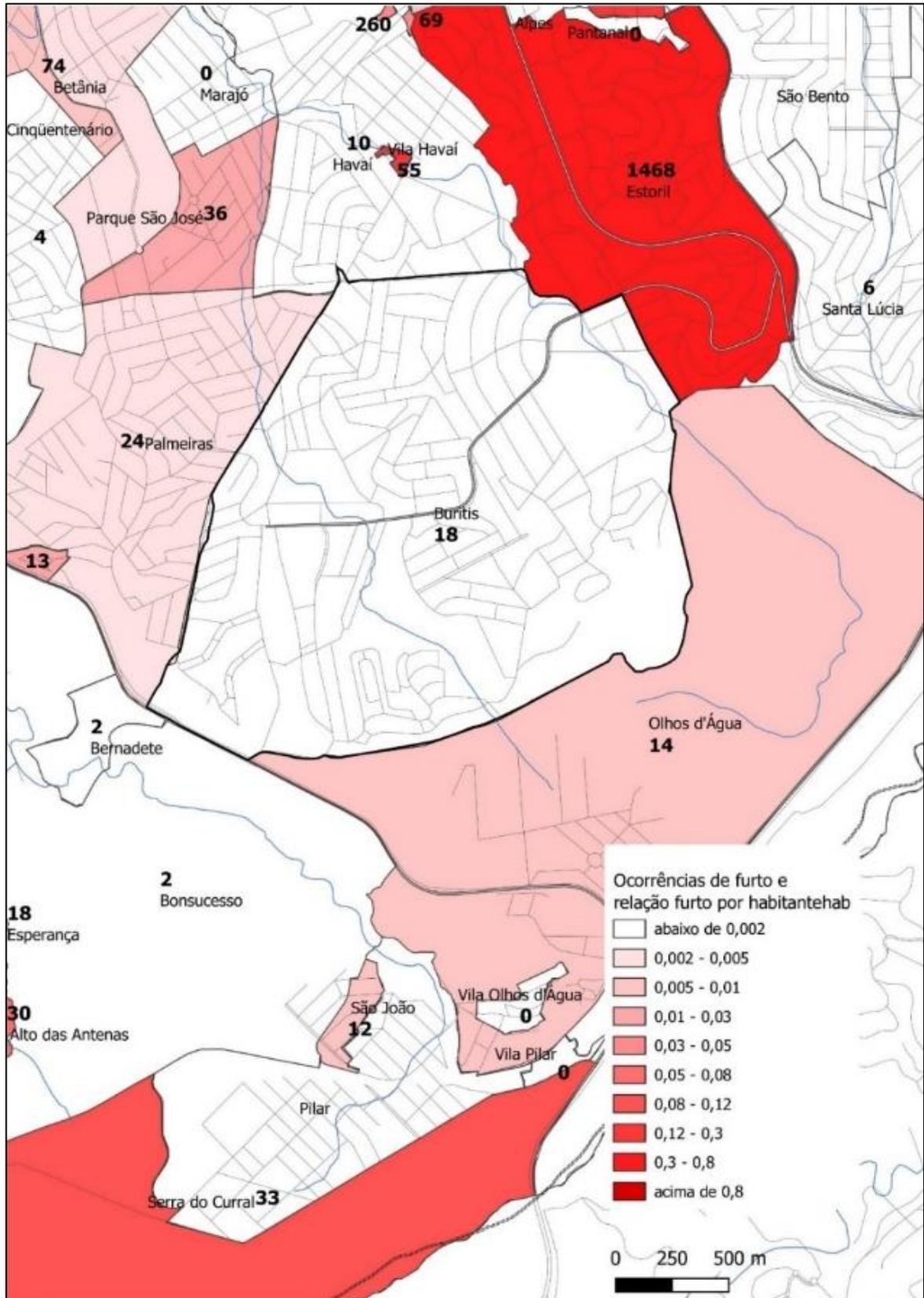
coisa dentro do carro... se eu, por exemplo, eu tenho que sair para a casa do meu namorado e vou levar o computador, mas, no caminho, vou parar lá na Savassi (bairro), eu não vou pegar o meu computador lá na Savassi ou no meio da rua, ou em qualquer lugar que eu tiver, e colocar no porta-malas com outras pessoas olhando... eu já deixo ele dentro do porta-malas desde a garagem, para não chamar atenção e para que ninguém veja que tem alguma coisa dentro do meu porta-malas. Então são cuidados, coisas que às vezes parecem besteira, mas que a gente também tem que ter... fazer a nossa parte.” (Entrevistada 04, 2022)

Apesar de o bairro Buritis não possuir um número elevado de atos violentos registrados, segundo os dados de criminalidade utilizados, ele é circundado por bairros com maiores índices de violência, como o Bairro Palmeiras, Olhos d’água, Havaí (onde está a comunidade Ventosa) e Estoril, conforme Figura 16, e esta configuração socioespacial é diretamente refletida na percepção de insegurança dos moradores.

Durante as entrevistas, detectamos nas narrativas uma recorrente atribuição da violência no Buritis ao Outro, ou seja, aos bairros limítrofes e às pessoas recém-chegadas ao próprio bairro, geralmente de classes mais baixas, fato que converge com o que caracterizamos como mixofobia em relação a pessoas de menor poder aquisitivo e estigmatização de territórios populares, como fonte de ações violentas que estariam invadindo os limites do bairro:

“[...] à medida que o tempo foi passando, e o bairro foi crescendo e hoje é um bairro ocupado por pessoas emergentes, classe B, classe C para B, até algumas da classe A, eu acho que, com isso, com o aumento de população do bairro, começou também a ficar menos seguro. E isso tem...influencia sim, por exemplo, eu não faço coisas que eu fazia há 10, 15 anos atrás, porque hoje eu fico com medo. [...] o Buritis ele é um bairro de, né, classe BC, AB, e alguma coisa até A, mas ele é circundado por bairros de poder aquisitivo mais baixo, e muitas vezes nessas imediações é mais violento.” (Entrevistado 02, 2021)

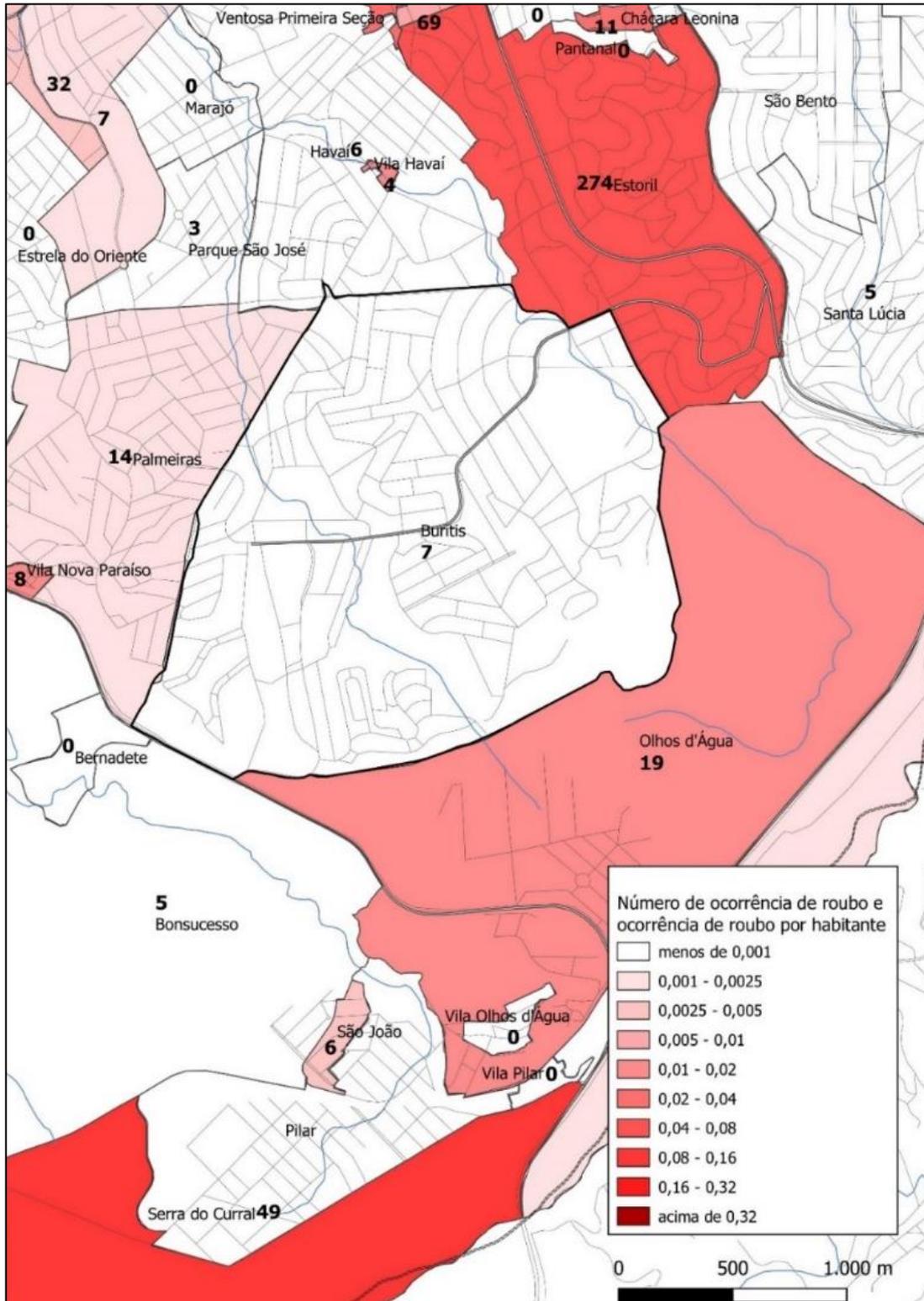
Figura 16 – Relação de casos registrados de furto/hab no bairro Buritis e região



Fonte: Adaptado pela autora, a partir da base cartográfica da RMBH, 2020.

Nota: Dados obtidos pela SEJUSP.

Figura 17 – Relação de casos registrados de roubo/hab no bairro Buritis e região



Nota-se que, em termos de registros de ocorrências de roubos e furtos, o Buritis está cercado por bairros com um número de ocorrências maior que em relação a ele. Incluímos a visão “por habitante” para relacionar melhor o número em termos de proporção.

Fonte: Adaptado pela autora, a partir da base cartográfica da RMBH, 2020.

Nota: Dados obtidos pela SEJUSP.

Interessante observar que a distância social observada entre o Buritis e os bairros do entorno é reforçada também pelo *status* imobiliário e comercial que reforça o caráter de “bairro de elite” do primeiro, o que, segundo o morador, colabora ainda mais para atrair assaltantes de fora.

“[...] igual esse cara mesmo que entrou lá no comércio 4 vezes²⁶, ele é morador de rua aqui da região, não sei se ele é da Ventosa ou do Morro das Pedras, mas a maioria desse tipo de situação que acontece é de alguém aqui perto, principalmente porque o Buritis hoje tem essa fama de ser um bairro de elite. Então, até quando a gente vai contratar serviço, se você liga para uma pessoa que é, sei lá, um serralheiro e pede para ele o preço antes de falar que é aqui no Buritis, pode ter certeza de que ele vai te dar um preço menor; se você fala logo de cara que é aqui no Buritis, o preço já é outro. Então, assim, não só em relação a assaltos e esse tipo de coisa, hoje em dia o bairro Buritis tem uma fama de ser um bairro de elite, então acaba atraindo ou pessoas que vêm para assaltar e tudo... até esses prestadores de serviço para cobrar mais caro.” (Entrevistada 04, 2022)

Além da perspectiva dos moradores do bairro, buscamos incorporar à pesquisa uma perspectiva institucional com o objetivo de compreender como a ação de instituições se articula com a percepção de insegurança das pessoas que residem na região. Para tal, coletamos a narrativa de três agentes que atuam no bairro, sendo elas: uma das administradoras e voluntárias dos grupos de WhatsApp da “Rede de Vizinhos Protegidos do Bairro Buritis”, o presidente da Associação de Moradores do Bairro Buritis (ABB), e o tenente responsável pela 126.^a Companhia da Polícia Militar (base locada dentro do bairro Buritis), respectivamente identificados como “Entrevistada 06”, “Entrevistado 07” e “Entrevistado 08”.

Em entrevista com o presidente da Associação de Moradores do Bairro Buritis (ABB)²⁷, ele relata que o principal objetivo da associação é canalizar as principais demandas do bairro e dos moradores, e contribuir para que elas sejam

²⁶ Entrevistada 06 faz referência a uma ocorrência no bairro na qual um comércio foi assaltado quatro vezes consecutivas, supostamente pelo mesmo infrator.

²⁷ O presidente, apesar de não residir no Buritis, é comerciante do bairro há 20 anos. Possui até o momento 13 anos de atuação na ABB (desde 2009), nos quais foi 4 vezes vice-presidente, e atualmente assumiu a presidência da associação (período 2021-2023).

atendidas. Ao ser questionado sobre a atuação da associação em relação à segurança do bairro, o entrevistado afirma que a associação atua de forma preventiva por meio de redes sociais (por exemplo, o Instagram – Figura 18) e por meio da premissa de que “temos que evitar ser vítimas em potencial” (menção à frase do Dr. Jonas Pavan – atual delegado da 4.^a Delegacia Distrital da Polícia Civil de Minas Gerais), já que, segundo o entrevistado, o “*modus operandi* de ‘bandido’ é a oportunidade”.

Figura 18 – Publicações relacionadas à segurança na conta oficial no Instagram da Associação de Moradores do Bairro Buritis



Fonte: Publicação do perfil de Instagram da ABB (@associacaobairrobunitis), 2021.

O presidente afirma que a relação entre a comunidade do bairro e a polícia é muito estreita, e enaltece o trabalho da polícia por ser eficaz e estratégico, principal motivo pelo qual a população se sente protegida. Além disso, reforça a necessidade de descontar o “sensacionalismo da mídia” e algumas distorções de indicadores. Como exemplo de distorção de indicadores, ele cita um aumento recente dos índices criminais de registro de roubo de celular, o que, na verdade, esclareceu-se como uma estratégia para se enganar o seguro.

Ao ser questionado sobre a relação do bairro Buritis com os bairros ao redor, o entrevistado considera que polícia “enxuga gelo”, pois faz abordagem

preventiva e, “quando prende, o indivíduo é logo solto”. Segundo o entrevistado, de modo geral, os policiais já sabem quem são os “bandidos” e onde vivem (aglomerado Ventosa ou Morro das Pedras), sendo raro ter alguém de longe. São “viciados, drogados, ladrões” que “não querem mudar de vida”.

Ao longo da entrevista, foi possível capturar um discurso que atribui a responsabilidade da segurança ao morador, uma vez que há uma descrença no poder de penalização àqueles que infringem a lei, fator que reforça a necessidade de se recorrer às formas urbanas do medo e ações que compactuam com as premissas mixofóbicas e o mercado da segurança. Veja, por exemplo, o relato do entrevistado sobre um condomínio que não apresenta itens de segurança satisfatórios:

“Há dois meses, dois ou três meses, nós tivemos um condomínio que em pouco tempo foi assaltado 3 ou 4 vezes, e caiu na mídia, a reportagem foi lá para fazer matéria, e o pessoal falando que o bairro Buritis é inseguro...um fato isolado. Eu fui ao condomínio para verificar as condições do que estava acontecendo. O condomínio fica em uma esquina até que movimentada, no início da Av. Mario Werneck, próximo a restaurantes, mas a entrada dele é por uma rua escura, a parte da iluminação, por conta das árvores, é baixa, e o condomínio não tem nada de segurança! Não tem uma cerca elétrica, aquelas fechaduras são aqueles modelos antigos que o ‘vagabundo’ chega com uma chave de fenda e destrava, então o pessoal deixava bicicleta na garagem, deixava tudo exposto, e aquilo é um prato cheio para ‘vagabundo’. Por que é um prato cheio para ‘vagabundo’? Não tem uma cerca elétrica, se ele quiser ele pula a hora que quiser, as fechaduras são antigas, não tem sistema de videomonitoramento, então se pegar o cara com a bicicleta ele vai falar que achou a bicicleta na rua...a polícia prende, e mediante a falta de provas, vai soltar. Então... assim, são coisas que não bate, nós não queremos que seja deixado de lado se isso está sendo um problema no bairro não, mas essa parte de sensacionalismo, tem que ser dito a verdade. A polícia militar no primeiro furto falou ‘Condomínio oh...virou e falou para o síndico: vocês têm que ter segurança, está baixo! Vocês têm que evitar de ser uma vítima em potencial.’. Porque hoje as nossas leis que têm que ser mudadas no congresso, elas beneficiam o infrator, elas beneficiam o ‘vagabundo’.” (Presidente da ABB, 2021)

Como principal estratégia utilizada em favor da segurança do bairro, o entrevistado cita a criação da “Rede de vizinhos protegidos”, que são grupos de WhatsApp geridos pela ABB e pela Polícia Militar. Os representantes dos condomínios ou moradores do bairro se associam aos grupos, que são subdivididos de acordo com as regiões do bairro Buritys determinadas pela própria Polícia Militar. O principal objetivo da rede é acompanhar e divulgar informações, medidas e denúncias relacionadas à segurança no bairro.

“Viu uma pessoa diferente, posta no grupo! Aí o outro condomínio já vê, por que as notificações ficam ligadas [...] e Polícia Militar tem acesso a todos os grupos, isso está direto no celular da Companhia [126.ª Companhia da PM]... então tem sempre alguém nesse telefone acompanhando o que está acontecendo dentro do bairro. Chegou informação que uma pessoa diferente... que ninguém conhece, um vizinho confirmou e outro também confirmou que não tem conhecimento de quem é a pessoa, a viatura é automaticamente acionada e aborda essa pessoa [...] A polícia aborda, e isso assusta o ‘vagabundo’”. (Presidente da ABB, 2021)

Para compreender melhor o dinamismo da “Rede de vizinhos protegidos”, entrevistamos uma das administradoras desses grupos de Whatsapp (Entrevistada 06), que é voluntária da ABB e síndica do prédio no qual reside. Segundo ela, a rede surgiu a partir de uma demanda recorrente por segurança, uma vez que havia inúmeras queixas de sensação de insegurança vinda dos moradores do bairro. Em 2018, houve uma reunião entre os principais síndicos dos condomínios na região para discutirem a questão em evidência junto à Polícia Militar, e, como resultado, a rede foi criada. Por questões de organização e controle, os membros dos grupos, além da ABB e da Polícia Militar, são exclusivamente dois representantes de cada condomínio associado (normalmente síndico e subsíndicos) e moradores de residências privadas, sendo que qualquer membro do grupo passa por um cadastro e autorização prévia da ABB.

Segundo a entrevistada, os grupos de WhatsApp são categorizados em seis setores (de acordo com a região na qual os associados da rede residem) por dois motivos principais: limitar a informação para um raio menor de incidência para “não preocupar à toa” os moradores com ocorrências que não estão próximas a eles; e

porque cada grupo pode ter no máximo até 255 integrantes (limitação do aplicativo). As pessoas integrantes desses grupos, além de serem representantes, são o que a entrevistada caracterizou como “ponte”, ou seja, são pessoas responsáveis por repassar e mediar as informações entre os moradores e a polícia, por isso a importância de serem pessoas confiáveis e dispostas a colaborar.

Em relação à eficácia dessa rede, a entrevistada relata que a Polícia Militar monitora esses grupos durante 24h, uma vez que o celular corporativo é repassado a cada troca de plantão, fator que agiliza a comunicação das denúncias e melhora a sensação de segurança dos moradores. Ainda reforça que recebe constantemente o retorno positivo dos moradores em relação à atuação da rede.

“O objetivo mesmo [da rede] é você estar atenta ao que acontece perto de você e alertar as pessoas que estão próximas de você [...] a Polícia Militar usa muito o termo ‘câmera viva’, como se cada pessoa fosse uma câmera viva que possa alertar seus vizinhos de pessoas que estão nas ruas próximas para poder evitar uma situação de risco, um assalto, um furto.” (Entrevistada 06 - Voluntária da ABB, 2021)

Para ampliar nossa leitura, também entrevistamos o Tenente responsável pela 126.^a Companhia da Polícia Militar, que iniciou a conversa explicando-nos que a criminalidade no bairro Buritis é flutuante, daí a importância de se ter um policiamento direcionado. Isso significa, conforme explicou, um policiamento regido por um “cartão programa”, atualizado a cada 15 dias ou menos, que determina as áreas com maior incidência criminal em um determinado momento, a forma de abordagem e vigilância, bem como o tipo de conduta e de acompanhamento a ser realizado. O Tenente afirmou que, além das metas pela redução criminal, uma das maiores preocupações da companhia é impactar positivamente a vida dos moradores e colaborar para reduzir a percepção de insegurança da comunidade. Entretanto ele nos relatou a grande dificuldade em influir sobre essa percepção, já que a mídia contribui negativamente para sua formação.

“[...] quando nós tivermos um resultado de redução, e esse resultado for transferido para as pessoas na mesma proporcionalidade de sensação e melhora na redução do medo, é o ideal! Só que isso nem sempre acontece, porque nós vivemos num mundo da comunicação instantânea, em que 01 crime se transforma talvez no

impacto como se fosse 20. Então a sensação [de insegurança] é muito impactada através da comunicação, por isso que a gente trabalha, forma as redes, vai divulgando os dados. Porque o ideal é a gente conseguir andar juntos: sensação de segurança e redução criminal, mas nem sempre isso acontece, infelizmente.” (Tenente responsável pela 126.^a Companhia da Polícia Militar, 2022)

Outra dificuldade mencionada foi em relação às leituras dos índices criminais por parte dos moradores. Apesar da redução recorrente de registro de crimes violentos no bairro, as variações desses números, mesmo que pequenas, têm uma equivalência maior na porcentagem total de registros, fator que, segundo o entrevistado, induz a uma leitura enviesada da realidade. Por esse motivo, a polícia participa assiduamente das reuniões da Rede dos Vizinhos Protegidos, para divulgar e ajudar os moradores a interpretar esses índices, bem como contribuir com o reforço de medidas de autoproteção.

Sobre a relação da polícia com a comunidade e a ABB, o entrevistado afirma que é uma relação de muita parceria e efetividade, mas ressalta que tal participação acaba gerando um elevado número de demandas, nas quais, muitas vezes, a própria polícia não atua da forma como acha melhor, e sim da forma como a comunidade quer, fator que impacta diretamente na autonomia do órgão. Outro alerta levantado pelo Tenente é que o grupo de WhatsApp da Rede de Vizinhos Protegidos não substitui o acionamento da polícia via canal de denúncias oficial (190), por dois principais motivos: primeiro, os registros criminais devem ser monitorados por um único canal para contabilização do município e estado; segundo, não há garantias de que os militares irão visualizar imediatamente a mensagem no grupo. Portanto, para manter a eficácia e a agilidade no atendimento à denúncia, esta deve ser feita primeiramente pelo 190 e depois informada no grupo da rede.

“Então a pessoa tem que primeiro ligar 190, e depois ela postar a informação no grupo, porque a partir do momento que ela posta, começa todo um monitoramento. A gente sabe, hoje, que o que não falta são olhos nas ruas!! É câmeras já pelo sistema de segurança de condomínios e residências, o próprio smartphone, então a pessoa vai filmar.” (Tenente responsável pela 126.^a Companhia da Polícia Militar, 2022)

Quando questionado sobre os bairros ao redor e possíveis influências na criminalidade do Buritis, o entrevistado foi categórico em afirmar que não podemos atribuir a criminalidade do bairro Buritis aos bairros de menor renda que o cercam; isso porque não há um fator determinante que comprove esse fato. Esses bairros inclusive fazem parte de uma sub-setorização da 126.^a Companhia que mantém a metodologia de policiamento direcionado, e os tenentes compartilham informações estratégicas para melhorar cada vez mais a relação entre os bairros.

“Do Buritis a gente tem próximo o aglomerado Ventosa e o Morro das Pedras, só que o seguinte, a gente não pode aliar que as pessoas que praticam crimes vêm só desses locais. Tem muitas pessoas de locais distantes, Betim, Contagem, então pode talvez influir na segurança do bairro, mas não tem um fator tão determinante para afirmar que são esses locais que vão impactar negativamente na segurança do bairro.” (Tenente responsável pela 126.^a Companhia da Polícia Militar, 2022)

[Após a captura de tantas narrativas atribuindo o crime aos bairros adjacentes ao Buritis, me surpreendi com a fala da perspectiva policial ao não fazer essa vinculação. Apesar de não saber o quanto a resposta possa ter sido influenciada por um “discurso politicamente correto”, é interessante verificar como a instância de maior poder no combate da violência não atribuiu o crime ao indivíduo estigmatizado na fala dos moradores e da própria ABB. Essa visão possui potencial para futuramente explorarmos como a polícia pode influenciar positivamente a percepção de insegurança do morador.]

Sobre a influência da polícia na forma como os moradores se relacionam com o território, o Tenente explicou que o principal objetivo da polícia nesse aspecto é contribuir para diminuir o número de “vítimas em potencial”, daí retomamos a narrativa da Entrevistada 06 (2022), que retrata como isso já é replicado na fala do morador: *“É o que a polícia militar fala, que existem três pilares das situações de assalto e de furto [...] o ambiente favorável, o autor predisposto e uma vítima distraída. [...] Faltou um desses pilares [a ocorrência] não acontece.”* Essa transformação é um trabalho diário que prevê a mudança no comportamento do morador a partir de medidas facilmente adotadas em sua rotina:

“A gente sempre tenta trabalhar justamente na teoria das oportunidades! A gente sabe que a predisposição do autor é difícil mudar, de médio a longo prazo, porque se a gente quer fazer com que um cara não esteja predisposto à prática delituosa, a gente tem que trabalhar educação, uma mudança cultural, mas é lógico que temos que acreditar e contribuir para isso. Agora a questão da vítima, o comportamento da vítima, o ambiente mais vigilante, seja, por exemplo, de pessoas mais atentas, pessoas observando o que acontece no entorno que ela mora, qual a conduta que ela vai adotar, essa questão a gente divulga por meio de dicas de segurança. E tudo isso influi, são medidas facilmente adotadas de curtíssimo prazo. A gente pode divulgar hoje, e amanhã o cidadão já mudar completamente a questão de vigilância e disponibilidade para se vitimar.” (Tenente responsável pela 126.^a Companhia da Polícia Militar, 2022)

A partir da captura das narrativas institucionais, foi possível identificar que, apesar da proximidade entre força policial e comunidade, há uma grande descrença na justiça formal por parte dos moradores, o que implica um risco de indiferenciação entre polícia e morador, sendo, inclusive, um fator negativo mencionado pelo Tenente da 126.^a Companhia, ao relatar a dificuldade em atuar em algumas demandas da comunidade. Outro ponto de divergência identificado nessas narrativas foi a percepção em relação aos bairros que estão ao redor do bairro Buritis, em especial ao aglomerado do Morro das Pedras e Ventosa, sendo que, de um lado, a ABB – que é a maior figura de influência aos moradores – atribui a violência no Buritis a criminosos com origem desses bairros; de outro, a Polícia Militar entende que não há fatores concretos que possam determinar tal alegação.

Pelas declarações da ABB, identificamos que a maior problemática da “Rede de vizinhos protegidos” é a estigmatização e o julgamento inadequado baseado nas aparências (“vagabundos, viciados, drogados, ladrões”...), fator que reforça a conduta mixofóbica e a atribuição do crime e violência ao Outro, afinal *“viu uma pessoa diferente, posta no grupo!”* (Presidente da ABB, 2021, *grifo nosso*). Isto reforça a influência dos discursos institucionais na conduta do morador, uma vez que a ABB, assim como a Rede de Vizinhos Protegidos, divulga instruções que compactuam com a multiplicação das formas urbanas do medo no território. Por outro lado, percebemos

uma preocupação por parte da polícia para que essas informações e medidas de autoproteção sejam aliadas na construção de uma percepção de segurança, e não no crescimento do medo e da insegurança.

A captura de todas essas narrativas, percepções e relatos possibilitou-nos uma melhor compreensão de como as características estruturais que abordamos anteriormente retroalimentam a percepção de insegurança dos indivíduos. É perceptível como o mercado da informação e da segurança atuam na mercantilização do medo e como isso é refletido nas falas, ações e reações dos moradores. O impacto dessa dinâmica só reforça o ciclo vicioso pela busca cada vez maior da autoproteção, da segregação e do isolamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta dissertação abordando a percepção de insegurança como ponto de partida estrutural para nossa discussão, considerando que a percepção do indivíduo possibilita compreender como os fatores da sociedade contemporânea estruturam nossos hábitos sociais. No decorrer do texto, abordamos características estruturais que, sob a ótica da violência urbana e do medo, retroalimentam a percepção de insegurança dos indivíduos, a qual condiciona a forma como eles agem e reagem no território em que estão inseridos. A identificação dessas características, longe de ser determinante e finita ao assunto, buscou territorializar a violência urbana e seus impactos para que, posteriormente, o morador fosse inserido como protagonista dessa relação.

Conforme já pontuamos no decorrer do texto, observamos algumas restrições do campo da criminologia em analisar a violência urbana sob uma perspectiva territorial. Com isso, vimos na abordagem da leitura do lugar a possibilidade de compreender e apreender, por meio da narrativa do morador, como sua percepção estrutura a forma pela qual ele se enxerga no território quando falamos de violência. Ao selecionarmos um território, pudemos percorrer suas ruas, extrair informações e percepções próprias e ainda capturar narrativas das pessoas que, de fato, ocupam esse território.

A principal dificuldade encontrada durante todo o percurso desta pesquisa foram os estrondosos impactos da pandemia causada pelo novo coronavírus (covid-19). O medo por nossas vidas e pelas vidas de nossos entes queridos se instaurou em nosso cotidiano: medo de ser contaminado, medo de contaminar alguém, medo sobre o presente e o futuro, medos que nos desestabilizaram psicologicamente, e que são completamente válidos e compreensíveis, visto o cenário de mais de 6 milhões de mortes de pessoas acometidas da doença. Apesar de a tecnologia ter contribuído para fazermos todas as entrevistas de forma remota, consideramos que tivemos prejuízos pela impossibilidade dos encontros presenciais, que são tão necessários para esse tipo de coleta de dados. Mesmo com o número reduzido de entrevistas, acreditamos que as conseguidas foram suficientes para vislumbrarmos as problemáticas acerca do tema. Com a contribuição dos entrevistados, foi possível capturar narrativas que consolidaram e ampliaram a maior parte dos pressupostos e

as características estruturais que foram discutidas, e, ao mesmo tempo, nos surpreenderam com relação a alguns relatos, fato que mostrou a importância de determinados campos de estudos adotarem a prática de colocar o indivíduo e suas narrativas como pontos focais de seus temas.

Acreditamos que a principal contribuição desta pesquisa tenha sido justamente demonstrar o potencial dessa abordagem na leitura de um tema tão importante como a violência urbana, uma vez que trazer esse tipo de perspectiva chama atenção para novos olhares, sutilezas, contradições e que podem contribuir para o planejamento mais consciente de nossas cidades. Retomamos então a pergunta que norteou esta pesquisa: “Como a percepção de insegurança estrutura o cotidiano do indivíduo?”.

Pela leitura do lugar, foi possível observar que a percepção da insegurança não só estrutura o cotidiano do morador, como também reflete (e é reflexo) do território urbano no qual ele está inserido. Ao percorrer as ruas do bairro Buritis, ficou clara a intenção – mesmo que inconsciente – de se proteger de algo ou alguém. Conforme mostramos no nosso levantamento fotográfico, os edifícios residenciais possuem inúmeros aparatos de segurança, que compõem um cenário muito homogêneo, e, ao mesmo tempo, intimidador. Alinhadas ao impacto da leitura do lugar, as entrevistas semiestruturadas contribuíram para capturar a narrativa do morador de forma fluida e natural, fator que possibilitou identificarmos o descolamento da fala dos moradores sobre se sentirem seguros e suas ações e reações no território. Apesar de a maioria afirmar que se sente segura no bairro Buritis, verificamos que essa percepção de segurança está diretamente condicionada pelas formas urbanas do medo, pelas medidas de autoproteção e pelo distanciamento do Outro.

As narrativas dos moradores também nos mostraram como as características estruturais que abordamos no decorrer da dissertação retroalimentam sua percepção. Em diversas falas, observamos que a mixofobia é um fator presente quando questionamos qual é “o rosto do crime”, já que o crime está atrelado a um “rosto diferente”, a um “sujeito estranho”. Os mercados da segurança e da informação também tiveram uma alta contribuição na estrutura das narrativas que apreendemos, já que o medo de ser vítima foi algo muito mencionado e atribuído às notícias e histórias de vítimas que sofreram com algum ato criminoso. Esse fator foi determinante

para que muitos dos moradores afirmassem ter adquirido algum dispositivo de segurança nas amenidades dos edifícios em que residem.

Para futuro desenvolvimento, identificamos que, além de aumentar o número de amostras de entrevistas, cabe agregar a leitura de mais dois agentes que podem contribuir com o tema de diferentes perspectivas; sendo eles: agentes da mídia/imprensa, para compreender como as notícias sobre violência urbana são selecionadas e como essas informações são filtradas e tratadas para serem repassadas ao público; e agentes da segurança privada, para compreender quais são as estratégias de venda de itens/serviços de segurança.

Por fim, entendemos que as nossas inferências mostram a importância de capturarmos a narrativa do indivíduo ao analisarmos um território sobre a ótica da violência urbana, e até mesmo do medo. Isso permite vislumbrarmos que há espaço para melhora nas práticas urbanas que buscam reduzir a percepção de insegurança dos indivíduos no território urbano, e que, ao inserir o morador como ponto focal de estudo, podemos contribuir com provocações que fissurem as cidades, que hoje são estruturadas pelo medo, no sentido de transformá-las em possibilidade de convivência entre diferentes, sem que isso seja considerado uma ameaça.

REFERÊNCIAS

ABESE. Mercado de segurança eletrônica no Brasil faturou R\$ 7,17 bilhões em 2019 – Abese prevê crescimento de 12% em 2020. *Notícias*, 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://abese.org.br/mercado-de-seguranca-eletronica-no-brasil-faturou-r-717-bilhoes-em-2019-abese-preve-crescimento-de-12-em-2020/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ARENDDT, Hanna. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDDT, Hanna. *Sobre a violência*. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BELO HORIZONTE. Lei 4253 de 4 de dezembro de 1985. *Lei ambiental*. Dispõe sobre a política de proteção do controle e da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1985. Disponível em: <https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/238049/lei-4253-85>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BELO HORIZONTE. Lei 7166 de 27 de agosto de 1996. *Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo*. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1996. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1996/716/7166/lei-ordinaria-n-7166-1996-estabelece-normas-e-condicoes-para-parcelamento-ocupacao-e-uso-do-solo-urbano-no-municipio>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BENJAMIN, Walter. Crítica da violência – Crítica do poder. In: BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie*: escritos escolhidos. São Paulo: Edusp; Cultrix, 1986.

BHMAP. Disponível em: <https://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=4&lat=7796893.0925&lon=609250.9075&baselayer=base>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CARRIÓN, Fernando M. Violencia urbana: un asunto de ciudad. *EURE*, Santiago, v.34, n. 103, p. 111-130, 2008. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612008000300006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 11 maio 2020.

CARRIÓN, Fernando M. Percepción inseguridad ciudadana. Ciudad segura. *Programa de Estudios de la Ciudad*, n. 15, 2007. Disponível em: http://www.flacso.org.ec/docs/ciudad_segura15. Acesso em: 17 nov. 2020.

CASTREE, Noel; KITCHIN, Rob; ROGERS, Alisdair. *A Dictionary of Human Geography*. Oxford University Press, 2003.

CHAUI, Marilena. Ética e Violência no Brasil. *Revista Bioethikos*, Centro Universitário São Camilo, p. 378-383, 2011.

CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUI, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p.71-84. Abril, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2020.

CORTÉS, José Miguel G. *Políticas do Espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.

CROWE, Timothy. *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2000.

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. *Percepção de medo no Estado de Minas Gerais*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta, 1993.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

EPAMINONDAS, Leticia M. R. *A legislação urbanística e a produção do espaço: estudos do bairro Buritis em Belo Horizonte*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ESTEVES, Alina. *A criminalidade na cidade de Lisboa*. Uma geografia da insegurança. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

FERRARO, Kenneth. *Fear of crime: interpreting the victimization risk*. New York: State University of New York Press, 1995.

FROMM, Erich. *A revolução da esperança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GAROFALO, James. The Fear of Crime: Causes and Consequences. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, vol. 72, n. 2, 1981. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/jclc/vol72/iss2/20/>. Acesso em: 28 out. 2020.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GÓMEZ, Afonso S.; GONZÁLEZ, Carlos V. *Tendencias de la criminalidad y percepción social de la inseguridad ciudadana en España y la Unión Europea*. Madrid: Edisofer, S.L., 2007.

HALE, Chris; ANDREWS, Glen.; BOX, Steven. Explaining Fear of Crime. *The British Journal of Criminology*. vol. 28, n. 3, p. 340-356, 1988. Disponível em: <https://academic.oup.com/bjc/article-abstract/28/3/340/595335>. Acesso em: 28 out. 2020.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Revista Lutas Sociais*, n. 29, p. 73-89, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18497>. Acesso em: 03 abr. 2020.

HERB, Karlfriedrich. Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 10, p. 267-284, Abril, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2020.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KELLING, George L.; WILSON, James Q. Broken windows: the police and neighborhood safety. *The Atlantic*, março de 1982. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

KESSLER, Gabriel. *El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

KOHN, Steven A. Spatial Dimensions of Fear in a High-Crime Community: Fear of Crime or Fear of Disorder? *Revue canadienne de criminologie et de justice pénale*, vol. 51, p. 1-30, 2009. Disponível em: <https://www.utpjournals.press/doi/abs/10.3138/cjccj.51.1.1>. Acesso em: 03 nov. 2020.

LAGRANGE, Randy L.; FERRARO, Kenneth F.; SUPANCIC, Michael. Perceived Risk and Fear of Crime: Role of Social and Physical Incivilities. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, vol. 29, No. 3, 311-334, 1992. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022427892029003004>. Acesso em: 25 nov. 2021.

LOURENÇO, Nelson. Cidades e Sentimento de Insegurança: Violência Urbana ou Insegurança Urbana? In: PEREIRA JÚNIOR, E. A., J.; SILVA, Francisco da; MARON, Juliana (org.). *Um Toque de Qualidade*. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social, 2010. p. 15-39.

LOURENÇO, Nelson. Globalização e insegurança urbana. *Revista Angolana de Sociologia*, n. 11, p. 11-34, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ras/308>. Acesso em: 06 nov. 2019.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. *Dilemas*, vol.9, n, 1, p. 45-63, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7672>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MORADO NASCIMENTO, Denise; FREITAS, Daniel Medeiros de; NASCIMENTO, Gabriel da Cruz. *Outro jogo de linguagem como proposta teórico-metodológica da leitura do lugar*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional "Las políticas neoliberales y la ciudad en América Latina: Desafíos teóricos y políticos. Para una comprensión crítica de los procesos urbanos latinoamericanos" organizado pela Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoría Urbana. Buenos Aires, 27 al 30 de julio 2021.

NARVÁEZ, Maribel M. El miedo al delito no es un supuesto de victimización indirecta. *International E-journal of Criminal Sciences*, n. 3, 2009. Disponível em: <https://ojs.ehu.eus/index.php/inecs/article/view/261>. Acesso em: 29 out. 2020.

NEWMAN, Oscar. *Defensible space: crime prevention through urban design*. New York: Macmillan, 1973.

OLIVEIRA, Fabiana Aguiar de. "O urbano: uma reflexão sócio-histórica". *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. I, n. 1. Rio de Janeiro, UERJ/Faculdade de Serviço Social, 1993.

PEDRAZZINI, Yves. *A Violência das Cidades*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

PERINE, Marcelo. *Filosofia e violência: sentido a intenção da filosofia de Éric Weil*. 2. ed. rev. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

PBH. Estatísticas e Indicadores. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores>. Acesso em: 25 mar. 2022.

RMBH. Bases Cartográficas. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/central-cartog.php>. Acesso em: 25 mar. 2022.

REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo. *Escola Americana de Belo Horizonte 60 anos: da memória para a história*. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://eabh.com.br/damemoriaparahistoria/#nav-introducao>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SAN-JUAN, César; VOZMEDIANO, Laura; VERGARA, Anabel. Self-protective behaviours against crime in urban settings: An empirical approach to vulnerability and victimization models. *European Journal of Criminology*, p. 652-667, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1477370812454369>. Acesso em: 06 nov. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Reinventar a democracia*. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2002a.

SANTOS, Itamar Rocha dos. Aspectos da violência urbana. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, n. 5/6, p. 237-250. Bahia, 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p.16-32, dez. 2002b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 mar. 2020.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. *Boletim paulista de geografia*, n. 53. São Paulo, fev.1977.

SCHARINGER, Joana Pantoja; CHATELARD, Daniela Scheinkman. Freud: pensador da diferença. *Revista Subjetividades*, v. 10, n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4928>. Acesso em: 14 fev. 2020.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; BEATO FILHO, Claudio Chaves. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 30, supl. p. S155-S170, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000400010&lng=en&nrm=is. Acesso em: 03 maio 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TORRES, Héctor B.; MORANTA, Tomeu V. La noción de espacio público y la configuración de la ciudad: fundamentos para los relatos de pérdida, civilidad y disputa. Polis. *Revista Latinoamericana*, 2012.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, set. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 mar. 2020.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO MORADOR

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Qual seu nome?
- Quantos anos você tem?
- Qual bairro você mora?
- Há quanto tempo mora nesse bairro?
- Quais foram os motivos que levaram você/sua família a optar por morar neste bairro?
- Você mora em casa ou apartamento?
- Sua moradia faz parte de um condomínio?

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Geral:

- O que você acha do seu bairro?
- A questão da segurança te limita a utilizar os espaços públicos da região?

Específicas:

- Qual é a principal vantagem de morar neste bairro?
- E a desvantagem?
- Você utiliza algum espaço público para lazer, prática de esporte ou alguma atividade?
- Se sim, quais são esses espaços e para que você os utiliza? / Se não, por que não os utiliza?

CARACTERIZAÇÃO DA PERCEPÇÃO

Geral:

- Você se sente inseguro no seu bairro? Se sim, por quê?
- Você acha que a insegurança interfere na sua rotina? Se sim, como?

Específicas:

- Existe alguma atividade que você evita fazer DURANTE O DIA neste bairro? (por exemplo: andar sozinho, mexer no celular...)
- Existe alguma atividade que você evita fazer DURANTE A NOITE neste bairro?
- Você já foi vítima de algum ato violento neste bairro/região? Se sim, pode me contar como e onde aconteceu?
- Você conhece alguma vítima que sofreu algum ato violento neste bairro/região? Se sim, pode me contar como e onde aconteceu?
- Após este ocorrido, você sente mais medo de morar neste bairro?
- Você evita transitar por alguma parte do bairro ou da região por questão de segurança? Se sim, qual parte e por quê?
- Você mudou algum hábito ou rotina por se sentir inseguro? Se sim, o que mudou?
- Na sua moradia (ou condomínio) existe algum dispositivo de segurança? Se sim, quais?
- Se sua residência não possuísse esses dispositivos, como se sentiria?
- Como você é informado sobre questões como criminalidade e violência?
- Em sua opinião, as notícias sobre violência te deixam com mais medo? Se sim, por quê?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS INSTITUCIONAIS

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO (PADRÃO)

- Qual seu nome?
- Quanto anos você tem?
- Você mora/trabalha no bairro Buritis?
- Há quanto tempo mora/trabalha no bairro?

PERGUNTAS ESPECÍFICAS (PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO BAIRRO BURITIS)

- Há quanto tempo existe a associação e qual é seu principal objetivo?
- Como a associação atua em relação à violência dentro do bairro?
- Quais são as principais queixas dos moradores quando falamos de violência? Em que a percepção dos moradores é semelhante ou diferente da sua percepção?
- Você considera que a situação no bairro piorou ou melhorou em relação à violência?
- Há algum tipo de monitoramento/patrolha na região?
- Os espaços públicos do bairro são monitorados de alguma forma?
- Existe alguma parte do bairro que apresenta maiores riscos em relação à violência? Se sim, quais e por quê?
- Você acredita que os bairros ao redor do Buritis têm alguma relação com o Buritis quando falamos de violência?
- A associação divulga algum tipo de instrução ou incentiva formas de prevenção em relação à violência?

- A associação toma algum tipo de medida em relação aos bairros ao redor do Buritis?
- Quais medidas são tomadas através da associação para a prevenção de crimes?
- Nos últimos anos o número total de crimes registrados no bairro Buritis diminuiu; há algum tipo de acompanhamento desses números?
- Qual é a relação entre a associação, os moradores e a polícia?
- Em um cenário futuro, o que você acha que a fundação pode fazer a mais? Como você enxerga a atuação da fundação nos próximos anos?

PERGUNTAS ESPECÍFICAS (REPRESENTANTE DA REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS)

- Como a Rede de Vizinhos Protegidos surgiu? O que motivou sua criação?
- Como essa rede é dividida?
- Como os grupos de Whatsapp são formados?
- Quem pode participar desses grupos? Como é feita a seleção dos integrantes?
- Qual a opinião dos moradores em relação à rede?
- Qual a eficácia da rede na prevenção de atos criminosos?

PERGUNTAS ESPECÍFICAS (REPRESENTANTE DA 126.^a COMPANHIA DA PM)

- Como a polícia atua em relação à violência dentro do bairro?
- Quais são as principais queixas dos moradores quando falamos de violência? Em que a percepção dos moradores é semelhante ou diferente da sua percepção?

- Você considera que a situação no bairro piorou ou melhorou em relação à violência?
- Quais medidas são tomadas através da polícia para a prevenção de crimes?
- Como é feito o monitoramento/patrolha na região?
- Qual é a relação entre a associação, os moradores e a polícia?
- Sobre a rede de vizinhos protegidos, você acredita que é uma ação benéfica?
- Os espaços públicos do bairro são monitorados de alguma forma?
- Existe alguma parte do bairro que apresenta maiores riscos em relação à violência? Se sim, quais e por quê?
- Você acredita que os bairros ao redor do Buritis têm alguma relação com o Buritis quando falamos de violência?
- Vocês tomam algum tipo de medida em relação aos bairros ao redor do Buritis?
- A polícia divulga algum tipo de instrução ou incentiva formas de prevenção em relação à violência?
- Em um cenário futuro, o que você acha que o batalhão pode fazer para melhorar ainda mais a questão da segurança?